



UNIVERSIDADE ABERTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES
MULTIDISCIPLINARES

Contributos para uma noção de açorianidade literária

José Manuel Dias Batista

Orientadora: Professora Doutora
Rosa Maria Sequeira

LISBOA, 2012

À (santa) memória de minha mãe (1951- 2011)

Agradecimentos

Agradecemos, em primeiro lugar, à Professora Doutora Rosa Maria Sequeira pela dedicação, profissionalismo, simpatia, incentivo, compreensão e apoio incondicional prestado na orientação desta dissertação.

Aos professores da parte curricular do mestrado e às coordenadoras do mesmo, pela competência, ajuda, prontidão e rapidez no esclarecimento de dúvidas que foram aparecendo durante este percurso.

Ao Professor Urbano Bettencourt, quer pela cedência de documentação, quer pela indicação de parte da bibliografia.

À Professora Doutora Lúcia Ribeiro, por nos ter facultado, através de correio eletrónico, a sua tese de doutoramento.

À minha família, em especial à minha esposa e aos meus filhos, pelo incentivo, ajuda, carinho, apoio e compreensão revelados nos momentos mais adversos.

Resumo

A açorianidade é o reconhecimento duma identidade cultural que se formou a partir das condições geográficas, meteorológicas, geológicas e históricas do arquipélago dos Açores. A açorianidade literária é a forma como os escritores açorianos representam a vivência insular nas suas obras, criando uma literatura regional com características próprias, mas pertencente à literatura portuguesa. Esta dissertação estuda e atualiza a noção de açorianidade, tanto ao nível cultural e artístico, como político e ideológico, analisando o modo de ser e estar do açoriano dentro e fora do arquipélago. Este trabalho reflete, ainda, sobre a importância da obra literária açoriana enquanto forma de expressão e de divulgação da açorianidade, destacando o pioneirismo de Gaspar Frutuoso, a sensibilidade de Vitorino Nemésio e a perspetiva satírica de José Martins Garcia.

Abstract

The “Azorianism” is known as a cultural identity derived from geographic, meteorological, geological and historical conditions of the Azoreans islands. The literary “Azorianism” is the way through which the Azorean writers represent the insular experiences in their work, creating a regional literature with unique characteristics, but part of Portuguese literature. This Master's theses studies and updates the concept of “Azorianism” at the cultural, artistic, political and ideological levels, and it examines how the Azorean people feel and behave inside and outside of the archipelago. In addition, this work reflects about the importance of the Azorean literary work as a body of expression and exposure of “Azorianism”, highlighting the pioneering work of Gaspar Frutuoso, the sensibility of Vitorino Nemésio and the satirical perspective of José Martins Garcia.

Índice

Resumo	4
Abstract	4
Introdução	6
Capítulo 1- Especificidades da identidade cultural açoriana	9
1.1. Dos movimentos autonómicos micalenses ao Primeiro Congresso Açoriano: a construção da consciência açoriana	9
1.2. Em torno do conceito de açorianidade	17
1.2.1. A açorianidade segundo Vitorino Nemésio	17
1.2.2. Evolução do conceito de açorianidade	20
Capítulo 2- Especificidades da literatura açoriana	32
2.1. Na senda de uma definição de literatura açoriana	32
2.2. Das origens aos contistas da Horta: tendências	50
2.3. Da literatura regionalista ao 25 de Abril: visão panorâmica	57
2.4. Panorâmica atual: a açorianidade literária após a Revolução de Abril	63
Capítulo 3- José Martins Garcia: uma abordagem da açorianidade	71
3.1. A configuração do universo insular: ironia e sátira; Deus e o Diabo	71
3.2. Marcas do imobilismo insular	82
Conclusão	95
Referências Bibliográficas	98

Introdução

O conceito de açorianidade começou a esboçar-se muitos anos antes de lhe ser inventado o nome pelo qual acabou por ficar conhecido. Enquanto especificidade cultural açoriana que quer ver reconhecida uma identidade, a açorianidade remonta aos anos noventa do século XIX, quando se ambicionava a descentralização do poder político no arquipélago e se apelava à união das ilhas, sob a divisa *a livre administração dos Açores pelos açorianos*.

Com esta dissertação, que dividiremos em três capítulos, pretendemos contribuir para a atualização do conceito de açorianidade literária, a partir do modo como os autores açorianos percecionam a vivência insular e a representam literariamente nas suas narrativas. Por outro lado, almejamos contribuir para a divulgação da obra literária de José Martins Garcia que, apesar de ser reconhecida por alguns críticos, ainda não ocupa o lugar de destaque que merece nem na literatura açoriana, nem na literatura portuguesa.

Assim, no primeiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre os motivos que estiveram na origem do conceito de açorianidade. Para tanto, iniciaremos o nosso estudo pelos contributos dos movimentos autonómicos micalenses, da imprensa regional e das elites locais, que se bateram pela construção da consciência açoriana e pela necessidade de realização dum congresso açoriano, visando a união de todos os açorianos na defesa dos interesses de toda a região, em detrimento dos de cada ilha. Depois, veremos o modo como Nemésio aproveitou todos esses contributos e criou o vocábulo *açorianidade*, propondo-lhe conteúdo a partir de circunstâncias históricas e geográficas do arquipélago. Finalmente, reportar-nos-emos à evolução do conceito de açorianidade, quer ao nível cultural e artístico, quer político e ideológico, dentro e fora do arquipélago, bem como ao reconhecimento da importância da obra literária açoriana enquanto forma de expressão e de divulgação dessa mesma açorianidade.

Quando em 28 de abril de 1852, no nº 70¹ da *Revista dos Açores*, de Ponta Delgada, o redator dessa publicação, José de Torres, empregou pela primeira vez a expressão *Literatura Açoriana* para titular uma notícia biobibliográfica de D. Fradique da Câmara e Toledo que de “Entre as artes, que cultivou dignas de seu ilustre nascimento, logrou a primazia a Poética” (Torres, 1852: 278), estava longe de imaginar

¹ *Revista dos Açores* nº 70, de 28 de abril de 1852, e não o nº 72 como, ao que cremos por erro tipográfico, refere Pedro da Silveira na *Antologia de poesia açoriana* (1977: 4).

a discussão que a referida designação haveria de provocar. Na verdade, José de Torres utilizou a expressão literatura açoriana, a par com a expressão literatura micaelense², sem propósitos caracterizadores, mas antes de levantamento, registo e divulgação de autores e respetivas obras.

Com efeito, é a partir da produção narrativa individual, vivenciada e assinada, que abordaremos o fenómeno da açorianidade literária, dando especial atenção ao processo criador e à forma como o escritor açoriano (nascido ou não nos Açores) representa o mundo literariamente. Neste estudo, partimos da proposta de Almeida Pavão (1988: 42-43), segundo a qual há que ter em conta três extratos de idiossincrasias na abordagem à insularidade e à açorianidade literária, a saber:

- a) um de *formação endógena*, englobando os escritores que nasceram e viveram nas ilhas, tendo-se ou não ausentado delas;
- b) o dos *insularizados* ou *ilhanizados*, que, não tendo nascido na região, habitaram as ilhas e, por experimentação, assimilaram a sua idiossincrasia;
- c) o dos *estranhos*, que, não tendo nascido nem habitado as ilhas, visitaram a região, percecionando as particularidades das ilhas por intuição e por reações contrastantes entre as terras de origem e os Açores.

Neste sentido, faremos um périplo pela literatura açoriana, desde já entendida como pertencente à literatura portuguesa, mas com especificidades próprias. Veremos como a designação de *açoriana* originou acesos debates entre as elites insulares e continentais, a favor e contra a existência dessa literatura. Depois, apresentaremos as particularidades da literatura açoriana, a partir da ficção narrativa. Para tanto, começaremos pelas origens que remontam a Gaspar Frutuoso, quase ao início do povoamento, e procederemos à análise da temática açoriana dos contistas da Horta. A seguir, apresentaremos uma visão panorâmica da literatura açoriana até ao 25 de Abril, com destaque para os autores mais representativos, como é o caso de Vitorino Nemésio, e finalizaremos com a panorâmica atual e as suas tendências temáticas.

No terceiro capítulo, abordaremos a açorianidade literária em José Martins Garcia, escritor plural, poeta, contista, ensaísta, romancista e dramaturgo, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque Martins Garcia reflete sobre as idiossincrasias da condição insular partindo de diversas perspetivas, das quais se destacam a irónica e a

² *Idem*, nº 71, de 5 de maio de 1852. Na página 281, aparece o designativo Literatura Micaelense acerca de Frei José de Santa Maria da Arrábida. No nº 72, de 12 de maio de 1852, na página 286, aparece novamente a expressão Literatura Açoriana a titular uma notícia biobibliográfica acerca de Frei Manuel das Chagas.

satírica. O segundo motivo refere-se exclusivamente à qualidade da sua obra, que merece ser (re)conhecida, apreciada, pois, segundo as palavras de David Mourão-Ferreira, “Se não vivêssemos, vicentinamente, num país em que a «barca do purgatório» anda sempre mais carregada que as outras duas, e em que vai continuamente aumentando a «romagem de agravados» por entre a crescente espessura de uma incrível «floresta de enganos», o nome de José Martins Garcia deveria ser hoje unanimemente saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou” (1987: 3). Por fim, não só por isso, mas também por isso, porque as personagens e os narradores das suas obras são ciclones que vão sacudir o imobilismo insular e romper com a moral estabelecida. Com esta forma de discurso, o próprio autor tem perfeita consciência do percurso que trilha, assumindo-o com frontalidade, sem receios e indiferente às críticas, porquanto o “Escritor açoriano que resida nos Açores, ou faz versos a Nossa Senhora ou é tido por subversivo. Se publicou um romance de temática açoriana, ou enaltece o clima e as virtudes dos indígenas ou é rotulado de imoral” (Garcia, 1999: 68-69).

Capítulo 1- Especificidades da identidade cultural açoriana

1.1. Dos movimentos autonómicos micalenses ao Primeiro Congresso Açoriano: a construção da consciência açoriana

O primeiro movimento autonomista organizou-se em Ponta Delgada no início dos anos noventa do século XIX e pugnava pelo reconhecimento duma identidade. Este movimento surgiu no seguimento da enorme crise económica que assolou o arquipélago e visava organizar o poder político nas ilhas duma forma descentralizada, reduzindo, assim, os poderes do Estado liberal, de modo a promover e estimular o desenvolvimento no arquipélago. Por outro lado, espelhava o descontentamento dos açorianos por terem participado com afinco na implantação do regime liberal e de os sucessivos governos não reconhecerem esse empenho. Este movimento culminou com o reconhecimento da autonomia administrativa, consubstanciada no decreto de 2 de março de 1895, vulgarmente conhecido pelo Decreto Autonómico.

Neste contexto, é importante caracterizar, ainda que sumariamente, a conjuntura em que surgiu o primeiro movimento autonómico nos Açores que, por sua vez, desencadeou a aposta numa literatura insular como forma de expressar, divulgar e ver reconhecida a identidade dessa região e, deste modo, participar na criação da consciência açoriana. Assim, identidade regional será entendida, neste trabalho, segundo a definição de Claude-Gilbert Dubois, ou seja, “a consciência que os homens têm de partilhar um certo número de bens, recordações e valores comuns, de maneiras de viver, de referências a um discurso que reenvia a imagens familiares” (apud Cordeiro, 2006: 247).

Na década de 1850, a destruição da cultura da vinha e a insuficiente colheita de batata originaram uma fraca produção agrícola, causando uma crise económica e social que se agravou nas décadas seguintes com o declínio da produção e comércio da laranja, com o fim da caça à baleia pelos americanos no distrito da Horta e com as dificuldades financeiras no distrito de Angra do Heroísmo. De acordo com o historiador Carlos Cordeiro, esta crise económica foi

acompanhada por uma forte agitação social que percorreria, em especial, a década de sessenta, mas que já havia sido significativa na anterior, tendo como principais motivações as tentativas de impedimento da exportação de cereais, ou a contestação a medidas legislativas de carácter administrativo, fiscal ou económico que as autoridades pretendiam aplicar nos Açores. (Cordeiro, 2006: 239-240)

Nos anos subsequentes, os açorianos procuraram encontrar alternativas económicas para superarem essas contrariedades, desenvolvendo várias atividades e produções agrícolas. Assim, em S. Miguel, apostaram na produção de tabaco, de espadana, de chá, de ananás, de batata-doce e investiram na indústria do tabaco e do álcool. Nas outras ilhas, deram primazia à criação de gado e aos laticínios, especialmente no grupo central. Todavia, essas atividades, para serem rentáveis, dependiam do mercado continental, dado que o mercado regional era muito reduzido para permitir o desenvolvimento e crescimento de indústrias locais e, conseqüentemente, viabilizar o retorno do investimento feito pelos empresários. Deste modo, os investidores açorianos pretendiam não só exportar livremente para o continente, mas também desejavam a proteção do mercado nacional da concorrência dos produtos estrangeiros. Por outro lado, queriam mais facilidades na criação de indústrias e na circulação de mercadorias e bens, pois as dificuldades de transporte, associadas à imprescindível conservação dos produtos, dificultavam a sustentabilidade das explorações tradicionais (cf. João, 1996: 114).

Todas estas adversidades, bem como a ausência de medidas concretas do poder central para as combater, suscitaram novamente uma forte contestação dos açorianos às políticas do governo, exigindo-lhe melhores condições de vida. Como refere Maria Isabel João:

A laranja, o álcool industrial, o ananás, os laticínios pontuam vários ciclos da economia açoriana e representam investimentos, expectativas e desilusões em que o principal responsabilizado pelos problemas é o governo nacional ou, de forma mais alargada, a indiferença do “continente”. (João, 1996: 110)

Com efeito, para além da responsabilização do governo nacional por esses problemas, os açorianos deparavam-se com outras adversidades não menos graves, mormente uma agricultura de subsistência alavancada em sucessivos ciclos económicos e uma forte dependência da região de fatores externos, originando um futuro incerto e gerando um enorme receio coletivo.

Mas, se nos Açores as condições de vida neste período eram difíceis, no Continente não eram mais fáceis. De acordo com esta historiadora, a nível nacional, assistiu-se a uma grave crise económica e financeira, em 1891-1892, originada pela revolução no Brasil e pela baixa do câmbio sobre a praça de Londres, tendo o país enfrentado uma situação de bancarrota. Esta crise económica e financeira culminou

numa crise política, resultante da ação de governos com políticas ineficazes para resolverem os problemas do país e consequente aumento de impostos.

A crise económica do início dos anos noventa atingiu, em particular, a agricultura portuguesa, designadamente a produção de cereais, a criação e exportação de gado e a vitivinicultura, por causa da baixa dos preços iniciada no final da década anterior. As dificuldades sentidas na vitivinicultura geraram descontentamentos nos produtores e exportadores do vinho do Porto que reivindicavam a descida do preço do álcool para poderem ser mais competitivos e aumentarem a qualidade dos vinhos. Para tanto, defendiam a livre importação do álcool alemão, ainda que à revelia dos interesses da indústria nacional e insular, provocando protestos no arquipélago.

Todo este ambiente de contestação popular teve eco na imprensa das diversas ilhas, cujos articulistas se insurgiam contra o desfasamento existente entre os Açores e o Continente ao nível de desenvolvimento económico e social. Por outro lado, “a imprensa regional desempenhou um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento da consciência açoriana, publicando colunas sobre os assuntos de interesse regional” (João, *ibidem*: 104), denunciando a excessiva carga fiscal, a arbitrariedade praticada no recrutamento militar, um ensino público incipiente e uma administração pública ineficaz. As elites insulares viram, ainda, na imprensa escrita, uma forma de mobilizarem a população para a conquista de prerrogativas descentralizadoras. Neste contexto, como sustenta Carlos Cordeiro,

a imprensa constituiu veículo fundamental de difusão dos problemas que entravavam o desenvolvimento dos Açores, de crítica à prática centralizadora do Estado e de reivindicação de um reordenamento político-administrativo dos distritos insulares assentes nos princípios da descentralização. (Cordeiro, 2006: 238)

No caso específico dos Açores, exigia-se uma organização administrativa diferente, porquanto a dispersão geográfica das nove ilhas, bem como a distância para o poder central sediado em Lisboa, impunha a passagem de competências administrativas para o poder local. Deste modo, criar-se-iam leis especiais para a região resultantes da necessidade de se encontrarem soluções que tivessem em conta os costumes, as carências e as pretensões insulares, ou seja, a realidade quotidiana dos habitantes dos Açores. Como defende Machado Pires:

Os açorianos criaram, pelo isolamento, pela solidão de ilha ou povoamento, pelas dificuldades e incompreensões de um poder distante, de um pauperismo imputável não só à natureza mas aos homens, uma espécie de lenda negra de abandono e incompreensão, uma

consciência *traumatizada e traumática* de gente esquecida, ignorada no que precisa e no que é capaz de fazer, ávida de reconhecimento coletivo. (Pires, 1995: 14)

Assim, o afastamento geográfico, a distância e a solidão conduziram ao abandono e ao esquecimento dos açorianos. Esta conceção de “gente esquecida”, mas desejosa de ser reconhecida, foi aproveitada pelos movimentos autonomistas do século XIX que se comprometeram a divulgar os Açores a nível nacional, ao mesmo tempo que promoviam a confraternização entre os açorianos no arquipélago. De facto, não obstante um conjunto de divergências e de contradições no seio dos movimentos autonómicos, com a confraternização açoriana pretendia-se encetar uma reflexão sobre a sociedade açoriana, tendo em vista a união de todo o arquipélago.

Mas, para que essa união fosse possível, era necessário sobrepor os interesses da região aos interesses de cada ilha, através da promoção de iniciativas que contribuíssem para uma aproximação afetiva entre os açorianos e, assim, terminar com rivalidades antigas. Por isso, aquando da campanha autonómica, em junho 1894, o grupo de micalenses que realizou uma viagem à ilha Terceira registou um conjunto de mensagens alusivas à visita no Álbum de Mendo Bem, documento evocativo dessa viagem. De acordo com Carlos Enes (1995: 291), estas mensagens atestam sentimentos que expressam solidariedades e afetos até então inexistentes entre os açorianos, perceptíveis através de expressões como *fraternidade açoriana*, *alma açoriana* e alusões às ilhas como *irmãs gémeas*. Ainda segundo este autor, estes sentimentos marcam o começo de um processo moroso e complexo que pretende a criação da unidade entre os açorianos e a construção da consciência açoriana.

Do mesmo modo, em maio de 1895, Mont’Alverne de Sequeira, apesar de reconhecer que havia um desconhecimento mútuo entre os habitantes das ilhas, defendia que a prosperidade do arquipélago estava na união de todos os açorianos. Por conseguinte, devia-se promover o convívio, a fraternidade espiritual e o debate de ideias, pois a existirem rivalidades entre os habitantes das várias ilhas “é porque os interesses de cada um estão acima dos interesses da comunidade, é porque a aspiração da parte não cabe nas aspirações do todo, é porque o sangue está inquinado e a víscera do crânio oxidou-se, ofuscando a razão” (Sequeira, 1895: s.p.)³.

Com efeito, é nesta época que surge o projeto de realização de um congresso açoriano, em consequência da crise económica e social que grassava no arquipélago.

³ Sempre que os jornais e os artigos não se encontram paginados, optamos por utilizar a sigla s.p. na respetiva citação, em vez de uma paginação artificial.

Esta ideia, inicialmente defendida no jornal *A Persuasão*, é retomada periodicamente por estudiosos locais. Deste modo, em 1881, José Maria da Costa alertava os açorianos para a construção do canal do Panamá, que cortaria o istmo do Panamá, ligando o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, no Panamá, permitindo, assim, agilizar o comércio internacional, na medida em que diminuiria o percurso feito pelos navios, porquanto passariam a prescindir de contornar o Cabo Horn. Este articulista via a independência económica dos Açores na construção do canal, uma vez que proporcionaria o aumento de navios que necessariamente teriam de escalar os Açores, por várias razões: por causa das tempestades, devido a questões técnicas e de navegação, para se abastecerem de carvão e de víveres, para transportarem emigrantes, para efetuarem comunicações telegráficas ou qualquer imprevisto que implicasse fazer uma escala no arquipélago. Ora, como se previa que a construção do canal demoraria seis anos, os açorianos dispunham de tempo suficiente para construírem as infraestruturas necessárias nas ilhas para poderem acolher estes navios.

Todavia, para que a independência económica dos Açores fosse possível, seria necessário que os açorianos pusessem de parte questões menores de política local e se reunissem num congresso económico. Deste modo, evidencia-se a necessidade de união de todos os açorianos e assume-se a defesa dos interesses da região em detrimento das conveniências de cada ilha. Assim, atendendo à posição geográfica das ilhas e à especificidade do momento, no congresso abordar-se-iam assuntos mais direcionados para questões práticas, a saber: o levantamento da carta geográfica dos Açores, bem como o levantamento de plantas de portos artificiais e de plantas para a colocação de faróis; a criação de empresas para armazenamento de carvão nas ilhas; a construção de lazaretos nas ilhas; a instalação de um cabo telegráfico que ligasse a Europa com a América e que tocasse nas ilhas principais; organização de uma companhia açoriana de iluminação a gaz; redação e publicação de um livro em inglês e francês com a descrição das ilhas dos Açores, acompanhado do respetivo mapa geográfico (Costa, 1881).

O congresso não se realizou, nem o canal do Panamá foi construído em seis anos, dado que só foi inaugurado em 1914, vinte e quatro anos depois do início da construção. Em todo o caso, este articulista previu o desenvolvimento da região através da construção de portos e a partir da indústria dos cabos telegráficos, como se poderá verificar no ponto 2.2., quando abordarmos o desenvolvimento cultural da cidade da Horta, na ilha do Faial.

Em 1908, o jornal *Correio Micaelense*⁴ começou a publicar uma série de artigos, sob a epígrafe “Pelos Açores!”, onde esboçava o projeto dum Congresso Açoriano, bem como uma série de razões que estiveram na sua origem, destacando-se o desconhecimento das ilhas pelos dirigentes da nação. De acordo com o editorial do jornal, este desconhecimento refere-se não só às condições socioeconómicas do arquipélago, mas também à sua geografia, desde a segmentação do território insular até às distâncias marítimas que separam as ilhas. Devido a este desconhecimento, os legisladores elaboravam leis iguais para todo o país, leis que não tinham em conta esta realidade insular. Deste modo, assistia-se a um retrocesso na história política dos Açores dos últimos anos que, pela conquista da autonomia administrativa, alcançaram o reconhecimento oficial e legislativo de que precisavam de leis especiais para que o progresso e o desenvolvimento fossem efetivos nesta região.

Ora, para que o progresso e o desenvolvimento dos Açores fossem possíveis teria de haver, por um lado, uma descentralização dos serviços públicos e, por outro, o governo deveria dar mais importância às iniciativas locais – individuais ou através de coletividades. Nos Açores, este desenvolvimento passaria, também, pela união de todas as ilhas do arquipélago, através da realização de um congresso açoriano onde se abordariam problemas comuns a todas as ilhas, quer sociais quer económicos, e se apelaria à união de todos os açorianos para a superação dessas dificuldades. Assim, debater-se-iam assuntos de interesse geral, tais como: a instrução pública e a saúde nos Açores; a emigração açoriana; as comunicações marítimas entrilhas e para o continente; a necessidade de alteração do decreto de 2 de março de 1895, do qual resultou a organização administrativa do arquipélago; o serviço militar nos Açores; e a agropecuária, na criação e comércio de gado. O congresso realizar-se-ia em 1909, na ilha Terceira, e Sua Majestade El-Rei seria convidado para Presidente de Honra do congresso. Segundo Carreiro da Costa, e apesar de todas estas pretensões, o congresso não se realizou devido ao “indiferentismo que não raras vezes tem caracterizado o povo dos Açores” (Costa, 1995: 17).

Mas, para lá do projeto da realização de um congresso açoriano, esta série de artigos alertava para a ignorância de alguns dirigentes do país que receavam uma emancipação política do arquipélago, visto que suspeitavam do patriotismo dos açorianos. Ora, a forma de combater estas suspeitas estava na união dos açorianos e no

⁴ Nos dias 3, 4, 6, 8 e 16 de junho.

modo como negociariam as suas pretensões coletivas, transformando as desconfianças dos governantes em força. Segundo o *Correio Micaelense*, “não a renegar a pátria portuguesa, porque outrem não podem querer os filhos dos Açores, mas a cooperar pelo engrandecimento próprio no engrandecimento dela” (1908: s.p.).

A partir de 1912, desenvolve-se o desejo duma confraternização açoriana ou insular, em resultado de convívios desportivos entrilhas, visando a consolidação das relações de amizade e de solidariedade entre os açorianos. Em paralelo com estas atividades, o jornal *O Repórter*⁵ retoma a ideia da realização dum congresso açoriano, alertando para o isolamento em que vivem as populações açorianas e consequentes prejuízos económicos, intelectuais e morais, devido à falta de transportes entre as ilhas. Deste modo, pretende-se que os ilhéus se consciencializem de que só é possível alcançar bons resultados em futuras negociações com os governantes quando esquecerem velhas rivalidades que os dividem e trabalharem em conjunto na defesa de interesses comuns. Todavia, o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, desviou a atenção dos ilhéus para outros temas, porquanto os interesses e preocupações imediatos também eram outros.

Terminada a Primeira Guerra Mundial, retoma-se o objetivo da confraternização açoriana, voltando a realizar-se convívios desportivos. Porém, algumas dessas atividades desportivas – os jogos de futebol, por exemplo – acabavam muitas vezes por estimular antigas rivalidades insulares, prejudicando, assim, o ideal de confraternização. Por este motivo, em conjunto com os intercâmbios desportivos, desenvolvem-se atividades culturais nas ilhas que os acolhem, mormente palestras realizadas pelas elites regionais – políticos, jornalistas, membros do clero, intelectuais, empresários – que defendiam a união dos açorianos e contribuía para a definição da identidade açoriana. Neste contexto, o movimento regionalista açoriano inicia, a partir de 1920, um projeto de *introspeção açoriana*, tendo em vista, por um lado, a criação do *espírito açoriano*, isto é, “vivificá-lo, uniformizá-lo, dando unidade a estes nove retalhos de terra portuguesa” (Ribeiro, 1920b: s.p.), e, por outro, a criação da *consciência açoriana*, ou seja, a união e a solidariedade na defesa dos interesses coletivos do arquipélago. Assim, segundo Carlos Enes,

Quando atingimos a década de 20, é perceptível a distinção entre consciência açoriana e consciência insular. Enquanto esta diz respeito a cada uma das ilhas, individualmente, com a

⁵ Nos dias 22 e 29 junho e 13 de julho de 1912.

consciência açoriana procura-se abarcar todo o arquipélago, não só como uma unidade geográfica mas também como um conjunto de ilhas com uma identidade comum, que se foi construindo, e com um conjunto de interesses gerais que devem ser defendidos em ações conjuntas. (Enes, *ibidem*: 295)

Em 1920, Luís Ribeiro retoma a ideia da possibilidade de realização de um congresso açoriano, tendo como tema central dessa reunião a criação do *espírito açoriano*. Assim, em vez de rivalidades ancestrais e da defesa de interesses particulares de cada ilha, deviam os açorianos desenvolver o espírito coletivo, a solidariedade moral e o estreitamento de afetos, dando primazia à aproximação das gentes das ilhas e almejando a união de todos os açorianos na defesa de interesses comuns (Ribeiro, 1920b). Neste sentido, apresenta uma série de necessidades coletivas e de interesses comuns que estão acima de qualquer conveniência de cada ilha, designadamente

o problema da moeda e do crédito, (...) o problema da navegação interinsular, o problema do ensino técnico e agrícola, a luta contra a tuberculose, o estreitamento de relações intelectuais e económicas com as nossas colónias americanas e tantos outros, cuja simples enumeração gastaria muito tempo e ocuparia muito espaço. (Ribeiro, 1920a: s.p.)

Em 1938, o Grémio dos Açores organizou o Primeiro Congresso Açoriano, que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio⁶, com dois objetivos essenciais: por um lado, debater e estudar atentamente os problemas açorianos; por outro, promover o arquipélago no continente. Em dezasseis sessões de trabalho, o congresso abordou diversos temas, designadamente: a geologia, a geografia, a meteorologia e o clima; a geografia humana, a flora e fauna; a história, a etnografia, a literatura e a arte; a imprensa, a propaganda, a justiça e a religião; a política administrativa e as obras públicas; a agricultura, a pecuária e a pesca; o comércio, a indústria e o turismo; as comunicações aéreas e marítimas; o ensino primário, o secundário e o técnico; as questões militares e estratégicas; a medicina, o trabalho, a higiene e a emigração.

⁶ Inicialmente marcado para a semana de 24 a 30 de abril, o congresso foi adiado para a semana seguinte, de 8 a 15 de maio, por causa das celebrações da Semana das Colónias e da realização de comemorações políticas em honra do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

1.2. Em torno do conceito de açorianidade

1.2.1. A açorianidade segundo Vitorino Nemésio

O termo açorianidade surge pela primeira vez num artigo da autoria de Vitorino Nemésio, publicado na revista *Insula*, em 1932, por altura da comemoração do V centenário do descobrimento dos Açores, e onde lhe é proposto conteúdo ao apresentar uma visão global do “pensamento insular” e da existência açoriana, cujas especificidades a afastam da realidade portuguesa continental. Açorianidade é, portanto, um conceito criado por Nemésio, a partir da leitura de ensaístas espanhóis e por decalque de “hispanidad” e “argentinidad” de Miguel de Unamuno. Entendida como “a força do carácter açoriano, (...) açorianidade é o nosso modo de afirmação no mundo, a alma que sentimos, na forma de corpo que levamos” (Nemésio, 1975: 36).

Neste sentido, pode afirmar-se que a temática subjacente à açorianidade já havia sido abordada e debatida, ainda que com outras denominações, no final do século XIX (Vieira, 1980: 17), quer ao nível político quer literário, aquando do primeiro movimento autonomista que queria ver reconhecida uma identidade isleña própria. Durante o primeiro quartel do século XX, as elites insulares procuraram incutir nas pessoas o espírito açoriano, a confraternização açoriana e a consciência açoriana, cujo objetivo era a defesa de interesses comuns. Este propósito ficou conhecido por açorianismo, entendido como “um ideário de cariz político-ideológico, que pugnava pela afirmação da identidade açoriana e pelo reforço da consciência das populações, no sentido de defender os interesses do arquipélago” (Enes, 1995: 295). Para este historiador, a açorianidade é um aprofundamento do açorianismo, conceito que caiu em desuso após a implantação do Estado Novo, uma vez que se esbateu a ação política reivindicativa no arquipélago, mas que voltou a surgir com o terceiro movimento autonomista. Deste modo, as componentes política e cultural do açorianismo foram integradas na açorianidade e as reivindicações passaram a ser feitas sob a sua égide.

Ora, é justamente a afirmação da identidade açoriana, diferente da continental, que Nemésio expressa em *O Açoriano e os Açores*⁷, conferência proferida na Associação Académica de Coimbra, em 13 de fevereiro de 1928. Nemésio começa por apresentar uma visão geral do homem açoriano, homem que se criou e desenvolveu a

⁷ Na paginação do texto, há um erro. O artigo tem vinte páginas e não dezoito, sendo que os números 17 e 18 se repetem uma vez. Assim, para evitar esta repetição, adotaremos os números 19 e 20.

partir de circunstâncias históricas e geográficas específicas, diferente do português continental e cujo principal traço distintivo é a capacidade de adaptação do homem das ilhas. Na sua génese, esteve o “português da segunda metade de Quatrocentos, introduzidos nele os coeficientes de correção que o viveiro insular elaborou” (Nemésio, 1929: 8), isto é, comportamentos e modos de vida que se foram ajustando, com o passar do tempo, às circunstâncias do meio insular arquipelágico. No povoamento dos Açores, participaram, ainda, flamengos (mormente nas ilhas dos grupo central), mouros, negros, judeus e escravos, dando também uma achega na construção da identidade açoriana. No entanto, foram os portugueses que mais contribuíram para a formação da psique do homem dos Açores, nomeadamente algarvios, alentejanos, beirões e durienses. Por isso, Nemésio afirma que os açorianos são portugueses.

Nemésio concebe, em termos gerais, um tipo de açoriano uno e homogéneo, destacando a sua disponibilidade para a emigração, a sua hospitalidade, a sua extraordinária capacidade de adaptação, o apego à terra e o seu fascínio pelo mar, pois “a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal como o seu conduto anímico. As ilhas são o efémero e o contingente: só o mar é eterno e necessário” (ibidem: 19). Mas, quando tenta aprofundar a caracterização do homem açoriano, vê-se confrontado com a diversidade do arquipélago e conseqüente descontinuidade geográfica, o que o leva a identificar três tipos bastante diferentes uns dos outros.

Deste modo, Nemésio classifica o homem açoriano em três tipos característicos, a saber: o micalense, o natural das ilhas de baixo⁸ e o picaroto, este último considerado a nata do insulano, em razão da forma trabalhadora, frontal, séria e ingénua como encara a vida. Assim, começa por definir o micalense como o mais castiço, o mais trabalhador, o mais introvertido e o que mais se afasta do tipo continental. O micalense

revela desde a fala ao tom bosselado das feições uma preocupação de insulanismo estreme, tão rija e calada que o assinala em toda a parte como alguém que é alguém. Porventura lesado na partilha dos dons agradáveis, insinuantes, que foram ter de preferência aos seus irmãos das mais ilhas, é ele que levanta a enxada mais alto, a crava mais fundo, e com mais rigor lhe extrai a terra já dócil ao grão e já penetrável ao tubérculo. (ibidem: 11-12)

Depois, apresenta o terceirense, homem afável, com alguma manha, mais festeiro e sociável, corajoso e valente, como o demonstrou aquando do domínio filipino.

⁸ Apesar de a expressão “ilhas de baixo” se referir às ilhas dos grupos central e ocidental, neste artigo designa apenas os naturais das ilhas Terceira e Graciosa.

Por fim, no chão de biscoito e bagacina, ao lado de pedras negras amontoadas em maroiços e por entre currais, “o picoense ou picaroto (esta designação é muito mais expressiva) trabalha na vinha e na horta, poda o pomar, vai à moenda com o seu taleigo de novidade, mas está sempre pronto para saltar à canoa à saga da baleia” (ibidem: 15).

Para esta divisão, Nemésio adotou um critério fonético⁹, o principal traço distintivo entre os falares ilhéus, tendo concluído que existe uma conexão entre as modalidades dos falares e o caráter, costumes e origens das gentes das ilhas. Por isso, coloca no mesmo plano do picaroto o jorgense, o faialense, o florentino e o corvino. Este ponto de vista é corroborado por Machado Pires que o escora em estudos e teses linguísticas entretanto realizadas sobre os falares dos Açores. Este especialista da obra nemesiana acrescenta que qualquer turista distinguirá com facilidade os falares de S. Miguel e da Terceira, “que correspondem a populações com comportamentos muito diferentes no modo de ser predominante, na religiosidade (mais festeira na Terceira), nos divertimentos (touradas, arraiais muito frequentes)” (Pires, 1997: 153).

Na verdade, é no texto de 1932 que Nemésio reencontra não só a ideia de uma unidade psicológica do homem açoriano, como também atribui um nome a essa unidade psicológica, a essa particularidade ímpar dos Açores, a saber: *açorianidade*. Assim, esta visão de conjunto de Nemésio, a um tempo impressionista e literária, resulta da combinação de especificidades ligadas à geografia e à história dos Açores que se inculcam na generalidade dos açorianos e lhes moldam a alma:

Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar. (Nemésio, 1932a: s.p.)

Por outras palavras, a dimensão existencial do açoriano é marcada pela história, em razão da descendência do português de quatrocentos e herdeiro das suas qualidades, que aperfeiçoou no viveiro insular; é marcada, também, por uma consciência do isolamento, da solidão e por um apego à terra, que lhe cunham o espírito; é marcada,

⁹ Opinião diferente tem Leite de Vasconcelos, que distingue três grupos de linguagem popular açoriana, mormente o de S. Miguel, o do Corvo e o das restantes Ilhas. Ainda segundo este autor, o “dialeto dos Arrifes, no concelho de Ponta Delgada, representa a fase mais evolucionada do português, com exceção dos crioulos, como o dialeto de Melgaço é o mais arcaico de todos” (Vasconcelos, 1992: 61). Almeida Pavão, pelo contrário, aproxima-se da divisão de Nemésio, ao considerar o falar de S. Miguel, o da Terceira e o das restantes ilhas, com pequenas variantes entre si (Pavão, 1992: 15).

ainda, pela influência da geografia, através da ação do mar, do clima, dos sismos e dos vulcões.

Em setembro de 1932, ainda no âmbito das comemorações do V centenário do descobrimento dos Açores, Nemésio publica um segundo texto no *Diário de Notícias*, também intitulado “Açorianidade”, mas dirigido ao leitor continental. Este artigo esclarece e completa algumas das ideias apresentadas no primeiro que a revista *Insula* publicou. Em rigor, ainda que no primeiro texto falasse do contributo da geografia e da história na formação do caráter do açoriano e da sua mundividência, a verdade é que Nemésio deu primazia ao tratamento de aspetos geográficos, relacionados com o meio ecológico e com o espaço. No segundo texto, a história assume papel de relevo, na medida em que o autor reflete sobre o relacionamento histórico entre os Açores e o Continente, realçando o desempenho dos açorianos aquando da Restauração e do Liberalismo. Esse relacionamento era praticamente inexistente, devido ao afastamento, desinteresse, solidão e esquecimento a que os ilhéus estavam votados, relação que, complementada com o receio dos sismos e com as parcas condições da vida insular, muito teria contribuído para o aumento da emigração na sociedade açoriana.

1.2.2. Evolução do conceito de açorianidade

Em 1936, o etnógrafo Luís Ribeiro publica os *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*, onde amplia e aprofunda o pensamento de Nemésio, ocupando-se da etnogénese do açoriano, dos traços que o aproximam e dos que o distinguem dos povos que lhe estão na origem. Neste contexto, o ensaio mantém as ideias da conferência “Os Açores de Portugal”, proferida em 1919, onde defendeu que “os Açores são e serão sempre de Portugal; (...) são a mais pura e lídima expressão de tudo o que é caracteristicamente nacional, a mais perfeita obra da colonização portuguesa dos séculos XV e XVI” (Ribeiro, 1983b: 3) e concluiu que “o açoriano é assim por todos os motivos verdadeira e essencialmente português, o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico” (ibidem: 6). Partindo deste pressuposto, o ensaio inicia-se com referências ao tema da etnogenia açoriana, reiterando-se a origem maioritariamente portuguesa da população do arquipélago, ainda que se mencionem influências de comportamentos estrangeiros, mormente flamengos e espanhóis (durante o domínio castelhano), a par de escravos, negros, mouros e cristãos novos.

Mas o grande desiderato de Luís Ribeiro nesse ensaio é o de sistematizar as especificidades da psicologia étnica açoriana (Leal, 2000), dando, assim, continuidade à açorianidade defendida por Nemésio nos textos de 1932. Para tanto, o etnógrafo procurou fixar aquilo que se lhe afigurou mais característico do meio açoriano, ou seja:

o vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou o isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilante entre estreitos limites, a pressão atmosférica, os vendavais e tempestades, a diferença entre as ilhas e continente pelo que respeita às condições geográficas e da paisagem, verificar ao mesmo tempo quais as qualidades morais comuns a todos os ilhéus, a sua religiosidade profunda, espírito de submissão, indolência, imaginação criadora, sentido da perfeição e do pormenor, espírito satírico, certo grau de saudosismo, talvez mais acentuado do que no continente, etc., e ver até que ponto estas qualidades morais e a sua feição própria eram consequência das condições mesológicas, ou, pelo menos quais as possíveis relações entre umas e outras. (Ribeiro, 1964: 15-16)

Na demanda das possíveis relações entre as qualidades morais e as condições mesológicas, o primeiro condicionante que marca a personalidade de todos os ilhéus é o vulcanismo, originando o aspeto mais saliente e característico da paisagem histórica açoriana. A par do vulcanismo, surge o abalo sísmico que “provoca no homem e até nos animais uma impressão de incerteza e dúvida, um sobressalto constante, que deixa fundos sulcos no seu moral” (ibidem: 25).

Segundo António Ferreira (2008: 25-45), no período histórico do arquipélago, terão ocorrido trinta e quatro erupções vulcânicas de tipo efusivo e explosivo, incluindo erupções terrestres e submarinas. Destas, destacam-se, pela sua perigosidade, a erupção ocorrida em Ponta Garça, na ilha de S. Miguel, em 1630, que dizimou uma centena de pessoas. Em setembro de 1957, aconteceu a erupção dos Capelinhos, na ilha do Faial, que, embora não tendo provocado vítimas mortais, desalojou cerca de setecentas pessoas e originou uma vaga de emigração para a América do Norte, um quinto da população, de acordo com Correia da Cunha (1963: 134).

Como ilhas de origem vulcânica que são e por causa do seu quadro geotectónico, os Açores são propícios à ocorrência frequente de tremores de terra, alguns de elevada magnitude e perigosidade. No espaço açoriano, registam-se dois tipos de sismos: os que estão relacionados com as erupções vulcânicas e os que resultam do movimento de placas litosféricas ao longo das falhas tectónicas. Por vezes, estes fenómenos podem causar danos materiais e humanos, pois

Como os focos dos sismos na região açoriana são geralmente muito pouco profundos (a litosfera sismogénica raramente ultrapassa a dezena de quilómetros de profundidade), sismos de magnitude moderada podem atingir elevada intensidade (a magnitude mede a energia libertada

pelo sismo; a intensidade traduz as consequências, nas pessoas, nas construções, nos solos). (Ferreira, 2008: 27)

Por isso, alguns tremores de terra provocaram autênticas tragédias: em 22 de outubro de 1522, o sismo de Vila Franca do Campo, em S. Miguel, causou a morte de milhares de pessoas; em 9 de julho de 1757, o terramoto que ocorreu em S. Jorge dizimou cerca de um quinto da população da ilha; no dia 1 de janeiro de 1980, o sismo da ilha Terceira provocou setenta mortos e destruiu muitos imóveis, mormente em Angra do Heroísmo; em 9 de julho de 1998, o sismo do Faial causou oito mortos, destruindo parte do imobiliário desta ilha e também da ilha do Pico.

Perante todas essas adversidades, provocadas pelos sismos e vulcões, o açoriano procura refúgio na religião, rogando e orando a Deus para intervir em seu auxílio. Daí que uma das qualidades morais que define a índole deste povo seja a sua religiosidade, que se extrema quando ocorrem estes cataclismos, dado que o ilhéu,

Surpreso, apavorado, procura acolher-se à proteção divina, porque as forças que se desencadeiam em sua volta excedem muito todas as suas possibilidades de defesa, e recorre então a Deus para que lhe salve a vida ou lhe conceda uma boa morte. (Ribeiro, 1964: 25)

Segundo Leite de Vasconcelos (1992: 71) e Carreiro da Costa (1963: 73), a religiosidade açoriana é uma herança dos primeiros povoadores das ilhas, entroncando, por isso, na tradição cristã e católica do continente. É uma religião modelada no temor a Deus e no respeito pelos outros, reforçada no arquipélago não só por causa das condições de insularidade e dos cataclismos, mas também pelo empenho da igreja na formação, construção e estruturação social das ilhas.

O micalense é o açoriano mais religioso de todas as ilhas do arquipélago, apresentando uma religiosidade alicerçada no temor a Deus, devoção expressa sobretudo no culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, nas Romarias Quaresmais e no culto do Divino Espírito Santo.

O culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, o *Ecce Homo*, foi iniciado pela Madre Teresa da Anunciada e a sua veneração difundiu-se rapidamente por toda a ilha de S. Miguel. O micalense mantém uma relação muito forte com o Senhor Santo Cristo: ora lhe presta homenagem em casa ou em procissão, através da sua crença sincera, do respeito e do temor que lhe vai na alma; ora lhe pede proteção, aquando das calamidades e das aflições provocadas pelos sismos e/ou vulcões. Posteriormente, o

culto estendeu-se a todo o arquipélago¹⁰ e, por fim, acompanhou os emigrantes para o Brasil e para os Estados Unidos da América, em especial nas colónias de açorianos da Nova Inglaterra.

As Romarias Quaresmais, cuja origem remonta ao terramoto que destruiu Vila Franca do Campo em 1522, são manifestações religiosas e culturais autóctones (Aguiar, 2012: 10), de iniciativa popular, que se afastam das romarias continentais, na medida em que assumem um carácter penitencial, não lúdico. Estas romarias realizam-se em S. Miguel, onde os romeiros – homens peregrinos ou penitentes com indumentária específica, que rezam as suas preces e as daqueles que lhes pedem orações no decorrer do trajeto – percorrem a ilha a pé em grupo, faça chuva ou faça sol, movidos por uma fé impressionante que lhes permite superar as dores provocadas pelos muitos quilómetros palmilhados.

O culto do Espírito Santo realiza-se em todo o arquipélago e é a devoção popular mais benquista de todas, relacionando-se com alguns tormentos que martirizaram as populações, designadamente erupções vulcânicas, sismos, pestes e fomes. De acordo com Luís Ribeiro, foram estas calamidades que mantiveram vivo este culto, contrariamente ao que aconteceu no continente, onde esta festa desapareceu quase por completo:

Ao vulcanismo se deve atribuir a persistência dela [da festa] e da devoção à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Não há memória de erupção ou sismo violento em que esta não fosse invocada e em que se lhe não prestasse culto especial. Quando rebentava o fogo e a lava escorria da cratera do vulcão, levavam as coroas do Espírito Santo ao local e aí faziam votos. (Ribeiro, 1964: 29)

Daí que, perante esses fenómenos da natureza, os açorianos fizessem súplicas ao Divino e toda uma série de promessas, muitas delas ainda subsistem em várias ilhas. Mas, esta vertente sagrada, que se manifesta através da cerimónia da coroação após a missa, das rezas do terço, da repartição das esmolas e da bênção do pão e do vinho para o bodo, coabita com a vertente profana, mais alegre, mais exuberante e mais festiva, que não sendo uma união perfeita, beneficia de uma tolerância por parte do clero em relação ao modo como alguns dos atos externos à igreja se realizam. Neste contexto, podemos

¹⁰ Por exemplo: na ilha do Faial, o Santo Cristo da Praia do Almoxarife; no Pico, o culto do *Ecce Homo* e do Cristo Crucificado; em S. Jorge, o Santo Cristo da Caldeira; na Terceira, o Santo Cristo da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Costa, 1963: 80).

encontrar um conjunto de elementos pagãos, por exemplo: a festa do bezerro enfeitado, os foliões, os bodos de leite, as pensões e os impérios, entre outros.

A par com o vulcanismo, o outro elemento mais evidente da paisagem açoriana é o mar, que constitui o componente mais importante na definição da insularidade açórica, contribuindo também para a formação da identidade açoriana e conseqüente relação do açoriano com o mundo. Os autores Carlos Cordeiro (1992), Lusa Ponte (2010), Machado Pires (1995), entre outros, no contexto geográfico do arquipélago, abordaram o papel do mar, considerando-o elo de ligação das ilhas com o mundo devido à localização dos Açores e, ao mesmo tempo, elemento de separação entre as ilhas devido à sua dispersão:

O posicionamento privilegiado em pleno Atlântico Norte, favorecido pelo determinismo do mar e pelas condições da navegação, transforma os Açores em meio de aproximação dos continentes, ou seja, em sinónimo de universalidade. Inversamente, o afastamento do mundo e a descontinuidade do território convertem os Açores em agente de cristalização de comportamentos, isto é, em sinónimo de isolamento. (Matos, Meneses e Leite, 2008: 10)

A contemplação do mar, associada aos tons escuros do verde da terra, “põe os homens cismadores, entristece e abate pela monotonia”, sendo, por isso, “mais um fator da indolência, do saudosismo, de tudo o que faz do açoriano um homem emodorrecido e apático” (Ribeiro, 1964: 59). Porém, ao analisar o modo como a influência do mar se reflete na vida dos açorianos, quer através do cancionero, quer por via da arte popular, Luís Ribeiro concluiu que a ação do mar é pouco intensa na poesia popular, ao contrário do que acontece na poesia culta, devido ao facto de a grande maioria da população ser constituída por agricultores. Não obstante esta feição agrícola da população, o mar atuou na psicologia do açoriano, enquanto portador de tempestades, de naufrágios e, durante largos períodos do ano, por ser mar inavegável, mar revoltado, mar bravo, mar cavado, mar grosso, mar ruim.

Por outro lado, as motivações psicológicas e o determinismo geográfico, aliados ao apelo constante do mar e ao fascínio pelas terras distantes, facilitam e propiciam a predisposição do açoriano para emigrar, fazendo-o muitas vezes não por necessidade, mas “por força de uma tendência natural, que às vezes constitui uma verdadeira obsessão” (ibidem: 55). No entanto, em 1940, ao refletir sobre as causas da emigração, Luís Ribeiro abandona a tese da atração que o mar exerce sobre o ilhéu para se centrar em fatores socioeconómicos:

O açoriano, que desde meados do século XVII abandona a terra natal em grande número com incrível facilidade para ir tentar fortuna em países distantes, é a isso levado, as mais das vezes, pelo desejo de melhorar as suas condições de vida e amealhar alguns cabedais que lhe permitam regressar e adquirir terras para cultivar. (Ribeiro, 1982: 220)

Efetivamente, os fluxos migratórios açorianos deveram-se às frequentes catástrofes naturais (sísmicas e vulcânicas), às crises de subsistência provocadas por fatores climáticos, à atenuação dos desequilíbrios demográficos, mormente para atenuar a pressão demográfica provocada pela elevada natalidade, à procura de melhores condições de vida e à necessidade que as autoridades régias tinham de ocupação de territórios (Matos e Sousa, 2008: 538). Neste contexto, podemos considerar três tipos de emigração (Pires, 1997: 154) que os açorianos empreenderam na senda de melhores condições de vida: a emigração para o Brasil ou emigração “histórica”, a emigração para os Estados Unidos da América e Canadá e a “emigração interna”.

O primeiro tipo de emigração iniciou-se, no século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, dirigindo-se para o Maranhão e para o Pará, sendo a maioria dos açorianos das ilhas do Faial e do Pico, englobando alistamentos de casais, recrutamentos, indivíduos isolados e clandestinos. Em meados do século XVIII, atinge-se um grande movimento migratório das gentes dos Açores em direção aos atuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O segundo tipo de emigração divide-se em dois períodos: de 1880 a 1920 e de 1955 a 1975. No primeiro período, a emigração dirige-se, em grande escala, para os Estados Unidos (Nova Inglaterra e Califórnia), embora alguns açorianos emigrem ainda para o Brasil ou para o Havai. As causas para este grande surto migratório relacionam-se, por um lado, com a abertura dos Estados Unidos à emigração e, por outro lado, com o desemprego que assolou as ilhas com o fim do ciclo da laranja. Armando Narciso dá conta desta partida em grande número, merecendo-lhe um reparo a um tempo de desilusão, de tristeza e de mágoa:

Os emigrantes embarcam aos rebanhos em largas barcaças de carga. É gado que vai para os matadouros de além Atlântico. O corpo abatido, no olhar brilhando uma esperança, empacados contra o costado denegrido, lá seguem. (Narciso, 1914: s.p.)

No segundo período, os emigrantes dirigem-se para os Estados Unidos e para o Canadá, por várias razões: devido à abertura do Canadá à emigração e à não imposição de restrições dos Estados Unidos (Immigration Act de 1965); por causa de cataclismos naturais (no seguimento da erupção do vulcão dos Capelinhos, em 1957-58, na ilha do

Faial); devido às condições socioeconómicas do arquipélago e à guerra colonial, pois muitas famílias abandonavam as ilhas para que os filhos fugissem do serviço militar. Este surto migratório foi tão grande neste segundo tipo de emigração que há mais açorianos e seus descendentes nos Estados Unidos do que no arquipélago dos Açores.

O terceiro tipo de emigração, a “interna”, refere-se à movimentação de açorianos para Portugal Continental e entre as ilhas do arquipélago, ilhéus que partem à procura de melhores condições de vida, para prosseguirem estudos superiores (Continente) e por razões profissionais. Com o terceiro movimento autonomista, assistiu-se a um decréscimo da “emigração interna”, mas também da “externa”, com a constituição do Governo Regional que proporcionou melhores condições de vida aos açorianos e com a criação da Universidade dos Açores que permitiu uma qualificação superior dos jovens e a sua fixação no arquipélago.

As condições atmosféricas foram também condicionantes naturais que intervieram no modo como os primeiros povoadores organizaram o espaço, quer em termos de ocupação humana, quer de aproveitamento do solo, por forma a adaptarem-se a essas novas diversidades climáticas, designadamente as impostas pela altitude e pela exposição aos elementos (Gregório, 2008: 118-119). Assim, o modelo geral de ocupação definiu que a partir de uma altitude superior a 350-400 metros cessam as habitações permanentes e as zonas de cultivo agrícola (Ferreira, 2008: 35). Acima dessa cota, entra-se nas zonas das pastagens, dos baldios, dos matos e dos incultos. Para esta divisão, foram tidos em conta os ventos fortes durante largos períodos do ano, as tempestades, a nebulosidade junto do cimo das montanhas, os nevoeiros persistentes e o alto grau de humidade, com humidades relativas do ar de 70 a 100%, resultando numa atmosfera pesada, a que os irmãos Bullar chamaram *azorean torpor* (Bullar e Bullar 1986).

Ora, para Luís Ribeiro é exatamente esse elevado grau de humidade atmosférica, muitas vezes próximo da saturação, que atua no modo de ser açoriano, visto que “nesse ambiente morno todas as energias se quebram, e daí a indolência peculiar dos açorianos, ainda que em grau variável de ilha para ilha” (Ribeiro, 1964: 33). Assim, é este mormaço (Agostinho, 1963: 146-148), este tempo quente, húmido e entorpecedor que provoca a modorra no açoriano, tornando-o sonolento, apático e prostrado. Mas, este excesso de humidade insular faz com que o açoriano se adapte rapidamente a outros climas, isto é, o ilhéu transforma-se e torna-se num trabalhador exemplar.

A primeira consequência da indolência provocada pela humidade e pela tristeza da paisagem no estado moral do açoriano é a saudade, que se reflete no cancioneiro popular. Assim sendo, o saudosismo, “produto da alma portuguesa, mercê de circunstâncias do meio geográfico, não só vicejou nos Açores, como neles se ampliou” (Ribeiro, 1964: 37). Por outro lado, o clima também interferiu com a psicologia étnica da alma açoriana, incidindo nas qualidades artísticas e acentuando a propensão para a sátira, como se pode comprovar pela consulta do cancioneiro popular, mormente em canções como *As Velhas*, *O Bravo*, *O Samacaio* ou *O Pezinho* de S. Miguel. Porém, este espírito satírico resulta não de uma alegria, mas de uma tristeza e de uma melancolia, que se ligam às condições de vida e à influência do meio:

O açoriano, impregnado da tristeza da paisagem, preocupado subconscientemente com os sismos e os vendavais sempre eminentes, abatido pelo *azorean torpor*, desforra-se rindo dos outros, das suas fraquezas, dos seus ridículos que maldosamente amplifica. (ibidem: 52)

A insularidade é outra das circunstâncias mesológicas que condicionou a dimensão psicológica do temperamento açoriano, determinando-lhe a açorianidade, mas não se reduzindo a ela. Por outras palavras: “a insularidade precede a açorianidade, isto é, tem-se, primeiro, a consciência de se ser ilhéu e só, depois, se assume o ser-se açoriano, quer dizer, a açorianidade” (Rosa e Trigo, 1987: 347).

Ora, é justamente esta consciência de ser ilhéu, insular, habitante de uma ilha, não de um arquipélago, que marca uma individualidade local, sobrecarregada de um bairrismo insular e de uma rivalidade existente entre as ilhas, que se reflete em algumas cantigas açorianas, como nesta que Leite de Vasconcelos (1992: 203) recolheu na ilha do Corvo:

S. Miguel, *unha na palma*,
Terceira, *faca sem ponta*,
Pico, Faial, Graciosa,
Tudo vai na mesma conta!¹¹

Mas, quando acontecem grandes desastres, provocados por sismos ou vulcões, as populações unem-se e lamentam a sua sorte funesta, como o provam alguns cantos populares açorianos. Por exemplo, aquando do terramoto de Vila Franca do Campo, em 1522, a dor daquelas gentes ficou gravada nesta cantiga:

¹¹ Isto é: os micaelenses são ladrões e os terceirenses, porque cortam de lado, são falsos e desleais.

Oh ilha de São Miguel,
Quanta desgraça lá vai!
Tanta mulher sem marido,
Tanta criança sem pai. (Braga, 1869: 390)

Se é verdade que o isolamento atuou na índole do açoriano, traduzindo-se num forte vínculo que mantém com a sua terra, também não é menos verdade que mostra uma fraca noção da nacionalidade (Serpa, 1978: 55), como acontece, por exemplo, quando tem de assumir alguns compromissos com o país e dos quais se escusa por apego à sua ilha, pois “se detesta o serviço militar e faz tudo o que pode para se eximir a prestá-lo, é porque ele o afasta da terra e do seu amanhã, o obriga a deslocar-se do seu meio e lhe transtorna a vida” (Ribeiro, 1964: 45). Por outro lado, por ação da insularidade e do clima, o açoriano manifesta um espírito de submissão e de servilismo em relação aos senhores das terras e às autoridades. Assim, a “humidade do clima temperado, determinando a indolência peculiar do açoriano e certa tristeza que a paisagem causa, ajudou e facilitou esta atitude servil e humilde que foi adotada em geral” (ibidem: 44-45).

Após a Revolução de Abril de 1974, e depois de consolidada a autonomia político-administrativa em 1976, a ação governativa desenvolveu uma série de políticas de apoio às comunidades açorianas da diáspora espalhadas pelo mundo (Estados Unidos, Canadá, Brasil, Havai, Venezuela e Bermudas) e descendentes, cujo objetivo era o de dar início ao processo de transnacionalização¹² da açorianidade. Para tanto, o Governo Regional criou, em 1977, os Serviços de Emigração, seguiu-se-lhe, em 1989, o Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, sucedendo-lhe a Direção Regional das Comunidades em 1997. Estes departamentos governamentais promoveram e apoiaram uma série de atividades e de reuniões internacionais de organizações de imigrantes açorianos, onde se fez uma reflexão sobre os Açores e sobre os açorianos: inicialmente, durante os Congressos das Comunidades Açorianas, realizados em 1978, 1986, 1991 e 1995 e, depois, substituídos pelas Jornadas “Emigração/ Comunidades” em 2002, 2004 e 2007. Por outro lado, a Direção Regional das Comunidades desenvolve ainda uma série de iniciativas de apoio às organizações das comunidades da

¹² O transnacionalismo define-se como “o conjunto de processos por intermédio dos quais os imigrantes constroem campos sociais que juntam a sua sociedade de origem e a sua sociedade de acolhimento, baseados em múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que atravessam as fronteiras” (cf. Leal, 2007: 80).

diáspora, agrupando-se em três grandes áreas: apoio instrumental (sobretudo no seguimento de pedidos de material), apoio para formação (quer sobre a Língua Portuguesa, quer sobre os Açores) e apoio na área da divulgação (edição, difusão e publicação de materiais).

Por sua vez, a diáspora açoriana espalhada pelo mundo organiza uma série de eventos para promover os Açores. Para tanto, organiza colóquios, ciclos de conferências de temática açoriana e promove ações de difusão da cultura tradicional açoriana, designadamente em programas de rádio, de televisão e através da imprensa escrita. Segundo Lacerda (2003: 59-60), dos eventos organizados, destacam-se os seguintes: o “Festival Cabrilho”, em San Diego, e o “Simpósio Literário Filamentos da Herança Atlântida” em Tulare, na Califórnia; as “Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra”, em Fall River, Rhode Island; os “Ciclos de Cultura Açoriana” em Mississauga, Ontário, no Canadá; as “Festas do Mar” e o “Festival de Danças Gaúchas de Raízes Açorianas” no Rio Grande do Sul; a “Festa da Cultura Açoriana” e a “Festa da Marejada” em Santa Catarina; e a “Feira da Providencia” no Rio de Janeiro. Neste contexto, e como afirma o mesmo autor,

o discurso da açorianidade traduz-se num processo contínuo de apropriação, difusão e circulação de símbolos, ideias e emblemas capazes de fazer operar centenas de organizações em torno de uma “comunidade de sentimentos” que tem os Açores como raiz e centro simbólico e suas terminações localizadas nas expressões populares locais, quer das ilhas, quer das comunidades da diáspora. (ibidem: 60)

Deste modo, constata-se que a emigração desempenhou um papel muito importante na construção da identidade açoriana e da açorianidade, no sentido em que o ilhéu emigrado deixa de ser o habitante do Pico¹³, do Faial, de S. Miguel, da Terceira ou doutra ilha qualquer, para pertencer a um todo, ou seja, passa a ser o emigrante dos Açores.

Por sua vez, Onésimo Teotónio de Almeida chama a atenção para o facto de o termo açorianidade aparecer, as mais das vezes, num contexto político e artístico, estando, por isso, carregado de valores estéticos e éticos. Ou seja: consoante a ideologia partidária, a açorianidade assume afetos e conotações políticas diversos na defesa da autonomia e na luta contra o centralismo; na vertente artística, a açorianidade emana da

¹³ Veja-se, por exemplo, esta cantiga recolhida na ilha do Pico, em 1924, por J. Leite de Vasconcelos (1992: 76):
Sou do Pico, Picaroto, / Da América, Americano; / Sou das ilhas dos Açores, / Sou Açor – Açoriano.

observação das vivências insulares, individuais e coletivas, transpondo-as para o campo literário ou para outro tipo de arte. Neste sentido, a açorianidade assume uma natureza subjetiva, na medida em que expressa uma série de ligações pessoais e arbitrárias entre o escritor ou o político e o objeto sobre que escreve. Assim sendo, este autor considera que o conceito açorianidade é vago ou aberto porque engloba todas as conceções que dele se fazem. Por conseguinte, defende que a açorianidade deve ser entendida como:

um assumir-se o passado tal como foi, um interessar-se pelo presente e um preocupar-se com o futuro. Assim mesmo vago e indefinido, o amor à terra e à gente permite muitas maneiras e estilos. É possível cantá-lo nos tons menores, melancólicos dos “olhos pretos”, ou agressivos: do “ladrão, ladrão”, alegres da *chamarrita*, ou terra-a-terra da *sapateia*. (Almeida, 2011: 161)

Em 2011, a Presidência do Governo Regional fez publicar o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2 de agosto, que estabelece o conjunto de competências-chave e aprova o referencial curricular para a educação básica na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta as especificidades das ilhas açorianas. Este Decreto Regulamentar é o culminar de uma série de legislação sobre as aprendizagens e competências a desenvolver nas escolas açorianas, cuja primeira referência remonta a 2001, ano em que se introduziu o conceito de currículo regional na política educativa açoriana, sendo uma adaptação orgânica do currículo nacional. Assim, no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional N.º 15/2001/A, de 4 de agosto, define-se currículo regional como “o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos que se fundamentam nas características geográficas, económicas, sociais, culturais e político-administrativas dos Açores.”

O Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2 de agosto, articula-se à volta de dois temas integradores, transversais às competências-chave e às áreas curriculares: desenvolvimento sustentável e açorianidade. Mas, para lá da articulação transversal, este documento define o conceito açorianidade, no seguimento do que havia feito Nemésio, e entendido como o modo de ser do açoriano e a sua relação com o mundo. Deste modo, assumem-se as particularidades arquipelágicas, as quais configuram uma identidade regional que se expressa no fenómeno da açorianidade. Neste sentido, todas as áreas curriculares participam na abordagem à açorianidade num contexto de educação para o desenvolvimento sustentável. Em relação à área curricular de Português, pretende-se que contribua para

a afirmação da identidade linguística e literária açoriana, promovendo o conhecimento e a valorização das especificidades linguísticas decorrentes da descontinuidade territorial regional, das dinâmicas de povoamento e fenómenos migratórios açorianos, divulgando e fomentando a reflexão em torno do património literário oral e escrito com origem e raízes nos Açores, em articulação com o Plano Regional de Leitura. (DRR nº 17/2011/A)

Ora, atendendo ao património literário oral e escrito com origem e raízes nos Açores, isto é, relativo a autores ou temáticas açorianos, transpõe-se a açorianidade para o campo da literatura. Assim, delimita-se o conceito de açorianidade: deixa de ser entendido enquanto fenómeno cultural *lato sensu*, para ser abordado como açorianidade literária.

Deste modo, reconhece-se a importância da obra literária açoriana para a afirmação da identidade cultural insular, bem como para a definição e caracterização do conceito de açorianidade. Como refere Urbano Bettencourt:

A literatura, pela sua capacidade de representar e construir modelos do mundo, desde cedo foi interpelada no sentido de “ocupar-se” da realidade insular, ainda que ao longo do tempo a formulação do que pode e *deve* ser “uma literatura açoriana típica e característica” tenha sido função de diferentes pressupostos e pontos de vista sobre a arte e a sua relação com o mundo. (Bettencourt, 2008a: 308)

Capítulo 2- Especificidades da literatura açoriana

2.1. Na senda de uma definição de literatura açoriana

A problemática da literatura açoriana remonta ao primeiro movimento autonómico. Nos debates culturais que então se realizaram, discutiu-se esta questão da literatura e a ideia de se criar uma literatura insular começou a ganhar força, na medida em que era vista como uma forma de divulgação e de promoção de uma identidade entre os açorianos.

O jornalista e erudito micalense, Armando da Silva, aborda a questão da literatura açoriana no seguimento da receção ao opúsculo *A Independência açoriana e seu fundamento*, de António d'Ávila Gomes, e do comentário ao terceiro fascículo das *Questões açorianas*, de Mont'Alverne de Sequeira, intitulado *De como temos sido burlados*, em que o primeiro defende a emancipação política dos Açores e o segundo proclama a autonomia administrativa do arquipélago. Neste artigo, o jornalista defende a importância da literatura na caracterização e no registo das mudanças sociais e históricas dos povos. Em relação aos Açores, reconhece que ainda não têm “uma literatura propriamente sua, porque lhes falta o indispensável vínculo moral de um espírito nacional” (Silva, 1893: s.p.), afirmando, no entanto, que já vê sinais desta literatura no que se começa a publicar no arquipélago.

Em 1896, na rubrica “Poetas Açorianos”, e no seguimento de um comentário ao livro *Murmúrio*, de Osório Goulart, este estudioso faz uma reflexão sobre a literatura açoriana e conclui que esta literatura não é conhecida no país, apesar de se encontrarem alguns bons poetas nas ilhas que não merecem essa indiferença nem esse esquecimento de Portugal Continental. Porém, ao analisar a obra dos poetas dos Açores, assume uma posição muito crítica, porquanto considera grande parte dessa poesia como trivial, havendo no arquipélago muitos poetas que escrevem muitos versos, mas pouca poesia. Esta crítica torna-se ainda mais acutilante, assumindo mesmo um tom irónico, quando afirma que a maioria dos poetas açorianos envereda por imitações inferiores, deslocadas da realidade insular, pois

Pássaro que cante nos versos dos nossos poetas é, sem substituto, o rouxinol, cujas melodias nunca foram desferidas nos ramos das faias das ilhas; flor que rescenda delicados aromas é, invariavelmente, o nardo, de que a Sociedade Promotora da Agricultura Micalense ainda há de

tomar conhecimento quando puser em execução o seu grande plano de cultura das flores artificiais. (Silva, 1896: s.p.)

Ora, para superar essa imitação inferior, representação plástica da realidade, impercetível e nada original, Armando Silva questiona os poetas:

Porque não cantam os poetas açorianos as paisagens das suas terras encantadoras, o mar que bate e geme ao longo de todas essas abruptas costas? (...) Sejam os poetas açorianos, em vez de *pasticheurs* sem imaginação nem originalidade, poetas dos Açores. Serão maiores desse feito, apesar do arquipélago ser muito pequeno. (ibidem: s.p.)

Em 1901, este estudioso alarga essa conceção de arte a todos os escritores insulares, defendendo a necessidade de a literatura açoriana ser original e ser escrita por açorianos, ao declarar que

os escritores dos Açores deveriam, primeiro que tudo, esforçar-se por constituir uma literatura açoriana típica e característica, e que os que de entre eles possuem faculdades criadoras deveriam imaginar os seus dramas e os seus heróis no teatro de maravilhosa decoração que é a sua pátria encantadora e redolente de perfumes. (Silva, 1989: 77)

Neste contexto, a originalidade da literatura açoriana deve procurar-se no arquipélago, quer através da descrição da cor local, quer pela temática, caracterizando social e historicamente as gentes das ilhas. Por outro lado, pátria é aqui entendida como terra natal, não existindo, por isso, uma demarcação da literatura açoriana em relação à literatura nacional, como acontecerá posteriormente.

Alguns anos mais tarde, João de Matos Bettencourt retoma essa ideia de uma literatura insular, o que fez com que Rebelo de Bettencourt o considerasse mesmo como o primeiro poeta dos Açores a sentir “a necessidade de se criar uma literatura açoriana, uma literatura ao nosso modo de ser” (apud Félix, 1999: s.p.). Para tanto, em 1915, fundou e dirigiu, em Santa Cruz da Graciosa, a revista *Atlântida*, publicação aberta a todos os escritores açorianos, no sentido de

desenvolver nos Açores o gosto pela Arte. Ela estimulará o artista, fazendo com que justiça seja feita ao seu talento; e levará ao conhecimento de toda a gente que os Açores são uma terra de artistas e de extraordinárias belezas naturais. Ela fará surgir límpida e brilhante a alma da raça açoriana. (Bettencourt, 1989: 80)

Da revista, publicaram-se apenas seis números, pois o suicídio do poeta, nesse mesmo ano, veio derrubar tal desígnio. Este seu empenho e interesse pelos Açores, esta veia criadora e laboriosa na procura de uma arte insular, fez com que Pedro da Silveira apontasse a sua obra, conjuntamente com a de Roberto de Mesquita e Armando Côrtes-

Rodrigues, como precursores de uma literatura “expressão de nós mesmos, açorianos, e não visões doentias daquilo que não somos” (apud Leite, 2006: 31).

O segundo movimento autonomista desencadeou-se com o fim da Primeira Guerra Mundial, insurgindo-se contra a incompetência dos governos republicanos em resolver a crise económica e social do pós-guerra que fustigava todo o arquipélago. Este movimento teve duas vertentes: uma essencialmente política, que defendia a independência dos Açores e consequente instalação de um autogoverno próprio, sob o protetorado dos Estados Unidos da América, do Presidente Wilson; e outra, de orientação cultural regionalista, de estudo e de teorização de uma identidade açoriana própria (cf. Leite, 2012).

Durante esta fase do processo autonómico, existiu, pois, um forte movimento nas ilhas que defendia o regionalismo, “movimento de âmbito abrangente que, nas suas vertentes económica, política, cultural e literária, se traduzia, em termos gerais, numa valorização das regiões e das províncias enquanto subconsciências da plenitude nacional” (Bettencourt, 2002: 10). Neste contexto, a literatura açoriana assume um papel importante, na medida em que funciona como veículo de divulgação das características que descrevem o arquipélago e as suas gentes, designadamente os aspetos telúricos e geográficos, os etnoculturais e as particularidades linguísticas – fonéticas e lexicais. Deste modo, Luís Ribeiro distingue dois processos de criar arte regional, seja em poesia ou em prosa:

um, a que chamarei objetivo, que consiste em pintar a natureza insular destacando o que nela há de característico, a paisagem, os usos, os trajes e os costumes das ilhas; outro, o subjetivo, cujo segredo está em traduzir em formas artísticas a psicologia popular, a alma açoriana. (Ribeiro, 1923: s.p.)

Assim, a autêntica literatura açoriana expressa equitativamente estas duas formas da realidade local. Mas para que esta arte regional seja possível, o escritor açoriano (prosador ou poeta) deve não só estar em convivência constante com o povo dos Açores, como também ser capaz de observar e compreender os sentimentos da população para os poder expressar literariamente. Deve, nas palavras de Vitorino Nemésio, servir-se do instinto e da sensibilidade para descobrir a realidade insular e, desta forma, contribuir para a resolução do problema literário açoriano “tão descurado, e tão mal resolvido sempre com paliativos importados – temas banais e gastos na poesia; dissertações sobre regatos na prosa...” (Nemésio, 1923: s.p.).

Em 1938, no já referido Primeiro Congresso Açoriano, Carreiro da Costa proferiu uma comunicação intitulada “Propaganda insular pela literatura regional” e inserida na quarta sessão de trabalho. A conferência realizou-se no dia 10 de maio de 1938, e foi subordinada ao tema “História e tradição, etnografia e folclore, literatura e arte”, porque nas palavras deste autor:

A etnografia e o folclore no todo que representavam da tradição popular açoriana eram manancial inesgotável para estudos dos mais diversos e copiosos e a arte regional bem como a música popular constituíam fonte de inspiração ainda pouco explorada, não falando já da literatura e da imprensa regionais que uma vez integradas nos respetivos quadros de cultura muito teriam de fornecer para a formação dum índice de valores intelectuais relativos ao arquipélago açoriano. (Costa, 1995: 23)

Este autor inicia a sua conferência defendendo que a literatura regional é um instrumento importante para o estudo e divulgação de determinada região, mesmo sabendo que as informações por ela veiculadas possam ser alteradas pela imaginação do autor e pela ficção que assiste à obra literária. Deste modo, assume particular importância, nesta literatura, a descrição pormenorizada da paisagem, do meio e do indivíduo, uma vez que existe uma interdependência entre uns e outros, ou seja: “o meio controlando a atividade material e psíquica do indivíduo, o indivíduo modificando o meio por determinação das suas necessidades” (Costa, *ibidem*: 257). Assim, a literatura regional terá como cenário essa luta entre o indivíduo e o meio, mostrando as particularidades de cada um, o que há de novidade na psicologia dos indivíduos e nas atividades de cada região, distanciando-se, por essa via, da literatura em geral que aponta o que há de comum nos diferentes meios, nas diferentes psicologias dos indivíduos e nas várias atividades humanas.

Ora, para se descrever literariamente determinada região há que ter em conta as verdadeiras fontes, mormente tudo o que é exclusivo do meio, tudo o que se mantém livre de influências estranhas, tudo o que permanece ainda em estado puro em resultado do isolamento, ou seja, tudo o que melhor puder caracterizar e definir essa região, pois segundo este autor:

Para focar uma determinada região, duma maneira imediata não importa nem a qualidade da paisagem nem a psicologia dos indivíduos, nem o espírito dos grupos, nem as espécies das atividades, nem o exclusivismo dos usos, nem a novidade dos costumes, nem o ineditismo da linguagem, nem o episódico dos conflitos: logo que tudo seja próprio dela, aí encontraremos materiais indispensáveis para uma obra literária de caráter regional. (Costa, *ibidem*: 257)

Mas, e os Açores, terão eles essas características para poderem ter uma literatura regional?

Com efeito, Carreiro da Costa considera que os Açores dispõem de uma série de materiais que podem constituir fontes importantíssimas para criarem uma literatura insular, apesar de diariamente o arquipélago estar a perder algumas dessas características. Mas, para que essa literatura se concretize, é necessário que os autores açorianos se inspirem em motivos locais, pois, à parte algumas exceções, casos de Vitorino Nemésio e de Armando Côrtes-Rodrigues, por exemplo, nos Açores ainda não se publicou uma obra que trate integralmente o regionalismo açoriano. De seguida, este conferencista faz uma incursão pelas publicações no arquipélago e conclui que existe uma crise de literatura regional insular, o que é prejudicial para a região. Por isso, urge criar uma literatura regional que funcione como poderoso instrumento de propaganda e dê a conhecer os Açores através das obras dos seus escritores, à semelhança do que acontece no Minho, que se celebrizou com os livros de Júlio Diniz, e na Beira Alta, cujas montanhas agrestes passaram a ser conhecidas a partir das obras de Aquilino Ribeiro. Deste modo, a literatura regional açoriana contribuirá para a propaganda insular de natureza cultural através da publicação de obras de vulto, criadas por intelectuais e artistas. Estas obras despertarão o interesse e a curiosidade pelas realidades do arquipélago, através do fornecimento de dados concretos para o conhecimento dos Açores e, assim, a literatura insular ajudará a região no melhoramento económico.

A questão da literatura açoriana é aqui abordada na perspectiva duma problemática acerca da propaganda insular pela literatura regional, uma vez que os Açores dispõem, nas nove ilhas que constituem o arquipélago, de muitas fontes de inspiração que lhes permitem criar uma literatura regional própria, literatura essa que dará um conhecimento mais completo e mais profundo dos Açores. Em todas as ilhas, encontramos, pois, conflitos, temas, paisagens, caracteres do povo açoriano que remetem para uma idiosincrasia própria, como

o tipo psicológico do açoriano que abrange o daquele que passa a vida nas montanhas na vigia do gado, o do outro que leva os dias em contacto imediato com a terra que cultiva e ainda o do outro cujo labutar é dedicado exclusivamente ao mar, como caçador de baleia, etc., havendo ainda que atender, dentro do mesmo aspeto psicológico, o espírito simultaneamente religioso e pagão, despreocupado e supersticioso da nossa gente, não falando já da riqueza do nosso folclore que muito poderá fornecer aos que a tal ramo literário se queiram dedicar, pois o próprio dom de improvisar latente no povo anónimo, nos dá motivos em demasia para trabalhos interessantes. Isto, sem nos referirmos às numerosíssimas atividades desenvolvidas que certamente são outro conjunto de elementos a dispor. (Costa, *ibidem*: 258-259)

Assim, para estimular a criação e a expansão da literatura regional açoriana, Carreiro da Costa aponta quatro pontos a seguir que, em sua opinião, permitiriam a execução desse objetivo: o primeiro aspeto passaria pela criação de um curso livre nos liceus dos Açores sobre o regionalismo insular; o segundo diria respeito aos jornais locais que deveriam publicar os trabalhos dos que frequentassem esse curso; o terceiro aspeto diria respeito às Juntas Gerais Autónomas que deveriam criar uma revista cultural onde se publicassem não só trabalhos de ficção, mas também estudos históricos e científicos sobre os Açores; por último, que a referida revista cultural fosse distribuída por todo o país e no estrangeiro.

Nas décadas de quarenta e de cinquenta do século XX, retoma-se a questão da literatura açoriana quer na imprensa regional, quer na imprensa do continente, mas alarga-se o tema do debate, na medida em que se fala de uma literatura açoriana autónoma, com características próprias. Efetivamente, pretende-se aferir as características da literatura açoriana adotando o critério da temática e o da técnica das escolas literárias, no seguimento do que acontecia com a nova literatura cabo-verdiana e sob influência do movimento neorrealista português. Neste sentido, alguns críticos defendem a existência de uma literatura autónoma, diferente da literatura portuguesa, alegando para essa diferenciação causas étnicas e geográficas, por um lado, sociais e económicas, por outro (Jesus, 1957: 201).

A discussão acerca da possibilidade ou não de uma literatura de significação ou expressão açoriana suscitou posições contrárias nos escritores e críticos literários que intervieram no debate. Assim, há os que afirmam que a literatura tipicamente açoriana não existe, como, por exemplo, o poeta Osório Goulart (1946: 669-670) que a considera integrada na literatura portuguesa, em resultado da proximidade geográfica e dos contactos frequentes entre os Açores e Portugal Continental, devido à influência dos literatos continentais nos escritores insulares e, ainda, por a literatura açoriana refletir todas as fases da literatura portuguesa. Há aqueles que veem nessa literatura apenas uma diferença acidental em relação à portuguesa mas que tem contribuído com os seus autores para valorizar a literatura nacional, por exemplo, Ruy Galvão de Carvalho. Há, também, os que, como Pedro da Silveira, defendem a existência de uma literatura açoriana própria mas de formação recente, que descreve com realismo o ambiente ilhéu, e “quanto possível autónoma da [literatura] reinol” (apud Jesus, 1978: 85). Há, por fim,

aqueles que estabelecem os alicerces de uma futura literatura autónoma, por exemplo, Eduíno Borges Garcia.

Com efeito, Eduíno Borges Garcia, numa série de artigos que depois reuniu em opúsculo sob a epígrafe “Por uma autêntica literatura açoriana”, estabelece os alicerces de uma futura literatura autónoma, a qual deverá ser “regional pelo *ambiente* e pela *forma* e universal pelo *sentido*, pelo ângulo de visão do escritor” (Garcia, 1983: 53). Aludindo a Gaspar Frutuoso, sustenta que, desde o povoamento do arquipélago, os literatos insulares se têm referido ao homem açoriano mas de forma descontínua, pelo que considera o século XIX como referência para a literatura de ficção criada no arquipélago, apesar de o homem ilhéu não aparecer aí retratado com profundidade. Ora, para que emerja uma autêntica literatura açoriana, é necessário o aparecimento duma genuína mentalidade açoriana, devendo o escritor assumir um papel ativo na construção e divulgação dessa mentalidade. Para isso, tem de estudar o homem açoriano para o conhecer profundamente quer no plano histórico e geográfico, quer no económico e sociológico.

Neste contexto, exorta os jovens intelectuais açorianos para que se empenhem na criação de uma autêntica literatura açoriana, dando-lhe o caso da emigração como um dos temas a ser tratado, dado que nunca foi trabalhado com objetividade sob o ponto de vista literário. Para tanto, sugere a emigração para a América, com as suas implicações materiais e morais nos açorianos, exemplificando com o conto “Embarque”, de Fernando Lima, narrativa que representa um passaporte para uma nova vida.

Por seu turno, José Enes defende a necessidade de adoção de um critério para se poder diferenciar literaturas, por exemplo, o da temática e o da técnica das escolas literárias. Deste ponto de vista, conclui que no arquipélago não há uma literatura açoriana autónoma, o mesmo acontecendo com a literatura portuguesa em relação às literaturas europeias, mormente à literatura italiana, à espanhola e à francesa, existindo somente uma diferença particular e idiomática. Por isso, este autor defende que

onde houver uma idiosincrasia populacional com características essenciais próprias, que se traduza numa expressão literária não apenas pela temática, mas sobretudo pela modalidade expressiva espontânea, que pode coexistir com as diversas técnicas das escolas – aí teremos uma literatura. (Enes, 1983: 36)

Deste modo, José Enes transpõe o problema da literatura açoriana para o campo da psicologia social e, dentro deste campo, apresenta três características que diferenciam

os escritores açorianos dos escritores continentais, nomeadamente a presença do mar, uma motivação subjetiva e uma emotividade concentrada, e a fusão da psicologia individual com o ambiente, dando origem a uma prosopopeia viva, sincera e humanizante das coisas mortas que nos circundam, atribuindo a este conjunto de características o nome de açorianidade. Neste sentido, este estudioso antevê uma literatura insular abundante em poesia lírica, mas fraca em novelas e romances de qualidade.

Por sua vez, Ruy Galvão de Carvalho, no artigo “Visão panorâmica da poesia açoriana”, refere que, apesar do título sugestivo do estudo, não pretende “traçar à parte as possíveis características basilares da literatura poética dos Açores, porventura mesmo separar a nossa literatura regional da do Continente lusitano, concedendo-lhe, inclusivamente autonomia própria” (Carvalho, 1944: 179). Neste contexto, rejeita a existência de uma literatura açoriana autónoma, porquanto significaria enveredar por um caminho antipatriótico e, pelo contrário, entende a literatura insular como um contributo importante para a valorização da literatura portuguesa.

Doze anos mais tarde, este estudioso volta a analisar a literatura do arquipélago e conclui que é prematuro falar-se de uma literatura de significação ou expressão açoriana porque o que se criou acerca desta literatura é muito pouco, não obstante as tentativas realizadas neste sentido a partir do século XIX por alguns poetas e contistas. Refere, também, que os escritores de teatro geralmente pouco se têm interessado pelos temas ilhéus e que só ultimamente é que se tem verificado um movimento em prol de uma literatura de expressão açoriana, sobretudo desde o aparecimento do romance *Mau tempo no canal*, de Vitorino Nemésio.

Nesta ordem de ideias, este autor defende a autonomia no poder da criação literária, a universalidade no tratamento dos temas inerentes ao homem das ilhas e termina fazendo um apelo aos escritores insulares para que se inspirem no meio envolvente:

Não se pretende, evidentemente, com isto separar a nossa Literatura da Literatura da Mãe-Pátria. Longe de nós tal ideia! Somos historicamente portugueses e nisso sentimos orgulho racial (...).

Autonomia literária não significa para nós separatismo, mas sim independência no poder de criação, isto é, de livremente dar expressão literária ao «caso» do homem ilhéu e de o universalizar pelo seu conteúdo humano (...).

Concluindo: admitimos o princípio de que o verdadeiro artista, se quiser que a sua obra perdure, tem de lhe dar a *cor local*. Porque entendemos: quanto mais regional, mais nacional; quanto mais nacional, mais universal.

Em derradeira análise: Uma literatura *nossa*, mas sem deixar de ser *nacional*; uma literatura *bem nossa*, mas que seja capaz de interessar o homem de qualquer parte do mundo. (Carvalho 1983: 73)

Eduíno de Jesus, num artigo publicado no jornal *Correio dos Açores*, sob o título “O que se deve entender por uma literatura açoriana”, defende que os Açores não têm uma literatura própria, mas não deixa de apontar caminhos para a emancipação dessa literatura, percursos que passam pela sua açorianização. Neste sentido, entender-se-á por literatura açoriana aquela que falar das ilhas, das suas gentes, baseando-se nas circunstâncias da insularidade, “uma literatura *sui generis*, revelação sincera da nossa psicologia ilhoa, que atravesse o mar, que atravesse fronteiras e que se universalize sem nunca deixar de ser açoriana” (Jesus, 1948: s.p.), à semelhança do que acontece com Vitorino Nemésio e Armando Côrtes-Rodrigues, dois grandes vultos da literatura insular e da açorianidade literária, que interpretam, nas suas obras, a idiosincrasia do homem açoriano numa perspetiva universal.

Mas, contrariamente a esta visão otimista e eufórica na defesa da verdadeira literatura açoriana, Eduíno de Jesus escreve, em 1957, um artigo mais analítico e realista, intitulado “Para uma teoria de literatura açoriana”, no qual reflete sobre essa literatura e conclui que não existe uma literatura açoriana autónoma fora do enquadramento da literatura portuguesa, apesar de largamente teorizada. Refere, também, que não se pode defender a existência de uma literatura açoriana com base na temática, sob pena de se enveredar pelo folclorismo, pelo regionalismo pitoresco, pela descrição da paisagem e pelas loas à terra que conduzem a uma literatura de costumes. Por outro lado, sustenta que não se deve seguir pelo caminho do neorealismo, dado que se cai na enunciação de problemas económicos e sociais que são idênticos a muitos povos do mundo. Por conseguinte, defende a formulação de uma teoria de literatura açoriana, a partir

da análise e compreensão das obras com valor literário (artístico) escritas por açorianos, desde o primeiro século do povoamento até à atualidade, para lhes determinar as constantes, as características, todas as peculiaridades idiosincráticas; enfim, tudo o que pudesse defini-las dentro de uma verosímil especificidade. (Jesus, 1957: 201)

Neste sentido, declara que a tradição literária nas ilhas é idêntica à do continente, pois não encontra grandes diferenças entre as duas realidades no cotejo dos documentos literários, únicos a ter em conta na elaboração analítica e compreensiva de uma teoria da literatura açoriana, pelo que a haver autonomia literária ela surgirá da cultura açoriana.

Por isso, uma literatura açoriana autónoma só poderá emergir a partir da qualidade das obras literárias escritas por açorianos e da compreensão insular da vida através da expressão das suas particularidades idiossincráticas. Deste modo, Eduíno de Jesus antecipa o pensamento dos escritores e críticos literários, aquando do terceiro autonomismo, que passam a abordar a literatura açoriana nessa mesma perspetiva: o da qualidade literária, alargando, todavia, o ângulo de visão não só para os escritores açorianos, mas para todos os que escrevem acerca dos Açores, açorianos e não açorianos, dentro ou fora dos Açores.

O terceiro movimento autonomista irrompeu em 1974, após a queda do governo de Marcelo Caetano e, novamente, perante uma conjuntura de uma grave crise económica e financeira, tanto a nível nacional como regional. A Revolução de Abril de 1974 abriu um novo ciclo na região em termos políticos, na medida em que permitiu uma discussão aberta, livre e democrática de ideias, de pensamentos e de projetos político-partidários. Neste contexto, reapareceram as correntes antigas em relação aos vários conceitos de autonomia, defendendo cada um a sua ideologia e os seus pontos de vista:

os separatistas, com a sua velha atração pela solução protecionista dos Estados Unidos da América, os autonomistas moderados e essencialmente defensores de uma autonomia administrativa e distrital, com base nas Juntas Gerais, e a corrente defensora de uma unidade política e interna das ilhas, com a correspondente versão de uma autonomia política, administrativa e financeira. (Leite, 1997: s.p.)

Deste confronto de ideias, saiu vencedora a corrente defensora da autonomia política, administrativa e financeira que viu as suas aspirações consubstanciadas na Constituição da República, ao reconhecer um regime político-administrativo próprio às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, assente nas características especiais dessas regiões e nas históricas reivindicações autonómicas (cf. Leite, 1997). Assim, os Açores e a Madeira passaram a ter órgãos de governo próprio, nomeadamente uma Assembleia Legislativa Regional e um Governo Regional, bem como passaram a dispor de autonomia financeira e das receitas fiscais tributadas nas regiões.

Ora, é a partir do contexto sociopolítico deste período conturbado que a discussão teórica sobre a questão da literatura açoriana assume posições e conceções díspares, as mais das vezes suscitadas pelas ideologias e orientações políticas dos intervenientes no debate. Deste modo, nas palavras de Onésimo Teotónio Almeida, “alguns autonomistas políticos querem uma literatura autónoma. Os independentistas,

uma independente. A esquerda recusa ambas” (Almeida, 2011: 92). Mas, para lá da questão política, sejam os Açores independentes ou não, sejam governados pelos partidos de direita ou pelos de esquerda, o que é importante é trazer para a literatura o conjunto das experiências humanas e a história do arquipélago, dando-lhes caráter e substância, a partir de um processo identitário e cultural insular. Em todo o caso, verificamos que há uma linha de orientação comum a quase todos os participantes no debate: a de defender a existência ou não de uma literatura açoriana autónoma, regional, a partir da qualidade das obras literárias que refletem as particularidades do mundo insular.

Neste contexto, a discussão sobre a questão da literatura açoriana dá-se após a publicação de duas coletâneas sobre a produção literária referida ao arquipélago dos Açores, a saber: em 1977, a *Antologia de poesia açoriana (do século XVIII a 1975)*, de Pedro da Silveira; em 1978, a *Antologia panorâmica do conto açoriano (séculos XIX e XX)*, de João de Melo. Efetivamente, estas publicações apresentam pontos de vista diferentes em relação à literatura insular por parte dos dois compiladores. João de Melo, no prefácio da sua antologia, entende a literatura açoriana como parte integrante da literatura portuguesa, opinião que reitera num artigo publicado na revista *Vértice* e onde defende que “o grande e efetivo problema da literatura insular (...) está no ponto em que possa reconhecer-se ou não a sua qualidade literária e humana, isto é, como texto e como documento” (Melo, 1982: 273).

Por seu turno, Pedro da Silveira apresenta uma visão diferente da de João de Melo, adotando um critério geográfico para sustentar a sua perspetiva, na medida em que defende a existência de uma literatura açoriana, cujo início remonta ao século XVIII, mas que precisa de ser mais conhecida, defendendo que

literatura açoriana quer dizer, para os Açores, exatamente o equivalente ao que quer dizer, para Portugal, literatura portuguesa, ou, para qualquer outra terra do mundo, a sua literatura: a que foi e está sendo realizada pelos seus naturais ou naturalizados, dando ou não dando dela e seus habitantes um testemunho imediatamente localizável. (Silveira, 1977: 21)

Ora, dentro desta definição de literatura, não seria legítimo também considerar outras literaturas autónomas, diferentes da portuguesa, mas dentro do mesmo país? Assim, teríamos, por exemplo, uma Literatura Transmontana, com Miguel Torga; uma Literatura Alentejana, com Manuel da Fonseca; uma Literatura Beiroa, com Aquilino

Ribeiro; uma Literatura de Entre Douro e Minho, com Agustina Bessa Luís, Camilo Castelo Branco, Raúl Brandão, Teixeira de Pascoais.

Pedro da Silveira divide a literatura açoriana em cinco períodos e movimentos. No Neoclassicismo ou Arcadismo, destacam-se, na lírica, os poetas Manuel Inácio de Sousa (1739-1801) e Bento Luís Viana (1794-1823?); na sátira, o Pe. José António de Camões (1777-1827) e Coelho Borges (1778-1846). No Romantismo, evidenciam-se Filipe de Quental (1824-1892), Miguel Street de Arriaga (1828-1894), Alberto Teles (1840-1924) e Antero de Quental (1842-1891). No Simbolismo, sobressaem Fernando de Sousa (1867-1914), Duarte Bruno (1868-1950) e Roberto de Mesquita (1871-1923). No Modernismo/Futurismo – com Luís Francisco Bicudo a ser o primeiro a divulgar, em Portugal, o Manifesto Futurista de Marinetti, no *Diário dos Açores*, em 05-08-1909 – destacam-se Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), Duarte Viveiros (1897-1937) e Vitorino Nemésio (1901-1978). Por último, o suplemento literário “Glacial – a união das letras e das artes”, do jornal *A União*, de Angra do Heroísmo, sob a coordenação de Carlos Faria de 1967 a 1974, em cujas páginas publicaram muitos dos poetas nascidos depois de 1945.

Mas, o modo como Pedro da Silveira defendeu a existência de uma literatura açoriana autónoma, usando inclusivamente termos provocadores e provocatórios, desde o considerar os Açores uma colónia portuguesa até defender que a literatura açoriana “apenas precisa (...) de sair do «ghetto» que lhe tem sido a sina” (Silveira, 1977: 21), não deixou indiferente o meio literário. Pelo contrário, reiniciou-se a discussão antiga sobre a questão da literatura açoriana, quer na imprensa insular, quer na imprensa continental, tendo-se publicado vários artigos e ensaios dos intervenientes na polémica, a saber: Carlos Faria, Cristóvão de Aguiar, Eduíno de Jesus, João de Melo, João Gaspar Simões, Macedo Fernandes, Ruy-Guilherme de Moraes, Santos Barros, Vasco Pereira da Costa, Victor Rui Dorez, entre outros, cujos depoimentos foram recolhidos e debatidos nas obras *A questão da literatura açoriana* e *Da literatura açoriana: subsídios para um balanço*, da responsabilidade de Onésimo Teotónio de Almeida. Ao nível de publicações na imprensa escrita, destacaram-se, na região, os jornais *Açores* e *Correio dos Açores*, com os respetivos suplementos culturais, *Contexto* e *Raiz*, este último coordenado pelo poeta Emanuel Botelho que lançou um debate público sobre a existência ou não de uma literatura açoriana. No continente, evidenciaram-se os jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Lisboa* e a revista *A Memória da*

Água-Viva, magazine de cultura açoriana, fundada por Santos Barros e Urbano Bettencourt.

Machado Pires analisou a carga semântica e cultural da adjetivação açoriana e concluiu que o referido qualificativo é usado em relação à região em sentido amplo, em relação aos autores nascidos ou não na região mas que dela se ocupam e em relação à literatura oral e tradicional. Em sua opinião, a adjetivação açoriana deve atestar mais numa questão de conteúdo e peculiaridades insulares do que em fatores geográficos ou comprometimentos políticos. Por isso, defende o uso da “ expressão *literatura de significação açoriana* quando queremos acentuar a existência de uma literatura ligada à peculiaridade açoriana, por acharmos demasiado genérica, ambígua e encaracterizante a designação de «açoriana»” (Pires, 1983: 847).

Este crítico integra a literatura dita açoriana dentro da literatura regional portuguesa, na medida em que se refere a uma região com particularidades, mas almejando o direito à intemporalidade e à universalidade, direitos que se alcançam através da qualidade literária. Assim, o que importa é que esta literatura tenha qualidade para que possa ser aceite pelos açorianos, enquanto leitores, e poder integrar-se no fenómeno cultural do arquipélago. Neste sentido, autores açorianos são todos os que retratam as especificidades dos Açores nas suas obras, desde que o façam com qualidade literária, condição indispensável para a existência de qualquer literatura, independentemente de esses autores terem nascido ou não nos Açores, e qualquer que seja o género ou a língua. Deste modo, integram-se na literatura açoriana Raul Brandão, Almeida Firmino, Carlos Faria, André Siganos, Alfred Lewis (Alfredo Luís, da ilha das Flores), Antonio Tabucchi, Romana Petri, Maria Orrico, entre outros.

Mas a literatura açoriana é um fenómeno descontínuo, porque não resulta de um processo ou de um movimento global insular, não tem continuidade, nem uma relação social ou institucional com o meio, pois pode surgir dentro ou fora do arquipélago. É um fenómeno condicionado desde logo pela situação geográfica dos Açores, onde existe uma unidade de arquipélago, mas uma diversidade de ilhas. Deste modo, Machado Pires aproxima-se do pensamento de Cristóvão de Aguiar (1983: 110-114) que defende a existência de uma literatura portuguesa de expressão ou ambiência açoriana, mas com características próprias. Refere, também, que o homem açoriano é um mito, não existe, porque, segundo ele, há pelo menos nove homens açorianos, tantas quantas as ilhas do arquipélago. Como prova desta falta de unidade, aponta o Instituto Universitário (futuro Universidade dos Açores), que se encontra fragmentado pelas três ilhas mais

importantes, e o próprio Governo Regional, que se reúne em várias ilhas para dar uma ideia de unidade que não existe.

Em 1983, aquando da realização do I Simpósio Internacional sobre Literatura Açoriana, que decorreu nos dias 22 e 23 de abril, na Universidade de Brown, em Providence, António Valdemar organizou um inquérito sobre a existência ou não de uma literatura açoriana, cujos depoimentos publicou posteriormente no *Diário de Notícias*. Assim, em resposta à pergunta – *Considera que existe, de facto uma literatura açoriana com carácter de autonomia em relação à literatura portuguesa, ou entende, pelo contrário, que só é lícito falar de literatura açoriana, enquanto variante regional da literatura portuguesa?* –, os depoimentos de alguns dos intervenientes no simpósio mostram que a existência de uma literatura açoriana continua a suscitar opiniões diferentes, ainda que a maioria dos testemunhos a considere uma forma de expressão própria, mas inserida no espaço cultural da língua e da literatura portuguesa. Em sentido inverso, porém, há os depoimentos de Eduíno de Jesus e de José Martins Garcia que se nos afiguram importantes, por duas razões. O testemunho de Eduíno de Jesus, na medida em que considera que existe uma literatura açoriana porque tem uma história própria, afastando-se, assim, da anterior teoria da literatura açoriana, pois, em sua opinião, “partia de uma teoria literária para uma *praxis* literária, em vez de proceder, como deve ser, inversamente” (Jesus, 1983: 15). Por sua vez, José Martins Garcia não hesita em afirmar a existência de uma literatura açoriana, ao mesmo tempo que lhe reconhece um carácter de autonomia bem definido:

Considero que existe, de facto, uma *literatura açoriana* com carácter de autonomia em relação à *literatura portuguesa*. [...] Considero como *literatura açoriana* o conjunto de obras literárias que veiculam a mundividência típica do Homem açoriano. Considero que essa mundividência corresponde a um condicionalismo geográfico e histórico. Considero que essa mundividência não comporta limites temáticos, nem se liga a questões de diferenciação linguística, nem a questões essencialmente políticas, nem (muito menos) a qualquer tipo de regionalismo. Eu sou o autor de um romance chamado *Imitação da morte* (Moraes Editores, 1982), cujo «universo» referencial passa por Paris, Lisboa, Nova Iorque e Nova Inglaterra. E considero esse livro *muito açoriano*. (Garcia, 1983: 15)

Contudo, em 1987, Martins Garcia reconhece que mais importante do que a existência de uma literatura açoriana é a existência da qualidade literária, por isso sustenta “que a literatura açoriana exista ou não exista... eis o falso problema; que seja ou não seja... literatura, eis a questão” (Garcia, 1987: 10). Ora, de acordo com este ponto de vista, o escritor deve ter liberdade no processo de criação para que possa produzir literatura de qualidade. Assim, o escritor pode situar a literatura açoriana

dentro ou fora do espaço geográfico insular, pode escolher as temáticas a tratar e deve recusar imposições normativas e arbitrárias, pois a “valorização dos nossos usos e costumes, a atenção prestada às nossas manifestações culturais, o descritivismo empírico da etnografia e do folclore não podem colidir com as aspirações da literatura açoriana” (ibidem: 113-114).

Em 1988, realizou-se, em Angra do Heroísmo, a IX Semana de Estudos dos Açores, subordinada ao tema *Conhecimento dos Açores através da literatura*. Neste colóquio, José de Almeida Pavão proferiu uma conferência sobre a problemática da existência da literatura açoriana, onde defendeu que a polémica surgiu por se ter colocado o vocábulo autonomia ao lado dessa literatura, atribuindo-lhe, assim, características que a emancipavam da literatura portuguesa. Na opinião deste crítico, passaria a haver uma literatura açoriana própria se os Açores se tornassem independentes, ainda que a sua existência fosse apenas na vertente política, porquanto independência não é sinónimo de qualidade literária. José Martins Garcia aproxima-se do pensamento de Almeida Pavão em relação à autonomia da literatura açoriana, pois numa entrevista concedida ao jornal *Açores* refere o seguinte:

Eu fui o primeiro professor da Universidade dos Açores de literatura e cultura açorianas. Não faria sentido ser professor de uma literatura que não existe. Portanto, existe uma literatura açoriana. Mas o problema não se situa propriamente em termos de existência ou não existência, mas sim no grau de autonomia que esta literatura possa ter em relação à portuguesa. (Garcia, 1993: 8)

Comparando as duas literaturas quanto à língua e quanto à temática, Martins Garcia não encontra variações linguísticas suscetíveis de as distinguir e defende que nenhuma literatura se afirma pela temática. Por isso, nessa entrevista, admite que a “autonomia da literatura açoriana se não se obtém pela via de uma diferenciação linguística, só poderia ser provocada pela independência dos Açores” (ibidem: 8).

No referido ensaio, Almeida Pavão defende que existe uma literatura açoriana, isto é, uma literatura de expressão ou de significação açoriana, mas integrada na literatura portuguesa, considerando que a expressão autonomia literária serve unicamente para gerar um falso problema. Assim, considera que na génese da criação do perfil idiossincrático da literatura de raiz açoriana está a matriz da literatura portuguesa, mas transposta para um ambiente sociocultural insular, com o seu isolamento físico e geográfico. Neste sentido, a literatura de expressão açoriana estrutura-se à volta de três componentes, definidos “por uma temática, uma

problemática e uma linguagem, talvez mais perceptíveis no plano da ficção do que no da poesia, no que respeita aos seus processos combinatórios” (Pavão, 1988: 39). Ora, para que as obras literárias manifestem essas características não é preciso que os seus autores tenham nascido nas ilhas, mas possuam uma sensibilidade que lhes permita descortinar, como é o caso de Raul Brandão, “cujo *ethos* foi forjado numa ambiência física diversa, permitindo-lhe, pelo confronto de contrastes idiossincráticos, apreender as reações das sensibilidades indígenas” (ibidem: 33). Por isso, o livro *Ilhas desconhecidas*, de Raul Brandão, deve ser incluído na literatura açoriana, como já o haviam defendido Santos Barros (1982: 53) e Machado Pires (1983: 845).

A partir de 1975, assistiu-se, dentro do arquipélago, a um aumento da criação e da publicação literária, bem como à reedição de obras há muito esgotadas, quer por entidades oficiais, quer pelos Institutos Culturais sediados na região. Assim, a Secretaria Regional da Educação e Cultura fundou, em 1978, a coleção literária Gaivota, sob a direção de Álamo Oliveira, com o objetivo de “facilitar a publicação de autores açorianos, quando as publicações eram quase todas de autor, muito pequenas e de difícil distribuição, além de incentivar a criação literária e a divulgação da literatura açoriana” (Leite, s.d.: s.p.). No total, publicou setenta e cinco títulos, de vários campos literários – poesia, conto, romance, ensaio, teatro – da autoria de escritores açorianos e não açorianos.

Em 1992, a Coleção Garajau iniciou a divulgação e edição de autores açorianos, insulares e da emigração, com a publicação da obra *Nem todos têm Natal*, de Dias de Melo. Trata-se de uma coleção literária das Edições Salamandra, fundada por Bruno da Ponte, em Lisboa, e “em certa medida continuadora e substituta da coleção Gaivota, mas de iniciativa privada, pois passou a ser a mais forte e conseguida divulgadora e editora dos autores açorianos” (Leite, s.d.: s.p.), nos diversos campos literários e contou com o apoio da Direção Regional de Cultura. A Coleção Garajau publicou cento e vinte e um títulos de autores açorianos e de autores que se debruçaram sobre temas açorianos. Em sinal de reconhecimento pelo trabalho prestado ao arquipélago, o Presidente do Governo Regional dos Açores agraciou Bruno da Ponte com a atribuição da Insígnia Autónoma de Mérito, na categoria de Mérito Cívico.

A partir de 2006, a VerAçor Editores iniciou a publicação de obras literárias sobre temática açoriana, destacando-se a edição de livros de Daniel de Sá e de Dias de Melo. Do mesmo modo, em 2007, a tipografia *Nova Gráfica* adquiriu a empresa de

publicidade e edição Publiçor e começou a publicar obras de autores açorianos, por exemplo, de Manuel Ferreira, Urbano Bettencourt e de Emanuel Jorge Botelho.

Em março de 2012, a empresa *Nova Gráfica* criou uma nova editora, a *Letras LAVAdas Edições*, cujo objetivo é a divulgação dos Açores nos países da diáspora. Esta editora estreou-se com o lançamento da obra *Das autonomias à autonomia e à independência – o atlântico político entre os séculos XV e XXI*, com coordenação do Professor Doutor Avelino de Freitas de Meneses, publicando, a seguir, livros de Urbano Bettencourt e de Vamberto Freitas, entre outros.

Do mesmo modo, constatou-se um enorme dinamismo ao nível da crítica, do ensaio e do jornalismo, em revistas e suplementos literários que muito contribuíram “para o aprofundamento e divulgação dos autores açorianos e da problemática cultural dos Açores, dando jus ao uso corrente da expressão Literatura Açoriana, sem colisões com uma literatura nacional portuguesa, e consagrada (discutível ou não) por essa designação” (Gouveia, s.d.: s.p.). Assim, para além dos já referidos suplementos culturais, *Contexto* e *Raiz*, e da revista *A Memória da Água-Viva*, destacaram-se também: *Atlântida*, *Aresta*, *Arquipélago*, *Gávea*, *Glacial*, *Insulana*, *Neo*, *Ocidente*, *Pulsar*, *Quarto Crescente*, *Saber*, *Seixo*, *Suplemento Açoriano de Cultura*, *Suplemento Açoriano de Artes e Letras* e *Vento Norte*.

Fora do arquipélago, assistiu-se a um aumento de curiosidade, interesse e atenção no que toca à cultura dos Açores e à sua produção literária. Assim, nos Estados Unidos da América, no Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Brown, Onésimo Teotónio de Almeida criou e lecionou uma cadeira de “Azorean Literature” a partir do ano de 1977-78, lecionação que contou com algumas intervenções de José Martins Garcia.

Em 1980, a cadeira de Literatura Açoriana foi também lecionada por Onésimo Almeida no Instituto Português de Verão da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. De resto, em 1985, Martins Garcia organizou e lecionou a cadeira de Literatura Açoriana na Universidade dos Açores, lecionação continuada por Almeida Pavão, depois, novamente, por Martins Garcia e, por fim, por Urbano Bettencourt.

Mas a introdução da cadeira nos Estados Unidos suscitou más interpretações em Portugal: por um lado, porque se via o regionalismo literário açoriano associado à ideologia do movimento independentista; por outro lado, porque se desconfiava do papel dos Estados Unidos junto da Frente de Libertação dos Açores, movimento que defendia a independência dos Açores.

Em Providence, no ano de 1980, Onésimo Almeida publicou “A profile of the azorean” para dar a conhecer o homem açoriano “in areas where Azorean immigrants are concentrated there exists a real need for a greater degree of understanding of certain aspects of Azorean life and culture” (Almeida, 1980: 115).

Em 1983, realizou-se o já referido I Simpósio Internacional sobre Literatura Açoriana na Universidade de Brown. O simpósio reuniu escritores, professores universitários e estudiosos da literatura açoriana, com o propósito de se refletir e fazer um balanço crítico sobre a história literária da mesma. Por outro lado, procuraram formas de entendimento e de cooperação mútua para melhor divulgarem os seus trabalhos quer no arquipélago dos Açores, quer nas comunidades açorianas da diáspora, designadamente nos Estados Unidos da América e no Canadá (cf. Almeida, 1986: 14). Nesta Universidade, ainda em 1983, as Edições da Gávea-Brown publicaram uma antologia bilingue *The sea within. A selection of azorean poetry*, da responsabilidade de Onésimo Teotónio de Almeida e traduções de George Monteiro, cujo critério de seleção obedeceu aos parâmetros da qualidade estético-literária da poesia criada por autores açorianos.

Nos últimos anos, a literatura açoriana tem sido objeto de estudos sistemáticos, que legitimam o uso da expressão literatura açoriana sem complexos, quer na imprensa, açoriana, continental ou estrangeira, quer nas instituições universitárias, em mestrados e doutoramentos, por esse mundo fora: na Alemanha, Brasil, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Letónia, Roménia, em Portugal Continental e, ainda, na própria Universidade dos Açores (cf. Almeida, 2011: 13-15).

No dia 6 junho de 2011, em anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 82, o Governo Regional dos Açores publica o Plano Regional de Leitura que, apesar de se reger pelos princípios inerentes ao Plano Nacional de Leitura, se constitui “como um instrumento autónomo, que concretiza estratégias específicas em adequação com as características e as necessidades da população açoriana e do sistema educativo regional” (RCG n.º 82/2011). Por outro lado, o Plano Regional de Leitura assume-se como um complemento do Plano Nacional de Leitura, divulgando e promovendo a leitura de obras de autores açorianos e/ou de temática açoriana. Estas obras não constam da listagem do Plano Nacional e são escolhidas por uma comissão criada para o efeito. Para isso, vai melhorar as condições de acesso ao livro e à leitura, através do reforço das publicações e da distribuição de livros pelas bibliotecas escolares. Deste modo, dar-se-á continuidade ao fenómeno literário ilhéu, uma vez que as obras vão ser lidas, discutidas,

amadas ou rejeitadas pelos açorianos, passando os escritores a entrar na consciência cultural dos Açores. Por fim, o Plano Regional de Leitura é entendido como um processo dinâmico que acompanhará a evolução da literatura nacional e regional na publicação de futuras listas de obras.

Como se pode constatar da leitura da Resolução do Conselho do Governo nº 82, a escrita relativa ao arquipélago é entendida como literatura regional, dentro da literatura nacional portuguesa, mas com algumas particularidades. É dentro deste contexto que empregaremos a expressão Literatura Açoriana e de acordo com o pensamento de Onésimo Teotónio de Almeida, segundo o qual:

A literatura açoriana não é independente da portuguesa, uma vez que ela se desenvolve dentro das linhas fundamentais desta. Nem é autónoma, porque os elementos próprios que ela contém não são suficientes para se falar de autonomia. São, porém, suficientes para se falar de uma literatura simplesmente, com a sua história e tradição dentro da portuguesa. (Almeida, 2011: 91)

2.2. Das origens aos contistas da Horta: tendências

Na segunda metade do século XVI, o padre e cronista micalense Gaspar Frutuoso (1522-1591) escreveu os Seis Livros das *Saudades da terra*, constituindo não só a primeira crónica das ilhas da Macaronésia (Canárias, Cabo Verde, Madeira e Açores), mas também a mais antiga ficção narrativa açoriana, redigida sob o título *História de dois amigos da ilha de São Miguel* e englobando todo o Livro Quinto. Segundo Urbano Bettencourt (2003: 45), deparamo-nos com um projeto de escrita em Gaspar Frutuoso, que passa simultaneamente pela ficção literária e pela história. Com efeito, em vez da enunciação dos factos estar a cargo da voz impessoal e distanciada do historiador ou do cronista, Frutuoso arquitetou uma estrutura de natureza dialógica ficcional. Deste modo, a narração dos acontecimentos é atribuída a uma personagem alegórica, *Dederva* (anagrama de Verdade), que tem *Mafa* (anagrama de Fama) como ouvinte, compondo, assim, uma modalidade discursiva, cuja filiação remonta ao diálogo literário renascentista. Este projeto de escrita vislumbra-se logo no Livro I, nos três capítulos iniciais, quando a narradora Verdade se autoapresenta num longo solilóquio e refere as circunstâncias que a trouxeram à ilha de São Miguel, mais concretamente a uma serra isolada dessa ilha. É durante esse relato que a Verdade menciona o sonho que teve e no qual viu escritos nos troncos de álamos, em prosa e em verso, as mágoas, as

elegias e os choros de cavaleiros que por essa terra andaram noutros tempos, cuja narração contará mais adiante. *Dederva*, já na companhia de *Mafa*, refere, novamente, o sonho no capítulo V do Livro I, retoma-o no final do Livro IV, capítulo CXIII, e, finalmente, no Livro V, conta a triste história dos dois amigos.

A história literária do arquipélago dos Açores começa, pois, com o Livro Quinto das *Saudades da terra*, quando a narradora Verdade conta, ao longo de 31 capítulos, os tristes casos e uns “honestos amores” dos dois amigos, Filomesto e Filidor, narração encaixada entre a crónica da história da ilha de São Miguel e a das Ilhas de Baixo. De acordo com *Dederva*, os próprios nomes dos dois amigos já vinham carregados de uma forte carga simbólica, mas negativa: Filidor, aliás, filho da dor, em razão do sofrimento causado à mãe aquando do seu nascimento; Filomesto, aliás, amador triste, nome que era autêntico vaticínio de todos os seus acontecimentos infelizes, os quais começaram a ser experimentados logo no início da história, no capítulo III do Livro V, quando se perde dos companheiros de viagem, do mercador a quem fora confiado por seu pai e do navio que o deveria levar a terras desconhecidas para estudar. Por isso, os pastores que recolheram Filomesto concluíram “que tudo quanto há neste mundo, além de ser desterro, ou é triste apartamento ou saudade” (Frutuoso, 2011: 7).

Efetivamente, a *História de dois amigos...* insere-se dentro do romance sentimental quinhentista, como o atestam as correspondências transtextuais que se estabelecem entre o Livro Quinto e *Menina e moça* (1554), de Bernardim Ribeiro, quer em relação ao tom pessimista do discurso, quer pela forma como são apresentadas, nas duas obras, as personagens femininas, que se encontram desterradas e exiladas. Mas, ao cotejarmos o espaço físico em que se movimentam as duas personagens femininas, constatamos que em Frutuoso se assiste a uma intensificação do sentimento de solidão, de distância e de afastamento. Assim, a margem do ribeiro de *Menina e moça* é substituída na obra de Frutuoso não só pela figura da ilha, que impõe a *Dederva* uma dupla solidão, ou seja, a insular e a que resulta do isolamento no “solitário ermo” em que se encontra dentro da própria ilha, como também pela presença do oceano que tudo abraça e a que mais tarde Nemésio chamará “solidão atlântica”. Por outro lado, ao atribuir o papel de narrador a uma personagem ilhoa e ao identificar os dois amigos como naturais dos Açores, Frutuoso envereda por uma nova exteriorização estética de uma condição insular, a que dá corpo através da expressão literária. Essa exteriorização manifesta-se por novos temas e motivos basilares, os quais caracterizarão mais tarde a

literatura açoriana, a saber: a viagem, a partida, a errância, a presença do mar, o regresso e a emigração.

Ora, se no tempo de Frutuoso, a partida e a viagem se faziam, no geral, dentro de um grupo restrito, para aprofundamento de estudos e em direção à Europa, nos séculos subsequentes, a travessia marítima far-se-á rumo à América, devido às limitações físicas do arquipélago e à procura de melhores condições de vida noutros espaços. Como refere Urbano Bettencourt, esta emigração forçada, em consequência das condições geográficas e sociais, acabará “por impor-se à literatura, enquanto repositório de memória coletiva do povo açoriano” (Bettencourt, 2007: 13).

Mas, embora na *História de dois amigos...* já estejam presentes os grandes temas da açorianidade literária, não se pode afirmar que Frutuoso tenha “criado seguidores”, visto que o manuscrito permaneceu inédito até 1964, ano em que foi publicado pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada. Por esta razão, os escritores que lhe sucederam dialogaram com o Livro Quinto sem se darem conta disso. Depois de o texto ser conhecido, vários autores passaram a dialogar com o manuscrito de Frutuoso nas suas obras, designadamente José Martins Garcia, no romance *A fome* (1978) e Daniel de Sá, no seu livro de contos *Crónica do despovoamento das ilhas* (1995).

Em suma, o legado deste enciclopedista humanista é muito importante para a cultura açoriana, quer como monumento histórico quer literário, daí que Joaquim Veríssimo Serrão (1991: 28) considere Frutuoso o “grandioso políptico dos Açores”, termo que designa as seis tábuas que compõem um conjunto pictórico e se aplica na arte. Neste sentido, os seis volumes da obra de Frutuoso valem pela unidade de conceção, sobretudo por dois motivos: o da açorianidade (literária) e o da atlanticidade. No primeiro, sobressai a ótica açoriana, de semblante amargurado, triste, patente na angústia que atravessa as *Saudades da terra* – a começar pelo próprio título que não é uma História das ilhas mas uma Saudade das ilhas –, daí que os seis livros não se possam separar, sob pena de se lhes diminuir o valor. No segundo motivo, evidencia-se a abordagem histórica dos Açores numa perspetiva atlântica, ou seja, se no Livro I apresenta as Ilhas Canárias e Cabo Verde e, no Livro II, as ilhas da Madeira, é para depois apresentar, de forma inovadora, o enquadramento geográfico e marítimo do arquipélago açoriano.

Apesar de as investigações históricas comprovarem a existência de escritores açorianos posteriores a Gaspar Frutuoso, a verdade é que só no século XIX se criaram as condições necessárias para a conceção de um processo constante de comunicação

entre escritores e leitores, de modo a consolidar-se um sistema literário, alicerçado numa literatura de inspiração açoriana e consciente da própria insularidade. Neste contexto, os fatores que contribuíram para a consolidação desse sistema literário foram a implantação da tipografia e da imprensa, em 1829, e a consolidação do Liberalismo que procedeu à reforma e expansão do ensino público.

Nos finais do século XIX, a cidade da Horta, na ilha do Faial, era uma cidade cosmopolita importante, graças às boas condições de ancoragem do seu porto e da excelente localização geográfica no meio do Oceano Atlântico, o que permitia um reabastecimento seguro às navegações que o procuravam. Por outro lado, a instalação dos cabos telegráficos submarinos, a partir de 1893¹⁴, para comunicações entre a Europa e a América, bem como a presença na cidade das respetivas companhias cabográficas, fez com que a Horta se desenvolvesse a nível económico e social e se tornasse num importante posto de comunicações intercontinental. Por isso, os habitantes do Faial tomavam conhecimento com ideias e produtos de outras culturas europeias, mormente gaulesa e anglo-saxónica. Por outro lado, com a chegada da imprensa à Horta, desde a segunda metade do século XIX, assistiu-se ao surgimento de uma série de periódicos, onde se publicavam contos e capítulos de romances de autores locais e de outras ilhas, bem como de autores estrangeiros. Deste modo, a Horta tornou-se num importante centro cultural, quer em termos de estudo e de divulgação de obras, quer enquanto espaço de criação literária. Como refere Pedro da Silveira:

As traduções de ficcionistas do fim do século XVIII (Voltaire, Diderot, etc.) e dos românticos ingleses, franceses e italianos, são frequentes. [...] na década de 70 os romances de Balzac eram ali traduzidos e publicados em folhetins na imprensa local. Ao mesmo tempo, os jornais da Horta dedicavam números, muito bem colaborados, a Hugo, publicavam traduções de poemas de Walt Whitman, ainda não revelado à Europa, e, por 1885, de Baudelaire e outros franceses. Publicada em Lisboa, a tradução do poema *Evangeline*, do americano Longfellow, foi feita, na Horta, pelo intelectual faialense Miguel Street d'Arriaga, pouco depois de 1850. (Silveira, s.d.: 545)

Os jornais¹⁵ funcionaram, portanto, como elementos aglutinadores dos movimentos culturais açorianos e permitiram uma comunicação privilegiada entre o autor, a sua obra e os leitores. Na verdade, foi dessa forma que os chamados “contistas

¹⁴ Ano em que foi instalado o 1.º cabo que ligou a cidade da Horta a Carcavelos. Depois, foram instalados mais 14, com ligações a África, Alemanha, América, Cabo Verde, Espanha, França e Inglaterra, dois quais 9 pertenciam a companhias americanas, 5 a companhias inglesas e 1 a uma companhia alemã.

¹⁵ Segundo Onésimo Teotónio de Almeida (2011: 55), os Açores tiveram mais de 600 jornais e revistas diferentes ao longo da sua história, sendo que o jornal diário *Açoriano Oriental* é, atualmente, o segundo mais antigo da Europa.

da Horta” afirmaram a ficção açoriana, assumindo a imprensa um papel decisivo nessa afirmação, na medida em que possibilitou uma divulgação regular das criações destes escritores¹⁶, os quais expressavam literariamente a condição insular através da vivência rústica das suas gentes.

É certo que antes deles outros autores escreveram sobre a realidade açoriana, mas com um talento muito inferior. Assim, o mais antigo contista açoriano é António de Lacerda Bulcão (1817-1897), representante da estética romântica e autor de uma imensa obra narrativa muito incompletamente reunida na coleção de *Romances originais* (1877-78), afinal mais contos que romances, ricos de vida e de temática insular, mas mal escritos (Silveira, 1979: 40). Em São Miguel e na Terceira, outros contemporâneos de Lacerda Bulcão, como José de Torres (1827-1874), Augusto Loureiro (1839-1906) e Moniz de Bettencourt (1847-1905), escreveram trabalhos de ficção, inspirados também pela estética romântica, mas sem qualidade artística.

Com efeito, para lá do contributo de Gaspar Frutuoso e de outros contistas menores, a temática açoriana surge, na narrativa, com os contistas Florêncio Terra (1858-1941), Rodrigo Guerra (1862-1924) e Nunes da Rosa (1871-1946), que se destacaram dos demais escritores pela qualidade artística dos seus contos, como o confirma João de Melo: “Com mão segura eles ultrapassam o provincianismo híbrido e intercetado da maioria dos seus contemporâneos, dando-se então início a uma literatura interessada em dar testemunho do tempo e do lugar em que é construída” (1978: 19).

De Florêncio Terra, foram publicados, postumamente, *Contos e narrativas* (1942), *Contos de natal* (s.d.), *Munhecas* (1978), um conjunto de histórias infantis, *Água de verão*, *Contos e narrativas* (1987) e o romance *O enjeitado* (1988). De Rodrigo Guerra, foi publicada a coletânea de contos *A americana* (1980), cinquenta e seis anos depois da sua morte, mas que se encontrava pronta a ser editada desde 1965 e *Trutas* (1988), uma série de crónicas publicadas na imprensa sob os títulos de *Cartas*, *Contos e narrativas*, *Crónicas*, *Esboços*, *Fantasias*, *Notas a Lápis* e *Pela Horta*, crónicas que foram recolhidas dos jornais por Carlos Lobão. Nunes da Rosa publicou na Horta *Pastorais do mosteiro* (1904) e nas Bandeiras, ilha do Pico, publicou *Gente das ilhas* (1925) e, postumamente, foi editado o livro *Madrugada entre ruínas* (1988), conjunto

¹⁶ Alguns escritores criaram os seus próprios jornais, casos, por exemplo, de Garcia Monteiro e de Nunes da Rosa. O primeiro fundou e editou *O Açoriano*, o melhor semanário da Horta do século XIX e aberto a todas as tendências e manifestações, designadamente ao Realismo, ao Parnasianismo e ao Simbolismo. Nunes da Rosa, por sua vez, fundou quatro jornais, todos na ilha do Pico: *A Voz* (de 1899 a 1903); *O Picaroto* (de 1905 a 1906); *A Ordem* (de 1907 a 1910); *Sinos da Aldeia* (de 1918 a 1924).

de textos que redigiu para o jornal *O Telégrafo*, assinando alguns desses escritos com o pseudónimo de João Azul.

Estes escritores estão profundamente ligados às ilhas do Faial e do Pico, daí que nas suas narrativas encontremos representações idílicas e naturalistas de universos físicos e sociais ligados a essas ilhas, excetuando-se *Pastorais do mosteiro*, de Nunes da Rosa, que foram escritas durante o período de permanência do escritor como pároco da freguesia do Mosteiro, na ilha das Flores, e onde estão referenciados espaços físicos e culturais, vivências e falares das gentes dessa ilha. Estas obras apresentam como núcleo temático “terra, mar e emigração” (Melo, 1978: 26) e marcam a transição do século XIX para o século XX. Todavia, em alguns dos contos destes autores, verificam-se interseções, linhas de cruzamento entre as diferentes categorias temáticas.

Assim, relativamente à temática da terra, vislumbramos representações da atividade vinícola e das relações, as mais das vezes harmoniosas, idílicas, perfeitas, que se estabelecem entre proprietários, morgados, feitores e trabalhadores. Apesar disso, algumas dessas cenas contêm passagens dramáticas, cujo desfecho é o suicídio das personagens, como o atestam os contos “Honra antiga” de Nunes da Rosa e “O feitor” de Rodrigo Guerra, que funcionam como contraponto à vida idílica do campo: no primeiro conto, José de Matos suicida-se depois de matar à machadada mestre Paulo e o filho, por terem roubado o vinho ao senhor morgado e ele ter sido despedido e passado por ladrão; no segundo, Teresa, a neta do feitor e a mais bela rapariga da ilha, atira-se ao mar, depois de ter sido desonrada pelo “menino João”, o filho mais novo do “senhor morgado”.

A temática do mar encontramos-a em contos como “Almas simples” e “Página escura” de Nunes da Rosa, “A volta da pesca” de Florêncio Terra, “Baleia à vista”, “Uma jazida”, “A lanterna”, “O mar”, de Rodrigo Guerra, verificando-se, na maioria destes contos, a ocorrência do naufrágio como componente central destas narrativas.

Por fim, a temática da emigração – dos que partem, dos que regressam, dos que triunfam, dos que fracassam, dos que não voltam porque morrem, dos que ficam agarrados ao sonho da partida e dos que esperam por notícias – está presente nos três autores, mas com maior incidência em Nunes da Rosa e em Rodrigo Guerra. Na verdade, a emigração começa a ganhar dimensão com estes escritores e vai tornar-se no acontecimento central da história dos Açores e da sua ficção, isto é, uma temática que vai ser desenvolvida e tratada com profundidade pela narrativa açoriana posterior, centrando-se no açoriano que abandona a ilha para fugir ao recrutamento militar ou para

escapar à fome e procura melhores condições de vida no estrangeiro ou, então, no ilhéu que parte em busca de uma realização pessoal. Assim, em Florêncio Terra, sistematizamos esta temática com a referência a dois contos. Em “A debulha”, a emigração está presente quando, no final da história, o narrador se apercebe do estado de espírito da tia Rosa e da tristeza que se abateu sobre ela depois de ter visto um barco, ao longe, no mar, embarcação que lhe despertou a saudade do seu único neto que tinha partido há um ano. Em “Margarida – amor fiel”, temos a história da rapariga que não pode corresponder ao amor de Manuel, por causa de uma promessa feita ao pai, mas que lhe jura fidelidade e, passados uma dúzia de anos e depois da morte do pai, com o regresso de Manuel, casaram e vivem felizes. Em Rodrigo Guerra, a emigração está presente em contos como “O Rodger”, por americanização do patronímico Rodrigues e “A americana”. No conto “O Rodger”, João Rodrigues embarca para a Califórnia a fim de fugir ao recrutamento militar. Dez anos volvidos, regressa à ilha em busca da amada Rosa, mas tudo se esfuma porque a encontra selvagem e louca. O conto “A americana” narra o regresso ao Faial da neta do João do Calço, jovem honesta e corajosa que não se deixou influenciar pela vida da cidade, nem pela cultura estrangeira, como o comprovam o seu português de exceção e a preferência pela vida no campo. Mas, nestes dois contos, também se vislumbram as transformações que o estrangeiro provocou nos que partiram, isto é, o preço que alguns emigrantes tiveram de pagar para conseguirem amearhar o dinheiro necessário que lhes garantisse o regresso e lhes permitisse uma vida mais condigna na ilha: em “O Rodger”, João Rodrigues já não é o rapaz mais valente, ágil e corajoso da terra, pois dez anos a guardar ovelhas na Califórnia transformaram-no física e psicologicamente. Idêntica transformação encontramos em “A americana”, na personagem Maria da “ti Ana”, jovem bonita e cheia de vida, que passados seis anos regressa mirrada e pálida. Em Nunes da Rosa, muitos contos abordam a temática da emigração, de que realçamos apenas alguns: “A derradeira notícia” que narra, por um lado, o regresso triunfante do Manuel de Sousa, o torna-viagem, o calafona, com a sua corrente de ouro a demonstrar sinais exteriores de riqueza, e que provoca um alvoroço na freguesia, mas que, por outro lado, é portador de uma trágica notícia, a da morte do filho da tia Francisca; “Pois suposto”, em que se aborda o aproveitamento político, interesseiro, dos governantes em relação à influência que o torna-viagem exerce na freguesia, daí ser proposto ao Gonçalves o cargo de Regedor; enfim, “The liberty” conta a história do Manuel, que passados oito anos de emigrante regressa à terra para casar com a Rosa que o esperara apaixonadamente.

O estilo destes contistas é influenciado pelo neogarrettismo, em especial no tratamento dado aos temas do quotidiano, na admiração pela Pátria e pelo que é nacional, na recuperação das tradições, da etnografia e do folclore. Estes autores também praticaram o conto rústico, à semelhança de alguns escritores nacionais, mormente de Alexandre Herculano em *O pároco de aldeia*, de Júlio Dinis, de Rodrigo Paganino nos *Contos do tio Joaquim* e de Trindade Coelho em *Os meus amores*, o melhor cultor do género na literatura portuguesa. Inseridas no conto rústico, estas narrativas breves, com pouca conflitualidade, aparecem, frequentemente, associadas a uma determinada visão do mundo e a um conjunto de valores. Assim, estes contos apresentam uma visão utopicamente exemplar do campo, bem como o louvor de valores que assentam na autenticidade, na simplicidade e na naturalidade, valores opostos aos do mundo urbano. Segundo Urbano Bettencourt (2008a: 310), “é fácil ver como esta representação utópica da vida no campo e das suas virtudes traduz a hipertrofia de um dos polos da oposição homem natural / homem social que, entroncando em Rousseau, atravessa o Romantismo e aqui se projeta como a exaltação de tudo quanto de puro e instintivo possa subsistir no homem.”

2.3. Da literatura regionalista ao 25 de abril: visão panorâmica

Com o enfraquecimento da atividade económica na Horta e consequente declínio do meio literário, a partir do início do século XX, Ponta Delgada torna-se no principal centro polarizador da vida cultural do arquipélago, onde as elites locais apoiam a publicação e a reedição de obras de temática insular, designadamente estudos sobre folclore, etnografia, história local e traduções de livros de viagens, manifestações culturais que se intensificarão durante o período do regime salazarista (Almeida, 2011: 58). Assim, a maior parte da literatura publicada durante a primeira metade do século XX é o resultado de um pesado conservadorismo social, reflexo do regime político da época. Isto é, uma literatura regionalista assente num nacionalismo literário, que se revelará esterilizador nos Açores, fazendo com que alguns escritores, durante esse período, permaneçam alheios ao modernismo, ou porque não o conheceram, ou porque só tardiamente o fizeram. Ainda segundo Onésimo Teotónio Almeida, a literatura regionalista deste período,

Embora nalguns casos atinja uma qualidade etnográfica, ela explora uma visão edénica da vida nas ilhas, ingénua em termos sociais e políticos. Tecem-se louvores à vida tradicional defendendo-se a sua superioridade em contraste com o estado cada vez mais caótico do mundo. Entretanto, essa literatura definitivamente dá voz ao ponto de vista da classe dominante, já que a dureza que a maioria dos açorianos tinha de suportar na vida diária não lhes permitia gozar de tão belos cenários, nem ter parte nos benefícios sociais dos poderes estabelecidos. (ibidem: 58)

Apesar disso, vão aparecendo, ainda tendencialmente ligados à terra ou ao mar, alguns escritores regionalistas de mérito, com Armando Cândido a ser o primeiro desta geração surgida nos anos 20. Publicou *Eira de pecados* (1935) e deixou dispersos vários contos por revistas e jornais, onde se vislumbra a boa qualidade do seu regionalismo. Manuel Greaves e Urbano de Mendonça Dias destacam-se sobretudo pelo seu marcado açorianismo, apesar de pouco cuidados no estilo, denotando uma superficialidade apressada e pouco engenhosa. João Ilhéu publicou algumas obras, destacando-se *Gente do monte* (I e II – 1933 e 1956). Este terceirense é autor de contos muito desiguais, escrevendo páginas de mérito com bons traços de uma narrativa tipológica, mas também páginas que provocam no leitor uma situação de desprazer (Melo, 1978: 21). A estes prosadores seguem-se outros que também merecem ser referidos, casos de Diogo Ivens, Maduro Dias e Dinis da Luz. A obra dos dois primeiros encontra-se dispersa por jornais e revistas do seu tempo. Diogo Ivens recria o indivíduo numa perspetiva universal, um indivíduo que retrata o mundo do trabalho dos operários e camponeses, alternando a ação dos seus contos entre a cidade e o campo. Por sua vez, Maduro Dias interessa-se pelas renovações que iam acontecendo na arte, mormente no que se refere à pintura e à literatura. Por último, Diniz da Luz publica *Destinos do mar* (1953), de onde sobressaem alguns contos de antologia, como é o caso de “O dia mais feliz do tio Moisés”.

Na década de 20, Vitorino Nemésio, entrevistado por Rebelo Bettencourt, considera que se deveria trabalhar pela autonomia literária e artística, porque não existia literatura açoriana. De acordo com Nemésio, os poetas e escritores insulares estão fora da alma açoriana no momento da criação literária, pois às suas obras faltam-lhes os vocábulos e expressões regionais, fazendo com que o povo ilhéu não se reveja nessa literatura, nem os escritores açorianos despertem curiosidade e interesse no continente português, apesar de os poetas e escritores insulares terem qualidades invulgares. Neste sentido, para triunfarem devem

entrar dentro da alma do povo açoriano, pois livro regionalista será aquele que, numa forma estilizada, elegante, artística, nos dê o povo como ele fala e sente e puser diante de nós, através das suas palavras, a paisagem e o mar açoriano... (Nemésio, 1923: s.p.)

De facto, o próprio Nemésio dá o exemplo desta literatura regionalista com a publicação do livro *Paço do milhafre* (1924), sendo considerado pelo entrevistador como o mais belo livro de literatura regional açoriana, opinião secundada por Afonso Lopes Vieira na Carta-prefácio a apadrinhar o livro. Segundo este autor, Nemésio conseguiu captar a realidade açoriana e expressá-la literariamente, quer através de sentimentos e emoções, quer por meio da linguagem da população, pois “pela primeira vez em nossas Letras contemporâneas os Açores acham um artista poderoso para os evocar” (Vieira, 2002: 37-38).

Efetivamente, em *Paço do milhafre*, Nemésio, através do seu grande poder de observação, procurou criar um conjunto de contos em que houvesse vida regional, movimento, cor local, tipos açorianos bem definidos. Em suma, nas palavras de Urbano Bettencourt, procurou criar

um mundo centradamente insular (terceirense), marcado pela proximidade das relações pessoais, numa situação vivencial em que o humano e divino se interpenetram e a aprendizagem da vida e da morte se realiza no âmago do isolamento atlântico e das exíguas dimensões de um espaço recôndito, que intensifica o sentido e o relevo mesmo dos pequenos acontecimentos. (Bettencourt, 2002: 20-21)

Vejamos, então, alguns exemplos dessa vida insular presente nos contos. Em “Terra do bravo” deparamo-nos não só com os perigos da vida no mar, consubstanciados em tempestades, naufrágios e conseqüente morte do pescador Velhinho, mas também com os sentimentos por ele experimentados ao pensar na mulher e nos filhos menores que nunca mais veria, nos sonhos que ficariam por realizar, na luta inglória contra o mar e, finalmente, na percepção dessa mesma morte. Em “Enganada”, conta-se a história de Angelina que engravidou do Chórica e conseqüente desforra do irmão desta, Antonico. Mas, neste conto, também se aborda o problema da emigração, real e espiritual, visível em João Rabaça e na esposa Rosa que hipotecaram todos os bens para custearem a viagem da filha Maria para a América. Como Maria teve sorte no estrangeiro, teriam de tirar um domingo no Império da Rua de Baixo para pagarem uma promessa que tinham feito ao Senhor Espírito Santo. No conto “Mau agoiro”, estão patentes as aflições, os infortúnios, as incertezas, as desgraças da pobre viúva que perde o filho, João Cacena. Em “Misericórdia”, o narrador retrata a sina dos terramotos nas ilhas que tudo destroem e o refúgio do povo na fé e na religião cristã:

Buscando os óculos sôbla coberta da mesa, era a tia Mariquinhas quem ia rezar as rezas no livro ferrunvelho, devocionário bento que fora do padre Ouvidor e onde a traça obrara furinhos de sovela. Foram ajoelhando as piquenas. (Nemésio, 2002: 91)

Em *Paço do milhafre*, Nemésio procura também retratar o povo da forma como fala, como se pode verificar pela passagem seguinte:

Velhinho olhou arrelampado, esfregou as meninas dos olhos e disse:
– Que horas são?
Nem que fosse de propósito, sentiu bater na vidraça:
– É o Ti Antonico?
– Tal-qualmente. E mexe-te daí! Tê mestre já vai passante a casa do peixe.
– Já oivi, Ti Antonico. E que tal estamos de tempo?
– De má cara, de má cara... Maneia-te! (ibidem: 57)

Esta opção de Nemésio não deixa de merecer um reparo por Afonso Lopes Vieira ao referir a deliberada opção do escritor pela “deturpação prosódica da linguagem que as suas personagens falam” (Vieira, 2002: 38). Idêntica opinião têm Mariano Vítor Cabral e Luís Ribeiro, que também criticam a forma como o escritor usa a linguagem. Vítor Cabral considera, por um lado, que Nemésio exagerou no uso do calão popular, “não chegando mesmo graficamente a destacar a terminologia correta da irregular, a vernácula da deturpada pela ignorância” (Cabral, 1924: s.p.), constituindo esta “elocução original” uma dificuldade para o leitor e, por outro lado, critica o facto de uma construção assim extremada, patente em *Paço do milhafre*, não se encontrar em nenhuma das ilhas do arquipélago dos Açores. Por seu turno, Luís Ribeiro condena o uso de “certas imagens arrojadas e desusadas, certas expressões e formas de dizer” que se afastam da simplicidade de estilo que Nemésio deveria adotar, tendo em conta o universo social representado na obra. Por outro lado, critica, ainda, o “frequente emprego do plebeísmo, ou melhor, de uma ortografia própria para traduzir a pronúncia popular terceirense”, bem como o abuso da representação fonética nas descrições, que se lhe afigura um exagero desnecessário (Ribeiro, 1924: s.p.).

Mas, para lá da questão da linguagem, *Paço do milhafre* foi acolhido com muito entusiasmo pela crítica local, como o testemunham as recensões feitas ao livro por Luís Ribeiro e por Mariano Vítor Cabral, aquando da sua publicação. Estes autores consideram que a qualidade do livro de Nemésio supera os anteriores escritos açorianos, bem como equiparam este escritor aos melhores criadores europeus, designadamente franceses, italianos e galegos. Luís Ribeiro vê mesmo *Paço do milhafre* como o modelo a imitar por todos os que quiserem escrever literatura regional açoriana, em resultado de

três grandes virtudes: “o amor à terra natal, o amor à arte e o amor à realidade” (ibidem: s.p.). Pelo contrário, Vítor Cabral sustenta que *Paço do milhafre* não pode ficar como modelo definitivo da literatura regional açoriana por causa do exagero na utilização dos plebeísmos, apesar de reconhecer que é um grande livro, de qualidade superior, um livro que enaltece a literatura regional portuguesa.

Ora, se *Paço do milhafre* não pode ficar como modelo definitivo da literatura de temática açoriana, será no segundo quartel do século XX que Nemésio dará corpo à ideia de açorianidade, entendida como mundividência e vivência específica do povo açoriano, um modo de ser e de estar no mundo que se expressa, de entre outras maneiras, através de uma sensibilidade literária. Para tanto, publicou as obras *Mau tempo no canal* (1944), *O mistério do paço do milhafre* (1949) e *Corsário das ilhas* (1956), obras maiores da açorianidade literária e que influenciarão, direta ou indiretamente, as novas gerações literárias açorianas. *Mau tempo no canal* é considerado o expoente máximo de toda a história literária e cultural dos Açores, um romance de personagem, de espaço e da sua influência sobre o homem, uma obra compósita onde se cruzam, nas palavras de Urbano Bettencourt, “memória e facto, realidade e símbolo, texto literário e documento histórico, cultura popular e erudita” (2003: 56). Do mesmo modo, *O mistério do paço do milhafre* é considerado o melhor livro de contos de toda a ficção açoriana, livro que acrescenta e reformula alguns dos contos de *Paço do milhafre*, e onde se retrata o tempo da infância passada num mundo insular. Mundo marcado pelas circunstâncias históricas, geográficas e pelo isolamento atlântico que determinam o modo de vida coletivo. *Corsário das ilhas* resulta de duas viagens feitas por Nemésio aos Açores em 1946 e 1955, a um tempo livro de viagens e diário íntimo, onde o autor aprofunda algumas das reflexões feitas sobre o arquipélago na conferência *O Açoriano e os Açores*, de 1928.

A influência de Nemésio inicia-se a partir da década de 40, quando um grupo de jovens, ligados à redação do semanário *A Ilha*, em Ponta Delgada, começa a publicar poemas e contos que refletiam um modernismo tardio, bem como artigos sobre a atualidade da literatura que se escrevia fora dos Açores. Por outro lado, estes escritores começavam a dar sinais do neorrealismo então emergente em Portugal ao tentarem “interceptar, mais do que os dramas latentes da pequena comunidade que os rodeia, as angústias de um quotidiano finalmente movido para a causa / consequência da insularidade e para a receção de um tempo universal” (Melo, 1978: 22). Todavia, as tendências temáticas e ideológicas do neorrealismo, escoradas numa literatura de

combate, de denúncia social, só se farão sentir a partir de 1952 com a publicação da obra *A Ilha e o mundo*, de Pedro da Silveira. Na verdade, com o seu poderoso realismo das palavras, Pedro da Silveira veio agitar o meio intelectual açoriano, visto que “no pequeno mundo fechado das ilhas, os seus golpes livres e incisivos atuaram como uma bomba entre os pequenos círculos literários” (Almeida, 2011: 60). Por essa altura, surgem também os contistas Eduardo Vasconcelos Moniz, Eduíno Borges Garcia, Dias de Melo, Dinis da Luz, Fernando de Lima, Manuel Barbosa, Manuel Ferreira, Ruy-Guilherme de Moraes, em cujos textos transparecem preocupações sociais, mas alguns desses escritores haveriam de se desligar da escrita literária.

Desses prosadores, destaca-se Dias de Melo que se inicia na prosa com as crónicas *Mar rubro* (1958), inaugurando o ciclo ou a trilogia da baleia (Melo, 1982: 73), ciclo que continua com o romance *Pedras negras* (1964), para se fechar com *Mar pela proa* (1976). A partir da freguesia da Calheta de Nesquim, na ilha do Pico, Dias de Melo assume integralmente a sua profunda condição açoriana e transpõe-na para a ficção, dando, deste modo, testemunho da vida terrível dos homens do mar. Na maioria das suas obras, o escritor aplica os pressupostos da estética neorrealista à realidade insular, ou seja, a sua literatura visa combater e denunciar a exploração duma classe social. Para tanto, dá voz ao proletariado (o homem da terra e o baleeiro da ilha do Pico) na luta pela sobrevivência e fuga à pobreza pela emigração, bem como na luta contra as injustiças e exploração pelos grandes senhores da pesca, conferindo-lhe o estatuto de agente coletivo da história e tendo em vista uma transformação qualitativa da vida destas gentes.

Ao longo de toda a década de 60, a produção literária no arquipélago não é muito abundante, ficando marcada, nos primeiros anos, pela chegada tardia do segundo modernismo e pelo neorrealismo. Em todo o caso, e depois do já referido Dias de Melo, destacam-se dois escritores, um do início e outro do final dos anos 60, pelas suas narrativas de temática açoriana. Ruy-Guilherme de Moraes publica *As Terras da santa* (1960) e *Passaporte de emigrante* (1961), livros onde aborda o povoamento das ilhas, o caciquismo, a ganância política, a emigração e suas marcas. Maria Brites, uma continental que viveu na ilha de S. Miguel durante algum tempo, escreve *Um saco de diabelha* (1969), coletânea de contos micalenses onde transparece o seu discurso insular e onde põe em evidência os ambientes e o viver dos homens da Achada do Nordeste.

Em junho de 1967, Carlos Faria cria o suplemento literário “Glacial – a união das letras e das artes”, do jornal *A União*, de Angra do Heroísmo, a partir do qual se inicia uma nova fase de dinâmica cultural com o intuito de derrubar as barreiras entre os Açores e o mundo, ou seja, libertar as ilhas do alheamento cultural que o Estado Novo promovia através da censura. Este movimento de intervenção cultural deu origem a uma nova geração insular – a geração *Glacial* – que incluía, entre outros, os nomes de Álamo Oliveira, Emanuel Félix, João de Melo, J. H. Borges Martins, J. H. Santos Barros, Marcolino Candeias, Urbano Bettencourt. Relativamente a esta geração, João de Melo acrescenta:

Mas esta é também a geração da guerra colonial: a juventude vitimada e agredida no seu crescimento para a liberdade. Traz consigo as solidões e estrangulamentos do império, os traumatismos da morte e do silêncio. A ninguém admire que seja esta, hoje ou amanhã, a geração desse empenhamento da palavra pela certeza da sua posse. Muitos destes poetas e contistas lançaram já nos seus livros verdadeiros manifestos contra a guerra e contra o sistema de massacres ali testemunhados. (Melo, 1978: 25-26)

De facto, se, por um lado, esta é a geração da guerra colonial (1961-74), da opressão, do silêncio e da morte, por outro é, também, a geração da vida, da liberdade, da esperança, participante e testemunha da Revolução dos Cravos. Revolução que marca o princípio de uma nova fase da escrita no arquipélago, proporcionando configurações históricas e literárias multifacetadas da condição insular criadas livremente pelos escritores, ao mesmo tempo que não esquecem a guerra ultramarina e dela dando testemunho às futuras gerações através da literatura. E vão fazê-lo sobretudo em prosa, escrevendo romances sem o crivo da censura, não precisando, por isso, de se dissimularem na poesia através de uma linguagem metafórica, único meio de dizer o interdito.

2.4. Panorâmica atual: a açorianidade literária após a Revolução de Abril

Após a Revolução de Abril, nos Açores viveu-se um clima político intenso por causa do surgimento da Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento separatista conservador que defendia a independência do arquipélago. Este movimento abriu guerra aos escritores e poetas, cuja ideologia era diferente da defendida pela FLA, forçando-os ao silêncio ou a abandonar as ilhas e a terem de viver no continente, sobretudo a partir do Verão de 1975. Mas esses escritores e poetas não se calaram, antes se agruparam e

recomeçaram com as publicações. Com o desaparecimento da FLA, a situação política no arquipélago voltou à normalidade e abriu-se novamente espaço para a literatura.

A partir da segunda metade da década de 70, a liberdade, o fim da censura e a acalmia política permitiram um salto qualitativo na produção literária açoriana, sobretudo na prosa, assistindo-se, a partir dos anos 80, ao surgimento de uma multiplicidade de tendências. Por outro lado, assiste-se a um aumento de novas publicações, quer no continente, quer no arquipélago. No continente, porque aí instalados, esses escritores puderam aceder com mais facilidade às editoras nacionais, o que lhes permitiu agilizar a publicação das suas obras; nos Açores, porque a nova conjuntura política permitiu aos escritores da geração mais antiga, bem como da mais recente, a edição ou a reedição dos seus livros, reforçando, deste modo, a instituição literária açoriana. Assim, Manuel Ferreira reuniu os seus contos nas coletâneas *O barco e o sonho* (1979) e *O morro e o gigante* (1981); Dinis da Luz editou *A sereia canta nos portos* (1979); Augusto Gomes publicou *Perdoe pelo amor de Deus* (1981); Hélder Melo editou *O trevo de quatro folhas e outras histórias* (1983); Manuel Barbosa publicou os contos *Enquanto o galo canta* (1985); António Bulcão editou *Contos desta e doutras vidas* (1988). Estes autores inserem-se dentro de uma linha tradicionalista, direcionando a sua escrita para a representação da autêntica vivência insular, através da recriação de usos e costumes. Neste sentido, estas narrativas traduzem a condição açoriana ao expressarem o modo de ser e estar do povo açoriano, a partir da vivência destas gentes e dentro de uma perspetiva coletiva. Deste modo, a açorianidade aparece representada no tratamento que é dado a temas como a emigração e a vontade de regresso à ilha, o mar, o trabalho no campo, a religião, a memória da infância e as catástrofes naturais.

De acordo com Assis Brasil (2003: 23), as tendências temáticas da literatura açoriana posterior ao 25 de Abril de 1974 desenvolvem-se à volta de três vertentes: a guerra colonial, a emigração e a consciência insular. Se a primeira ideia fundamental surge apenas depois do início da guerra em 1961, as outras duas já estão presentes na ficção de Gaspar Frutuoso, desenvolvem-se depois com os contistas da segunda metade do século XIX, afirmam-se e complexificam-se progressivamente na narrativa açoriana do século XX, sobretudo a partir da Revolução dos Cravos, quer diversificando os procedimentos discursivos, quer construindo e inventando novas efabulações.

Tanto os escritores continentais como os açorianos elegeram a guerra colonial como tema central ou subtema de estreia literária nas suas obras, sendo que alguns

desses escritores recorrerão com frequência a essa temática. Segundo Rui Teixeira (1998: 98-110), as razões dessa escolha devem-se sobretudo à juventude destes autores, à participação nos confrontos bélicos e conseqüente sentimento de culpa, à geração que perdeu o Império e que vai criar uma nova literatura que transmite novos valores, bem como à necessidade de fazerem a catarse da guerra colonial. Como explica este autor:

Se antes de 25 de Abril de 1974 a maior parte da produção literária emergente da guerra veicula a ideologia direitista e colonialista do regime e uma ínfima parte dessa mesma produção é de (disfarçado) sinal político oposto, após a deposição de Marcelo Caetano, como num espelho, as posições invertem-se – a literatura tematizadora da guerra passa a transmitir valores de esquerda, sendo violentamente anticolonialista. (ibidem:100)

No caso dos escritores açorianos, às razões acima mencionadas, acrescem ainda as que resultam da insularidade do arquipélago e da tomada de consciência dessa condição periclitante. Por isso, as suas obras expressam uma revolta angustiada perante o desastre que foi a guerra colonial e a obrigatoriedade de uma permanência inútil em terras africanas. Segundo o testemunho de Martins Garcia:

Os açorianos lançados na guerra colonial em África – qualquer que seja ou tenha sido a sua ideologia, quaisquer que sejam ou tenham sido as suas divergências ideológicas – souberam que não lhes cabia, apesar do seu estatuto de adjacência, a missão de assegurar sobre outros povos uma soberania que se negava a si mesma no meio de doentias contradições (Garcia, 1987: 123).

O arquipélago dos Açores foi a região do país que contribuiu com o maior contingente de soldados que desembarcou em Angola, Guiné portuguesa e Moçambique, as três frentes de combate da guerra em África. Incorporados neste contingente de tropas, estavam militares como Álamo Oliveira, Cristóvão de Aguiar, João de Melo e José Martins Garcia, homens que viriam a tornar-se nos escritores mais representativos da guerra colonial na literatura açoriana. Para estes autores, escrever funciona como uma forma de catarse, de libertação psicológica dos traumas experienciados, de exorcismo da memória que uma crise de identidade vai destruindo.

Se, por um lado, estes escritores tiram testemunho literário da memória dolorosa da guerra, por outro, denunciam os podres da instituição militar e, por arrastamento, os podres do país. De facto, é assim para Martins Garcia que escreveu *Lugar de massacre* (1975), um dos primeiros romances sobre a guerra colonial, cujas linhas de força são a crítica e a denúncia de uma guerra inútil, onde se mata e se morre sem sentido, bem como a sátira aos chefes militares e aos políticos incompetentes e corruptos. É assim para João de Melo, autor da coletânea de contos *Histórias da*

resistência (1975), do romance *A memória de ver matar e morrer* (1977), refundido depois em *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), obras onde dá conta da experiência traumática da guerra, onde questiona sobre a existência de motivos que justifiquem tanta brutalidade, tanta prepotência e tanto sangue derramado, onde justifica a escrita para dar testemunho dos dias dessa guerra. Para além destas obras, João de Melo, publicou, em dois volumes, a antologia *Os anos da guerra 1961-1974 – Os Portugueses em África – Crónica, ficção e história* (1988), para a qual selecionou apenas textos anticolonialistas. É assim para Cristóvão de Aguiar, com as obras *O pão da palavra* (1977), *Ciclone de setembro* (1985), *O braço tatuado* (1990), e para Álamo Oliveira, com *Até hoje: memória de cão* (1986), publicações que representam a memória do povo açoriano, presente nas personagens e nas suas histórias. Enfim, é assim para muitos outros escritores que, de uma forma ou de outra, abordam o absurdo que foi a guerra colonial, “quer como vivência quer, mais tarde, como sequela, reflexão ou memória” (Teixeira, 1998: 107).

Intimamente relacionado com o fenómeno da guerra colonial e que marca o modo como se refletiu profundamente na produção literária açoriana, está o sentimento de perdição da ilha, sentimento que se manifesta também na diáspora, através da ilha mitificada que viaja no interior do escritor açoriano. Neste sentido, as duas manifestações de perdição relacionam-se, na medida em que ambas acarretam a saída da ilha, o afastamento e a deformação da identidade açoriana. Como sustenta Martins Garcia, “se a emigração veio conferir à *ilha perdida* uma configuração que a mitifica, a guerra veio trazer a essa mesma *ilha perdida* uma renovada consciência de perdição: perdição inglória do nosso tempo ao serviço duma causa de antemão perdida” (Garcia, 1987: 116)

Daniel de Sá, Onésimo Teotónio Almeida e Vasco Pereira da Costa, juntam-se a José Martins Garcia, João de Melo, Cristóvão de Aguiar e Álamo Oliveira, na abordagem das vertentes da emigração e da consciência insular defendidas por Assis Brasil, tornando-se nos prosadores mais importantes da escrita açoriana pós-25 de Abril. Estes ficcionistas apresentam um estilo moderno, inovador, uma escrita diversificada na abordagem das tendências temáticas e em alguns casos até uma escrita subversiva. Por outras palavras, estes escritores representam uma lufada de ar fresco no âmbito da ficção açoriana, mostrando outras versões da realidade, servindo-se, para o efeito, de recursos como “o humorismo, a ironia crítica, a sátira, o grotesco, o registo burlesco, o fantástico, o estranho” (Cabral, 2010: 28).

A vertente da emigração é uma das grandes tendências da literatura açoriana, sendo tratada, direta ou indiretamente, por quase todos os autores, vivam dentro ou fora das ilhas. Ainda no seguimento do trabalho de Assis Brasil (2003: 23-28), uma primeira linha temática da emigração refere-se ao sentimento da perda da ilha, à errância das personagens e à falta de um lugar próprio, como o evidencia a obra *Imitação da morte* (1982), de Martins Garcia, em que o protagonista, o professor António Cordeiro, deambula por Paris, depois por Lisboa e, finalmente, pela Nova Inglaterra. Outro tema explorado pelos escritores reflete os problemas e as dificuldades da vida no arquipélago, assentes numa força centrífuga que vê a ilha como prisão ou termo, força que provoca o querer abandonar a ilha, tornando o ilhéu num ser embarcado (Nemésio, 1998). Daí a fatalidade da partida e o desenraizamento posterior, como o comprovam as obras *Contrabando original* (1987), de José Martins Garcia, e *Gente feliz com lágrimas* (1988), de João de Melo. Na primeira, Miguel Rafael, o protagonista, abandona a ilha onde nasceu e perde-se no mundo. Primeiro, em Lisboa, onde vive na clandestinidade para fugir à guerra colonial, depois emigra para a América, metamorfoseando-se em várias identidades: é Jeremias Rodrigues, é Paul Martin, um ator, torna-se um contrabandista, um diplomata e um professor de Latim. Na segunda, Nuno Miguel, mais tarde Rui Zinho, intelectual e escritor respeitado, abandona a ilha para fugir dum infância maldita, vivida no interior de uma família violenta, mas não cria raízes na terra de adoção. Gente feliz porque a família se dispersa por Lisboa, África e reagrupa-se na América e Canadá, alcançando uma felicidade material; gente com lágrimas, devido ao sofrimento experimentado e por se perderem de si mesmos e da ilha. Em *raiz comovida: a semente e a seiva* (1976), Cristóvão de Aguiar descreve o lado burlesco da influência americana no emigrante açoriano, que transpõe, depois, para a sociedade açoriana. *Ilha grande fechada* (1992), de Daniel de Sá, narra a peregrinação da personagem João, durante nove dias como romeiro, ao mesmo tempo que funciona como despedida saudosa da ilha, pois embarcará numa viagem sem regresso para o Canadá. Para tanto, quebra todos os laços que o ligam à ilha, culminando simbolicamente nesse dramático episódio da morte de Diana, a sua cadela fiel. Por fim, em *Já não gosto de chocolates* (1999), Álamo Oliveira refere-se ao percurso da vida do emigrante José Silva e da sua família, analisando-os na sua complexa intimidade e na sua dignidade, sobretudo enquanto seres humanos.

Mas o tema da emigração também foi tratado do lado de lá do atlântico pelos autores que estão radicados nos Estados Unidos da América, açorianos ou descendentes,

escrevendo em português ou em inglês. Por exemplo, Katherine Vaz é uma escritora americana de descendência açoriana, que publicou o livro de contos *Fado and other stories* (1997), obra cujas histórias têm por cenário a América e os Açores. A partir dos Estados Unidos, escrevem ainda, Onésimo Teotónio de Almeida, que publicou *(Sapa)teia americana* (1983), Manuel Ferreira Duarte, que editou *A banda nova e outras histórias* (1991), e José Francisco Costa, que publicou *Mar e tudo* (1998). Nestas obras, encontramos as vivências dos emigrantes açorianos, os seus sucessos e fracassos, os conflitos de gerações, as suas lutas diárias num novo território, seja no mundo da “Lusalândia” de Onésimo, seja no da “Laborlândia” de José Costa. Do cumprimento desta sina, muitas vezes assente em dificuldades de adaptação, resulta a errância, a saudade, as memórias do passado e o permanente desejo de regresso à ilha.

Os escritores acima referidos são também aqueles que representam melhor a tendência da consciência insular, dela dando novas perspetivas e fazendo novas abordagens da realidade açoriana, através de uma apreciação crítica dessa realidade, relacionando-a com Portugal e com o mundo. Neste sentido, a consciência insular não deve ser confundida com “o regionalismo, limitante, conservador e passadista, cingido pela intenção apenas documental” (Brasil, *ibidem*: 29).

Ora, se para a construção da consciência insular é muito importante a questão das origens, ela está presente na literatura açoriana, através do mito e da lenda, em dois romances: *Contrabando original*, de Martins Garcia e em *O meu mundo não é deste reino* (1983), de João de Melo. Nestas obras, a questão das origens é tratada numa forma irónica e satírica. De Martins Garcia, são também os romances *A fome* e *O medo* (1982), cujos títulos remetem para a fatalidade das ilhas e dos seus condicionalismos, patentes no isolamento e nas catástrofes que as assolam.

A memória da ilha é outra das temáticas presentes na literatura açoriana que os ficcionistas representam a partir da recuperação do tempo da infância vivido no arquipélago. A recuperação deste tempo passado na ilha está presente na trilogia *Raiz comovida: A semente e a seiva* (1976); *Vindima de fogo* (1979); *O fruto e o sonho* (1981), de Cristóvão de Aguiar, bem como nas obras *Nas escadas do império* (1978) e *Plantador de palavras, vendedor de lérias* (1984), de Vasco Pereira da Costa.

O romance *Pátio d’alfândega/meia-noite* (1992), de Álamo Oliveira, representa o pós-modernismo na literatura açoriana. Nesta obra, a consciência insular é tratada a partir da reconstrução da cidade de Angra, destruída pelo sismo de 1980. Aí se critica o provincianismo e a ganância da sociedade açoriana contemporânea, bem como se

denunciam os seus conflitos e a inexistência de perspetivas. A expressão da consciência insular encontra-se ainda representada nas obras *Burra preta com uma lágrima* (1982) e *Com perfume e com veneno* (1997), de Álamo Oliveira, assim como na *Crónica do despovoamento das ilhas* (1995), de Daniel de Sá.

Relacionada com a pequenez da ilha e a distância do mundo, estão os espaços opressivos e fechados, daí que a temática do cerco seja recorrente na ficção açoriana. Encontramo-la em obras como *A cor ciclame e os desertos* (1989), de Fátima Borges, e *Memórias da cidade cercada* (1995), de Fernando Aires. Estes livros mostram espaços exteriores enclausurados que refletem estados psicológicos fragmentados, sofridos. Isto é, o cerco ilhéu representa, acima de tudo, a metáfora da condição existencial interior (Cabral, 2010: 33).

Entre as publicações mais recentes, estão as da geração posterior à guerra colonial, uma geração criada no tempo da democracia, educada em liberdade, uma geração que não participou nos combates bélicos, nem conheceu as dramáticas condições insulares de meados dos anos cinquenta a setenta do século passado. Por isso mesmo, esta nova geração “não tem de *justificar* socialmente a própria escrita e mantém uma relação desenvolta e apaziguada entre *a ilha e o mundo*, entre o exterior e o interior” (Bettencourt, 2007: 21). Desta geração, destacam-se as obras *O terceiro servo* (2000) e *O Citroën que escrevia novelas mexicanas* (2002), de Joel Neto, e *Dez regressos* (2003), de Nuno Costa Santos.

À literatura açoriana pertencem, também, os autores estrangeiros que se têm ocupado dos Açores nas suas obras, permitindo novas abordagens e outros olhares sobre as ilhas. Segundo Vamberto Freitas, o interesse destes escritores pelo arquipélago deve-se a uma “geografia de *mistério* e mais ou menos fora da História, prestando-se a certa metaforização” (Freitas, 1998: 37). Assim, em 1983, António Tabucchi escreve *Mulher de Porto Pim*, livro que fala dos Açores, de naufrágios, de baleeiros, duma caça à baleia¹⁷, da baleia que vê os homens e da história dum amor enganado. A história de Lucas Eduíno, antigo baleeiro que trocou o arpão pela viola, e que com essa lança matou a mulher que julgava sua, em Porto Pim, na cidade da Horta. Em 1994, Maria Orrico publica *Terra de Lídia*, a história de Lídia, uma lisboeta que visita os Açores

¹⁷ A última matança de uma baleia ocorreu a 14 de novembro de 1985, na ilha do Pico. Todavia, o elo que liga os homens do Pico às baleias não se quebrou, visto que acabou a caça à baleia e começou a observação de cetáceos. De facto, em 1989, o francês Serge Viallelle introduziu o Whale Watching nos Açores, a partir da vila das Lajes, na ilha do Pico, que rapidamente se alastrou ao Faial e depois às outras ilhas. A observação de baleias, para além de ser uma atividade económica lucrativa, é também uma aposta ganha em termos ecológicos, dado que não põe em risco a biodiversidade dos oceanos.

para fugir dos seus problemas emocionais, e de Tomás, o cego que vê com os olhos da alma e que a ajuda a encontrar a felicidade. Em 1997, Romana Petri escreve *O Baleeiro dos montes*, onde aborda a história de uma mãe que vela o corpo do filho, fazendo, ao mesmo tempo, a reconstituição da sua história e da sua família, destacando o caso do baleeiro que se refugiou nas montanhas da ilha das Flores para não voltar a ver o mar. Em 2003, publica *A senhora dos Açores*, a história de uma turista italiana que procurava refúgio num local não muito distante, mas que fosse longe do mundo. Encontra-o nos Açores, fazendo deles o seu paraíso perdido. Na ilha do Pico, mergulha na magia da terra, contacta com as suas gentes, com o seu isolamento e com as suas histórias, passadas entre a ilha e a Califórnia. Conhece João Freitas, esse guia misterioso, a quem dedica o livro por ter sido um marido fiel. Em 2006, escreve *Regresso à Ilha*, livro que conta a história intensa do reencontro da narradora com João Freitas, oito anos depois, bem como refere a amizade que os une e a falta que lhe faz o vento dos Açores.

Em suma, os escritores posteriores à Revolução dos Cravos adotaram uma escrita que se abriu aos enigmas do mundo, rompendo os limites do espaço regional e universalizando a condição açoriana. Para isso, introduziram nas suas obras novas experiências e novas abordagens, fazendo com que a ficção narrativa das últimas décadas evoluísse não só ao nível da temática, mas também em termos de processos de escrita. Neste sentido, o tratamento das temáticas e da açorianidade é feito a partir da representação da consciência insular, da guerra colonial e da emigração, mas de uma forma moderna, recorrendo ao fantástico, ao mito, à lenda, à paródia, ao grotesco, ao absurdo, à ironia, ao sarcasmo.

Capítulo 3- José Martins Garcia: uma abordagem da açorianidade

3.1. A configuração do universo insular: ironia e sátira; Deus e o Diabo

O que é que serve que um poema meu seja lido em Paris,
se eu sou perfeitamente desconhecido na ilha em que
nasci? Eu não chego à ilha do Pico.

José Martins Garcia

A açorianidade literária na narrativa de José Martins Garcia manifesta-se pela forma como avalia criticamente não só a realidade açoriana no arquipélago, mas também a saga dos açorianos fora dele, na diáspora. Deste modo, Martins Garcia aborda a representação da mundividência açoriana e das temáticas que lhe estão subjacentes sob a perspetiva de um olhar plural, consciente e crítico. Assim, a sua escrita exprime tudo aquilo que de mais profundo caracteriza a sua personalidade, quer enquanto ser ilhéu, quer ao debruçar-se sobre toda uma série de injustiças, que depois reinventa, transpondo-as para a ficção, para a açorianidade literária. Esta posição é assumida pelo autor em entrevista concedida a Vamberto Freitas:

Mas eu, enquanto ficcionista, tenho enquadrado quase sempre as minhas criaturas em situações e em épocas marcadas por revoltantes injustiças, atropelos da dignidade, discriminações e abusos de vária ordem. A ficção, sendo distinta da realidade, tem profundas relações com a realidade, embora nunca chegue, obviamente a esgotá-la. O escritor que em mim vive seleciona os aspetos do mundo sobre os quais se sente capaz de reinventar um mundo. (Freitas, 1992: 118)

Neste sentido, a açorianidade literária manifesta-se, essencialmente, através da ironia e da sátira, processos de que o autor se serve para configurar o universo insular literariamente e a partir dos quais se desenvolvem as outras marcas da açorianidade. Com a sátira, o escritor pretende denunciar os vícios dessa sociedade e criticar os valores da moral estabelecida:

A sátira escolhe os seus alvos, as suas vítimas, e joga-se toda na inventiva e nos mecanismos da linguagem que, da ampliação à atenuação, proporcionam o espelho deformante (côncavo ou convexo) em que o mundo poderá olhar-se na sua imagem ora ridícula, ora burlesca. (Bettencourt, 2009: 118)

Com efeito, os alvos da vertente satírica encontram-se tanto no período que medeia os anos cinquenta e a Revolução de Abril – tempo de desumanidade, de injustiças, de repressão, de censura, de miséria, de fomes, de medo, de abandono, de

esquecimento, de guerra colonial, de devastação, de morte –, como na narrativa posterior à revolução, com todos os seus desvarios, excessos e triunfalismos. Para tanto, o autor trata os alvos com agressividade, com antipatia, situando os seus narradores em oposição a esses alvos e servindo-se do riso para denunciar e corrigir os defeitos desse mundo às avessas, no seguimento da expressão latina *ridendo castigat mores*:

Satirizar a loucura que se pretende lúcida, rir do poder e das suas vaidades... Eu creio que esta última atitude é que representa a verdadeira solidariedade para com todos os que sofreram os pontapés dos tirantes, dos ditadores. Não é cantarolando amor que, efetivamente, se ama. Ama-se melhor quando se resiste e muito melhor quando se resiste desmistificando o opressor. (Garcia, 1991, 7)

Por sua vez, a ironia, quer como tropo de palavra, quer como tropo de pensamento (Lausberg, 1993) é uma figura de retórica que se expressa por contrários, propondo ao leitor um jogo duplo, na medida em que utiliza a dissimulação como arma de engano, criando um foco de tensão, um mal-entendido entre o que se diz e o que efetivamente se quer dizer. Neste sentido, a realidade ambígua proposta pela ironia só é perceptível pelo contexto ou pela competência linguística dos interlocutores. Assim, ao locutor compete propor um enigma, ao passo que o interlocutor deve reconhecer e decifrar esse enigma. Martins Garcia utiliza a ironia para deformar os seres humanos ou os objetos, exagerando na descrição dos mesmos e a partir dessa deformação explorar o cómico e todas as suas potencialidades, como o atesta a descrição que Miguel Rafael apresenta da prima em *Contrabando original*:

Da filharada de Alfredo, minha prima Adozinda possuía um estranho corpo. Numa terra onde gordura é formosura, e à beleza se chama perfeição, Adozinda era muito perfeita. Tinha uns seios de impor respeito e um traseiro de comover as próprias pedras. Era monumental, se o exagero convém aos monumentos. As bochechas luzidias da sua cara eram corados reflexos e reduzidas réplicas das bochechas de baixo. As suas pernas peludas excitavam os bodes. (Garcia, 1997: 76)

Outras vezes, porém, a ironia crítica do escritor resulta do distanciamento temporal entre o tempo narrado e o tempo da escrita, isto é, entre o tempo da infância e o da idade adulta, distanciamento que lhe permite a distância da voz, como o comprova o relato trágico da morte do avô. Enquanto criança, Miguel Rafael não compreende a relação entre o exagero dos diminutivos e a imagem forte do homem que morre esmagado, ao passo que na idade adulta esses exageros, com todos os pormenores, transformam, por contraste, o sofrimento em cómico:

Morreu espremido entre a quina de uma casa e a maldita camioneta. No dizer desdentado da viúva, não ficara um osso inteiro. A cabeça alongara-se, vomitando os miolos pela tampa arrancada e pelas orelhas desprendidas. Os bracinhos – não percebia eu como um homem tão robusto se acrianchava no vocabulário da morte – apresentavam-se todos picadinhos, havendo mesmo uns dedinhos a nadar na grande poça de sangue circundante (...). E o que Deus dá à gente, para nossa vergonha, tinha abalado de entre as pernas e jazia, cortadinho, como um talinho de couve, espremidinho. Morrer assim parecia uma consolação. (ibidem: 37)

José Martins Garcia estreia-se na narrativa ficcional em 1974, com a publicação de *Katafaraum*¹⁸ *é uma nação* e *Alecrim, alecrim aos molhos*, duas obras de crónicas e contos, que anunciam grande parte da problemática novelística do escritor, desenvolvida à volta de duas grandes linhas temáticas, a saber: a terra açoriana e a guerra colonial. Ainda que nestas obras já haja alguma referência à diáspora, a verdade é que só em romances posteriores a emigração assumirá uma linha de força. A par destas duas linhas temáticas, há que registar também a opção do autor por algum realismo fantástico. Assim sendo, o tema da insularidade entronca na terra açoriana e desenvolve-se a partir da memória, seja ela a da infância, a da adolescência ou a da idade adulta; a guerra colonial perspectiva-se com o antes, o durante, o depois e suas consequências; o realismo fantástico vai continuar não só em contos como, por exemplo, “Vento assassino”, “O último Simão” e “O vômito”, da coletânea *Morrer devagar*, mas também nos romances *A fome* e *Contrabando original*, através dos quais o escritor rompe os marcos evidentes da realidade imediata, açoriana ou não.

Katafaraum das ilhas do Atlântico é o cenário dos contos katafaraónicos, efabulações que remetem para a ideia de despotismo, de repressão, de poder absoluto, ora exercido por mafarricos, lambusões, padres, beatas, ora por simples populares, ora, ainda, por via de bruxedos, tentações, malas-artes e outras provocações de Satanás. Os contos katafaraónicos dividem-se em três ciclos: o do Diabo, o do Herói e o da Linguagem. O 1º ciclo – o do Diabo – é constituído pelos contos “O Diabo vivo” e “Os grandes remédios”. O segundo é constituído pelos contos “O Herói imperfeito”, “O Herói mais-que-perfeito” e “O perfeito herói”. O terceiro ciclo engloba os contos “Competência” e “Performance”, tendo como cenário a instituição militar, com a respetiva recruta, instrução e partida dos soldados para África.

Alicerçada na ironia e na sátira, surge uma segunda manifestação da açorianidade na narrativa de Martins Garcia, que consiste na cooperação entre a

¹⁸ De acordo com o próprio Martins Garcia, na nota à segunda edição, essa sequência fónica significa a monstruosidade de cada um farejando cada um.

imaginação, a memória e o realismo fantástico, a partir da qual o escritor representa o seu mundo ficcional que escora nas idiossincrasias da mundividência açoriana. Intimamente ligadas ao realismo fantástico e a todo o imaginário açoriano estão as figuras de Deus e do Diabo, entendidas como forças apocalíticas dentro duma visão do mundo tradicional, maniqueísta. Neste sentido, o diabo é ironicamente responsabilizado por adultérios e por todo o tipo de malandrices, ao passo que Deus, por vezes, mostra a sua cólera através de terremotos, sismos, vulcões e até com ameaças do fim do mundo (ibidem: 35).

O realismo fantástico vislumbra-se, por exemplo, em João Ramona, o herói imperfeito de Katafaraum das ilhas dos Atlântico, que é de todos os populares aquele que mais vezes viu o Diabo e que mais vezes esteve exposto às suas tentações, porquanto Satanás tanto assumia formas animais como humanas para o provocar, parece até que o Mafarrico *embezerrou* com o pobre homem. Até porque João Ramona, carvoeiro de profissão, gago, velho, solteiro, pobre, pacífico, pouco conversador, morava afastado da freguesia e, por isso, os seus atos e as suas ações não eram tão maus que chamassem tanto a atenção do lambusão. João Ramona tinha apenas uma preocupação: alimentar bem um suíno, seu único companheiro durante grande parte do ano, que mataria por necessidade. Por estas razões, não entendia essa perseguição, esse aparecimento diário do lambusão à beira da cama de palha:

E ele lá estava. De grandes pernas, de longas barbas, de enormes chavelhos, assim uma espécie de massa mais negra que o restante negrume (...), era uma espécie de cão de pernas compridas, assim à laia de burro magro, ou talvez mais parecido com um bode, por ter chavelhos... (Garcia, 1974a: 119)

Foi num dia de matança do porco, durante a conversa com os seus ajudantes, que um dos populares, mais sabido nesses assuntos do além, iluminou a mente esquecida de ti' João, ao afirmar que o diabrete, se fosse lambusão, era alma de gente. E João Ramona lembrou-se: aquela *coisa-meia-burro-meia-cão-meia-bode* que lhe mostrava a dentuça era tal e qual o Corno da Isca!

O Corno da Isca era um emigrante que veio de férias à ilha passar uma temporada quando João Ramona tinha vinte anos. Fora assim nomeado por causa da mulher que o acompanhava:

Um cavalo, grande, louro, que mostrava as pernas e se atirava à água e andava de mamas quase todas a verem-se, que a terra parecia ir-se escancarar perante tamanho desacato. De andar sua

mulher assim a mostrar as coisas a toda a gente, ganhara o “americano” a alcunha de Corno da Isca. Aquilo da fêmea assim à vista parecia mesmo isca, dessa que vai no anzol. (ibidem: 120)

Ora, como João Ramona disse em voz alta o que os restantes habitantes pensavam ou murmuravam à socapa, o Corno da Isca cuspiu-lhe na cara, não querendo saber da força descomunal do carvoeiro, que era mais forte do que seis homens. O resultado era de prever: umas costelas fraturadas, uma ida ao hospital e o regresso do emigrante aos Estados Unidos; a metamorfose do Corno da Isca em lambusão é que não era previsível.

Outras vezes, porém, João Ramona era atacado pelo Demónio sem qualquer motivo, donde se conclui que só podia ser por maldade ou por brincadeira de mau gosto, como foi o caso do Mafarrico que assumiu o corpo de boi e lhe deu uma violenta pancada no traseiro, atirando-o para a fogueira e provocando-lhe algumas queimaduras. Ou, ainda, quando o pai o avisou a tempo de se desviar do lambusão transformado em bezerro, ficando, assim, a salvo dos seus chifres, mas apercebendo-se muito bem do lume, do forte estrídulo e do muito enxofre que deixou à sua passagem (ibidem: 123).

Na freguesia, havia ainda aqueles que afirmavam que João Ramona nunca havia conhecido mulher, porque não conheciam a história da metamorfose do cão tihoso em burra. Se a conhecessem, saberiam que essa azémola mais tarde se materializou numa bela mulher, provocando novamente o carvoeiro quando humildemente pediu asilo para passar a noite. Durante o diálogo que manteve com a mulher, apercebeu-se da verdadeira identidade dela mas tardiamente, não podendo, por isso, combatê-la:

A mulher desatou às gargalhadas e gritou:

– Ah, és tu! Sabes uma coisa: burros alheios deixam-se ao dono!

E sumiu-se. João Ramona murmurou longo tempo:

– S’ê soubesse... ah s’ê soubesse, valhaca...s’ê soubesse, grande valhaca...

E, com irremediável atraso, aflagava, no fundo do bolso, a navalha. (ibidem: 126)

Se é verdade que, no conto “O herói imperfeito”, o cómico, a ironia e a sátira estão presentes na forma como se criticam os discípulos do Diabo, que se encarregaram de transformar a vida de João Ramona, também não deixa de ser verdade que idênticos processos estão presentes no conto “Os grandes remédios”, mormente na crítica ao modo como os discípulos de Deus ajudarão a mudar a vida de António Estreito e à forma fantástica como essa personagem preverá as penas para os pecadores. Com efeito, são as beatas que se vão incumbir de converter António Estreito, ateu e o maior resistente à religião de que há memória na freguesia, transformando-o, mais do que num

mero cristão fiel, em autêntico visionário ao serviço de Deus. De facto, no início do conto, a personagem assume uma postura muito crítica para com a religião, recusando-se a pagar os encargos anuais com o culto e pouco se importando com a vida depois da morte, como o atesta a conversa com Gonçalves, seu compadre e sacristão da freguesia, a propósito de ser enterrado no quintal:

– Mas aquela falta d’irrespeito... aquil’ de t’interrárim lá no quintal...

António Estreito cuspiu palavras.

– E digo-te mais, compadre: não preciso de missas depois de morto. Plantem-me uma figueira no cu... e comam os figos por minh’ alma. Sempre é melhor que encher o bucho ò padre... (ibidem:109)

O compadre Gonçalves, a esposa e as beatas rezaram tantos terços que o milagre aconteceu em Katafaraum do atlântico, no final dos anos cinquenta, em pleno século XX. A primeira manifestação do assombro deu-se quando António Estreito andava a cortar madeira para construir a primeira moagem da freguesia e levou com um enorme tronco de um pinheiro na cabeça que o teria morto, não fossem as rezas das beatas. A segunda manifestação dessa prodigiosa conversão aconteceu quando se deu uma explosão na moagem e António Estreito foi encontrado ferido no meio dos escombros. Consequentemente, o protagonista passou de ateu a arrependido, de praticante a *iluminado-maior-de-todos-os-tempos*, prevendo o destino dos pecadores e fazendo de intermediário entre as almas e os familiares delas:

António Estreito, o iluminado, dava precisões terríficas quanto ao destino dos entes queridos. Uma esmola que não fora dada – três anos de purgatório. Uma vaca roubada – um século de purgatório. Uma missa mal ouvida – uma eternidade no limbo. A uma vacilação na fé – o inferno (...). E certas almas, ao saírem dos corpos, rasgavam os ares em direção à moagem, deixando ao iluminado um murmúrio das suas últimas vontades. (ibidem:122)

Com efeito, a religião, bem como os rituais que lhe estão inerentes, é outra característica da açorianidade que não escapa à ironia de alguns narradores-personagens, como o atestam algumas passagens de *A fome* e de *Contrabando original*, nas quais se critica a religião enquanto meio de controlo das pessoas. No primeiro romance, o vassalo-narrador, aquando dos preparativos para a expedição à ilha do Pico, refere ironicamente o modo como, ao não ter encontrado crimes para se confessar, o sacerdote lhe sugeriu alguns sob a ação do demónio, os quais resultaram na absolvição do pecador mediante ridícula pena:

Confessei a minha simpatia por Satanás, rezei três ave-marias como penitência e tive de engolir a hóstia sem lhe tocar com os dentes, por se tratar da real e redentora carne de Cristo, que sabia vagamente a bolacha de água e sal. (Garcia, 1998: 17).

Do mesmo modo, em *Contrabando original*, por altura da Quaresma, havia a obrigação da desobriga, como o recordava o padre Raimundo, um bom padre, segundo o protagonista Miguel Rafael, do melhor que até então conhecera e a quem se refere com simpatia. Neste tempo de meditação e penitência, a crítica é feita não ao representante de Deus, mas à devota tia Helena, que com o excesso de confissões, comunhões e rezas, representa o vício exagerado da prática religiosa enquanto meio de controlo no seio da família. Por isso, e apesar do desagrado do padre Raimundo, a tia Helena pede-lhe para confessar o pequeno Miguel Rafael, que inventa alguns pecados, como o de ter matado um homem no mato. Como o padre não acreditou, o protagonista afirmou que tinha mentido e, deste modo, porque “não cometera esse crime, a minha falsa declaração, sendo mentira, era um pecado” (Garcia, 1997: 139).

A religião cristã aparece novamente criticada na figura do “cão das alenternas”, essa alma penada que com o olhar atemorizava os habitantes da aldeia e os punha em fuga, que nunca se soube de onde vinha, se do cemitério, se do mar ou se da montanha. O certo é que passava entre as onze e a meia-noite pela principal rua do povoado sem fazer mal a ninguém, nem aos humanos nem aos animais. Instado a esclarecer os fiéis sobre tão estranha criatura, o pastor de almas católicas decretou muitas rezas e muitas ofertas ao Espírito Santo, sustentando que a metamorfose em cão e conseqüente cumprimento de fadário se deveu a alma que não cumpriu promessa ou a audição distraída de missa ou a falsa confissão. Assim, segundo este ponto de vista, teríamos necessariamente mais dois futuros cães das alenternas nas figuras do vassalo-narrador e de Miguel Rafael, por terem mentido na confissão. Ora, nem todos os habitantes da aldeia se conformaram com a decisão do pastor, como o comprova o pai de tí’ Maria Gamão, que com a sua caçadeira decidiu fazer justiça pelas próprias mãos, mas o resultado dessa ação foi o arrependimento:

Veio a fera, depois das onze, oferecendo ao incrédulo o alvo das suas lanternas. E o ruído que tí’ Maria pôde escutar não era o dum arma a fazer fogo, mas o dum objeto que cai. Jazia por terra a espingarda, quando a família voltou. E o pai rezava coisas desconexas, logo tidas por arrependimento. (Garcia, 1974a: 131)

Em *Contrabando original*, retoma-se o triste fadário deste lambusão – agora tornado *padre-cão-das-alenternas*, em razão de um pároco ter falecido em pecado

mortal porque não respeitou o sexto mandamento –, dá-se conta do mesmo percurso da criatura e reitera-se o idêntico desenlace para quem o afronta:

Meu bisavô Saul Rafael apontou-lhe a caçadeira, certa noite. Era tia Helena uma criança. O cão das alaternas olhou para o seu improvável assassino. Tanto bastara para fazer sentir a meu bisavô um inesperado amolecer de todo o corpo. Largou a caçadeira, e o cão, sempre sem um latido, lá foi cumprindo o seu fadário lento e infundável. A caçadeira levou misterioso sumiço. Saul Rafael não quis nunca mais saber de cães. (Garcia, 1997: 147)

Na verdade, esta crítica ao desrespeito do sexto mandamento pelos representantes de Deus está bem patente em *Memória da terra*, na figura do padre Fulgêncio, o maior fornicador de toda a igreja insular e daí a alcunha obscena e burlesca de Padre Piça, como o atesta a inúmera prole que concebeu, mesmo que a quantidade se sobreponha à qualidade:

– Ui! Foi o maior putanheiro deste mundo e do outro. Só descobertos, fez dez filhos!... Fora os encobertos, que a esses ninguém botou conta.
– Já morreu?
– Morrer?!... Qual morrer! Fez outro dia cem anos e aposto que ainda... Nunca se sabe! Sempre ouvi dizer: o padre Piça tudo o que vê cobiça! E era verdade: da alta ou da baixa, senhoras de dom e sopeiras... aquilo era um regalo. Montava-as a todas! E se um dia o Diabo o levar, fazem-lhe aí uma estátua... A tal gaja que faz versos, a macha-fêmea, é filha dele... O padre Félix, um que espuma de raiva contra toda a gente, é filho dele... A mulher do Palma, que saiu assim por artes do Diabo, é filha dele... (Garcia, 1990: 143)

A açorianidade literária também se manifesta pelo apego à terra, como o comprova “O conto do vigário”, de *Alecrim*, *alecrim aos molhos*, mormente através da personagem principal, Leonor Pereira. Após ter andado emigrada pelas américas, regressou à ilha e casou com o carpinteiro Mestre João, homem pequeno, com alguma preguiça, mas acérrimo defensor da limpeza e da higiene. Porém, o casal não se entendia, porque tinham objetivos de vida contrários. Um desses desentendimentos resultou, precisamente, de diferentes conceções relativas ao solo. Para ela, o solo era o símbolo da vida, ainda que calcinado por inúmeras erupções vulcânicas; para ele, o solo era o inimigo, a terra uma madrasta e o trabalho no campo uma ocupação de primários. Ela ambicionava transformar os terrenos basálticos em pão, substituindo a cultura do vinho pela do trigo; ele pendurou as ferramentas de carpinteiro, substituindo a oficina pela tasca. Esse apego à terra, que lhe haveria de custar muitos dólares e a perturbação dos parentes futuros herdeiros, fez com que Leonor contratasse uma quantidade de desempregados da ilha, grupo que ela própria comandou e a quem deu o exemplo da persistência com uma picareta nas mãos, desenterrando as pedras que amontoavam em

moroços. Ao fim de árduos trabalhos, a terra produziu milho, fruta, os animais engordaram, a fome diminuiu, Leonor triunfou. Deste modo, o apego à terra de Leonor vem insurgir-se contra esse outro apego dos senhores do Faial à ilha do Pico, que transformaram em fruta e vinho os calhaus do Pico, mas à custa da exploração dos picarotos, terras que acabariam por abandonar, “depois de a filoxera ter desmantelado esse caso único da vinha crescendo dos interstícios da rocha” (Garcia, 1998: 23).

O primeiro desentendimento do casal Pereira deu-se por causa da (falta de) higiene, dado que Mestre João não concebia uma habitação sem uma digna casa de banho, ao passo que para Leonor uma habitação deveria estar bem caiada e com o jardim limpo, não suportando a ideia da casa de banho no interior da moradia. Como Leonor era mais forte do que o marido, este acabou por ceder. Da solução encontrada dá-nos conta o narrador, a que não escapa o sarcasmo, bem carregado de humor:

Como Mestre João era um fraco de vontade, teve de ceder e ir cagar à retrete tradicional, por cima do curral do porco. Segundo veio a contar, o que mais lhe desagradava era o suíno, que, atento às fezes, imiscuía o focinho guloso até ao ânus do pobre homem. (Garcia, 1974b: 45-46)

Na verdade, esse apego a uma sanita numa casa de banho haveria de levar Mestre João à bebida, vício que se não o livrava da inconsolável fome de higiene, também não o defendia das bofetadas da mulher. Foi assim até ao dia em que Mestre João tomou conhecimento de que o Vigário não só tinha uma sanita no presbitério, mas também banheira com chuveiro. O vigário, ironicamente descrito como especialista em sanitas, conterrâneo de Mestre João e ambos devotos da imagem do Cristo-Vivo, curou o carpinteiro da bebida ao permitir que o casal tomasse banho em sua casa, o que acabariam por fazer, no mínimo, três vezes por semana, acompanhando o ritual do banho de uma esmola ao Cristo-Vivo. Mas o vigário também era especialista em proventos religiosos e, aproveitando a reconciliação do casal, logo tratou de impingir-lhe um camarote no Céu, num lugar central e com ótima visibilidade, para que pudessem observar o que aconteceria aos bens que ficariam na Terra. Tudo isto, a troco de uma boa maquia, indispensável para a manutenção e limpeza do camarote celestial. De resto, como já o havia feito com uma devota, que cedera a Deus, sob administração do Vigário, trinta hectares de bons vinhedos e a sua adega privada, a troco de umas missas póstumas. Enfim, todos lucraram, exceto o taberneiro que ficou muito descontente, ao ponto de afirmar, em surdina, que “o Vigário não passava dum lava-cu” (ibidem: 51).

Esta crítica à falta de higiene, que percorre quase toda a narrativa de Martins Garcia, entronca sobretudo na vida miserável a que estava votada a população das ilhas, em consequência da repressão e da desumanidade do governo salazarista, personificadas pelos caciques locais na exploração do povo e satirizada, por exemplo, na descrição física e social do espaço:

A Calheta do Bom Sucesso é relativamente grande, mas a maioria das casas possuem um só piso, paredes de pedra solta, pequenas janelas, portas toscas – uma tristeza de choupanas, de abrigos pouco seguros contra o vento salgado. Vi muitas crianças sujas – umas meio vestidas, outras nuas em pelo; umas só de calção, outras só em camisola, como se a roupa de uma criança tivesse de dividir-se por duas. As mulheres descalças, sentadas às portas, entretinham-se a catar os piolhos da prole. (Garcia, 1990: 168)

Enfim, a vida de miséria e de fome está bem presente em algumas das camadas mais desfavorecidas da população, levando mesmo algumas dessas mulheres a enveredarem pela prostituição, como é o caso da esposa do pescador Jacinto. Para sobreviver, o pescador aceita que a mulher se venda, submetendo-se às vontades do Dr. Miguel Brandão, proxeneta e homossexual, descendente de famílias importantes, de origem flamenga e, por via disso, acima da moral na exploração das suas raparigas. Todavia, este modo de vida não é aceite pela grande maioria da população, como o atestam as palavras do taxista Vieira no diálogo com o protagonista João Manuel quando se refere ao casal:

– A mulher dele [Jacinto] é uma vaca desnalgada... uma de olhos claros... que vai a casa do Brandão (...). – É manso. É dos piores. Come à custa da mulher... e vai-se calando. Assim, com'assim, os galhos não se veem, não é? O Brandão faz o negócio... ele recebe uns trocos... (ibidem: 171)

Outro traço da açorianidade literária em Martins Garcia prende-se com o sentimento de degredo, de exílio, que se manifesta pela constante revolta e pelos protestos dos ilhéus por se sentirem desterrados e esquecidos, ainda que nem sempre o façam da melhor forma. Por exemplo, em *Memória da terra*, o sentimento de exílio é descrito com recurso à sátira, nomeadamente quando se refere a pacatez da sociedade da ilha, uma sociedade intrigante, ridiculamente hospitaleira, bajuladora de forasteiros por conveniência, sobretudo daqueles que se dedicam à etnografia, em suma uma sociedade que sofre de desimportância e que vê nos estranhos uma forma de, através deles, se afirmar no mundo. Por isso, João Manuel foi adulado num primeiro momento do romance, como o comprovam as palavras de Edmundo:

Esta sociedade, padecendo de desimportância, lisonjeia seja quem for que fale dela. Não aqui. No resto do mundo, percebes? E nada de visões críticas. Visões construtivas, é quanto exigem. Construtivo é, por exemplo, um artigo sobre a delícia da paisagem, os santos costumes do povo, festas, romarias e milagres. Quando acreditaram na tua dedicação à etnografia, julgaram-se propagandeados por esse mundo fora. (ibidem, 1990: 71)

Mas, se, por um lado, esta sociedade sofre de desimportância, por outro lado, pouco parece fazer para se modernizar, ser reconhecida e divulgada pelo mundo. De facto, nesta obra, evidencia-se o atraso da vila, mormente na forma como não aproveita a sua posição junto ao mar, nem constrói um caminho condigno de acesso ao mesmo, de modo a poder explorar as suas potencialidades. Pelo contrário, assiste-se a uma total ausência de higiene nesse local, daí que a viela que dá acesso ao mar seja nomeada sarcasticamente pelos insulares por “Rua do Cagalhão”:

Uma ruela cujo piso se mostra perfeitamente intransitável, ora constituído por calhaus soltos (atirados pelas ondas?) ora por areia negra à mistura com detritos (atirados pelo mar ou pelos habitantes menos atentos à higiene?), o todo salteado de excrementos. (ibidem: 27)

Da cooperação entre a imaginação e a memória resulta o culto de dois mitos assaz entranhados na alma dos açorianos: o mito das origens e o mito do fim do mundo. O primeiro reenvia para o fantástico, para a civilização perdida da Atlântida e para um passado de lenda. Deste modo, no capítulo XXI de *Contrabando original*, relata-se precisamente a origem mitológica para a tribo do narrador Miguel Rafael, natural da ilha do Pico, corporizada na personagem Saul Rafael, bisavô do narrador, que inaugura a génese da lenda familiar:

Conta-se que, em meados do século XIX, um veleiro foi tragado em noite de temporal a Sul da ilha. O único sobrevivente – meu bisavô Saul Rafael – foi encontrado aparentemente morto entre o calhau miúdo, na baía onde desembarcara, séculos antes, Fernão Álvares Evangelho, um dos supostos descobridores da ilha montanhosa e agreste, várias vezes incendiada por vulcões e penetrada por línguas de lume advindas do oceano. (Garcia, 1997: 100)

O mito do fim do mundo remete para as catástrofes naturais, terramotos e vulcões, fenómenos que se, por um lado, estiveram na origem do arquipélago, por outro, ameaçam destruir as ilhas a qualquer momento. É o que acontece em *Contrabando original*, onde se narra o nascimento do Vulcão dos Capelinhos, a par do sismo que assola a ilha com a conseqüente destruição das casas e com o desaparecimento de três lugares, ou porque as casas foram destruídas pelo sismo, ou porque foram soterradas pelo vulcão:

E a terra começou a tremer. E o seu tremor parecia que nunca mais acabava. O teto gíngava sobre as nossas cabeças e uma fenda, na parede junto à cama, alargava-se e expelia uma sórdida caliça. A janela atirou-se para o pátio. (...) Os cães da vizinhança uivavam como demónios. As velhas da vizinhança guinchavam como bruxas. E as casas esborralhavam-se. (...) A essa mesma hora, por trás da ilha do Faial, elevava-se um jato fervente da superfície do mar. Nascia o Vulcão dos Capelinhos. Iniciava-se um processo que, meses depois, levaria à morte de três povoados. (ibidem: 235)

Por outro lado, esse mito do fim do mundo é ainda tratado sob um olhar irónico, crítico e desencantado em *A fome*, como o atestam as palavras do cura na resposta à pergunta sobre a proximidade do Juízo Final e que se repetem ao longo do romance:

O cura, duma lendária senilidade, cego e quase surdo, (...) respondeu que, se não lhe falhava a longa memória, o fim do mundo já acontecera; e Deus salvara uns, condenara outros e deixara os duvidosos a vaguear no limbo, zona dos culpados sem culpa, tais como os não-batizados, os atrasados de nascença, os heréticos de boa vontade e os cegos de espírito, ou seja, os que matam por amor. (Garcia, 1998: 49)

As palavras do cura são lapidares em relação ao modo como é configurada a estética da açorianidade dentro do universo insular, na perspetiva de Martins Garcia. Assim, ao afirmar ironicamente que o fim do mundo já ocorrera e que Deus já julgara o universo, ao açoriano só restam duas alternativas: ou vive receoso e submisso à vontade de Deus (as mais das vezes impiedoso, vingativo, sério), ou do diabo (astuto, errante, dissimulado, por vezes até divertido), ou dos tiranetes, ou, pelo contrário, revolta-se e luta pela liberdade e por melhores condições de vida, alheio ao medo da condenação divina, porque essa já aconteceu.

3.2. Marcas do imobilismo insular

O imobilismo insular é uma marca que cunha a maior parte da narrativa de Martins Garcia e que Luiz António de Assis Brasil (2003: 31-33) definiu por estética da repetição e da permanência. Ou seja, os hábitos e costumes do povo açoriano repetem-se de geração em geração como garantia da sobrevivência na ilha, ao passo que a permanência reenvia para a estagnação da vida na ilha, contrária à mudança porque é vista como uma ameaça, daí a valorização do ritual. Neste sentido, as temáticas dos romances *A fome*, *O medo e Imitação da morte* são entendidas como consequência das fatalidades que assolam a ilha, sejam as que resultam das condições geográficas, meteorológicas e geológicas, sejam as que advêm das políticas do governo central. De

resto, o próprio Martins Garcia apelidou essas obras de “trilogia do desespero”, dado que a fome, o medo e a morte são vistos como os três grandes inimigos da dignidade humana. Assim, em *A fome*, a temática da fome aparece abordada de forma complexa, porquanto é tratada sob várias perspetivas: fome de solidariedade, fome de amor, fome espiritual, fome mítica, fome ancestral, fome de sexo, fome de entendimento, fome de ternura, fome de viajar, fome material, fome metaforicamente retratada e repetida no romance como fome de um bife. Por isso, no conto “O diabo vivo”, quando o mafarrico *gadelhudo*, barbudo e de olhos vermelhos – segundo as juras de Zé Cigano – entrou na estalagem, pediu um bife, protestou por causa da pequenez da iguaria e da escassez de batatas fritas, comeu-o inteiro de uma só vez e pediu mais dois, provocou enorme espanto, relutância e perplexidade nos empregados do restaurante e nos populares, porque lhes parecia pecado haver alguém que comesse tanta carne numa ilha pouco habituada a tantas preocupações gustativas (Garcia, 1974a: 101-105). Em *O medo*, Martins Garcia aborda outro sentimento importante que, desde sempre, acompanha o povo açoriano: medo ancestral, medo atávico dos terremotos, dos vulcões, do mar, do regime político, medo de Deus e dos funestos avisos do Espírito Santo, medo do Diabo, medo da fome, medo coletivo, medo do fim do mundo, enfim, medo “enquanto antiferça congénita, paralisia alheia à circunstância, encolhimento dos sentidos, ou dos nervos, ou da alma, se preferirem” (Garcia, 1982: 19).

Do mesmo modo, a estética da permanência manifesta-se sobremaneira nos contos da coletânea *Morrer devagar*, em que a ilha surge como um espaço fechado. De facto, os contos que aí se narram estão carregados dessa visão da imutabilidade insular, descrita sob um olhar despido de qualquer contemplação idílica da realidade e onde se reitera a falta de horizontes, a resignação e a resistência à mudança, como o comprovam narrativas como “Morrer devagar”, “Sumário” ou “Os baleeiros”. A estética da repetição e da permanência também se verifica na descrição que o narrador faz do jornal *O Intransigente*, o único jornal da vila, em *Memória da terra*. Para tanto, socorre-se da sátira e do riso, destacando a capacidade de síntese do jornal por só ter duas páginas, ou seja, frente e verso, a primeira e a última, “as páginas de honra”, reiterando, assim, a ideia do imobilismo insular, do marasmo da ilha onde nada de importante acontece:

Com efeito, para além duma rigorosa informação obituária, ou casamenteira – esta desdobrada em casamentos consumados, casamentos estipulados e casamentos a estipular –, ou natalícia – esta desdobrada em nascimentos consumados, nascimentos aguardados e nascimentos malogrados –, “O Intransigente” informa com muita frequência que, por serem deficientes as

condições de audição da Emissora Nacional, não tem nada de novo a apresentar aos amáveis leitores. (Garcia, 1990: 28).

Por fim, citamos um excerto de *Contrabando original*, cuja força simbólica permite verificar o modo como a (não) passagem do tempo, o mesmo tempo de sempre, reenvia para o imobilismo insular e para a repetição dos mesmos rituais religiosos, festivos ou agrícolas:

O Ano Novo não era um novo ano; era uma cantoria igual à de todos os anos. Todos os anos se matava o porco, o mesmo porco. Todos os anos nascia o mesmo Menino Jesus depois das mesmas novenas (...). Todos os anos se semeava o mesmo milho (...), se rapavam as mesmas vinhas, se sulfatavam as mesmas folhas, se desfolhava a mesma parreira, se colhia e moía o mesmo bago, se provava o mesmo mosto (...), se tirava o vinho novo que repetia o vinho de sempre, se destilava do mesmo bagaço a mesma aguardente, se bailava a mesma chamarrita, se tosquiava a mesma ovelha, se ajuntava o gado no mesmo setembro... e tudo sempre em ciclo e círculo até que Deus viesse com o ponto final. (Garcia, 1997: 55-56)

Assim sendo, não há mudança nem evolução possível para os habitantes da ilha, porquanto permanecem ignorantes, repetem o que os antepassados fizeram, ou seja, carregam o peso do ritual enquanto representação da vida: o ritual do nascimento e o da morte, os rituais da religião, o ritual familiar e o da violência, o do plantio e da colheita, o ritual dos sismos, o da fome e o da emigração (Ribeiro, 1998: 37).

Outro traço característico da açorianidade consiste na temática do cerco, da ilha vista como espaço de opressão, de sufoco e de desumanidade. Assim, a ilha é descrita como um meio concentracionário sem guardas nem polícia, ou seja, uma ilha que “é um cerco cercando outros cercos, um círculo englobando uma infinidade de círculos” (Garcia, 1990: 133). Neste sentido, o primeiro cerco resulta da natureza física da própria ilha, que associada à força das águas do mar simboliza solidão, isolamento, cárcere, da qual é impossível sair, pois as suas grades intransponíveis não o permitem:

Um mar de chumbo e carneirada respingava de encontro à doca, rolando, grosso, até à falésia e às casas ribeirinhas. Estrondeava sadicamente contra as grades da ilha, chegando a provocar-me tontura. Senti frio. Não o frio assinalado pelos termómetros, mas um frio turvamente espuma de águas em fúria. (ibidem, 1990: 106)

Ao cerco da ilha, sucede o cerco do todo poderoso visconde da Barca, octogenário abastado, muito influente no meio e dono de dois hotéis: o Hotel Império – só para homens – e o Hotel Princesa – só para damas. O visconde da Barca era o maior benemérito do asilo dos “desvalidos”, edifício donde provinha um cheiro nauseabundo, fétido, resultante da urina, da comida apodrecida, do vômito e das fezes, isto é, da falta,

mais uma vez, de higiene e de limpeza do espaço, facilitando a rápida propagação da tuberculose entre os utentes. Por isso, o narrador recorre ao sarcasmo para associar o odor ao visconde, quando afirma que o cheiro condizia com “a placa onde refulgia, em capitais de ouro falso, o nome do para sempre bendito visconde da Barca, pai dos desamparados, glória da terra, insigne não sei quê da... puta que o pariu!” (ibidem: 137). Na verdade, mais do que benemérito, o visconde da Barca lucrava com a exploração de casais idosos, que não tendo quem os assistisse na velhice, porquanto os filhos emigraram, entregavam todos os seus bens para poderem viver no asilo.

Do mesmo modo, também o senhor Carlos Palma, responsável pelo turismo, não escapa ao olhar atento do narrador e é sarcasticamente criticado. Para tanto, o narrador descreve-o em analogia com o clima da ilha. Assim, o retrato começa por ser elaborado através do recurso à antítese, contrapondo a sua inutilidade e lentidão natural com o dinamismo da sua imaginação. Depois, o narrador recorre à ironia e ao riso quando afirma que o Carlos Palma é “o manda-chuva do turismo local. E digo manda-chuva com toda a propriedade, pois ele chove, chove, chove...” (ibidem: 13). A descrição irónica do senhor Carlos Palma continua com o recurso à metáfora, patente na expressão “mover-se na chuva”, que significa o seu contributo para a melhoria das condições de vida da comunidade a partir das receitas do turismo, tornando-o tão vaidoso que se auto denomina o motor das receitas do turismo. Mas “mover-se na chuva” também pode significar dissimulação, compadrio, ganância, vigarice, daí que o senhor Carlos Palma seja mais conhecido na ilha por João Ratão, dado que “come o queijo do turismo”. Para além disso, utiliza algumas dessas receitas para se divertir com prostitutas, como o atestam as palavras irónicas de Chouriço ao fingir compreender e apoiar os atos do senhor Palma, em razão da fealdade da esposa:

Faz ele muito bem! Eu, no lugar dele, fazia o mesmo! Se eu tivesse uma mulher como a dele, nunca ia a casa. O senhor não a conhece?... Não perde nada! É de fugir. Até nem rapa os bigodes e tem cá uma barba que tomara muito homem... (ibidem: 142)

Oprimido por todos estes cercos está o povo, que, em vez de se revoltar e lutar contra as injustiças, teima, segundo o narrador, em fingir festejos, como aconteceu com a exibição de um rancho folclórico para comemorar o feriado do Primeiro de Dezembro, “quando todos os seus gestos sugerem obrigações de cativo, quando o fio de voz com que cantam é o gemido duma condição desgraçada” (ibidem: 107). Daí que o taxista Chouriço se refira ao povo empregando o vocábulo brutalismo para o caracterizar,

entendido como “a ignorância do povo, a credence do povo, as tolices do povo, «uma besta para todos montarem», todos, queria dizer, os viscondes, os governantes, «os da alta mais a padralhada»” (ibidem: 137).

E sempre que as personagens transgridem essa ordem estabelecida são repreendidas e/ou castigadas, como o confirmam os protagonistas dos contos “O herói imperfeito”, do livro *Katafaraum é uma nação*, e “Morrer devagar”, da obra cujo título é o mesmo do conto. No conto “O herói imperfeito”, João Ramona desafiou a tempestade que assolava a ilha e saiu de casa disposto a vencê-la. Era ainda noite escura, de meter medo, quando reparou num burro a seu lado muito calmo, pelo que resolveu montá-lo e foi o que se viu: a burra mafarrica, não um burro, encetou uma corrida diabólica, saltando, voando, trepando paredes e não fosse o ter enveredado por uma rua muito estreita, o que permitiu a João Ramona apoiar-se nas paredes e livrar-se da burra, sabe-se lá o que lhe poderia ter acontecido! Menos humor e mais sátira encontramos no conflito que envolveu o protagonista do conto “Morrer devagar”, o “capitão” Cavallo, e o governador civil, um cacique local, senhor do distrito, doutor e notável opressor, que proibiu, por vingança, a saída de milho do cais da Horta para a ilha do Pico porque os picarotos não tinham votado a favor do governador. Como o milho estava a apodrecer em cima do cais por causa da chuva, o “capitão” Cavallo decidiu intervir, não se acobardando, antes defendendo a sua dignidade humana, procurando justiça, e, por isso, foi considerado um rebelde e um louco. Para tanto, pegou num revólver – com o qual havia vazado os dois olhos a um negro a mais de cem metros, em Pernambuco, e só com uma bala –, meteu-se no seu barco, remou para o Faial, obrigou os homens do governador a carregarem o milho na lancha, regressou ao Pico e predispôs-se a comandar um levantamento popular. Mas o povo, ironicamente, em vez de acreditar na razão do “capitão” Cavallo, acredita no sofrimento, no medo das represálias e resigna-se: “o povo, para além do poder temporal do Doutor, temia os seus dons de médico, a sua fama de semideus, senhor da vida e da morte, único nas redondezas” (Garcia, 1979: 13).

Por obra do Doutor ou do Diabo, ou dos dois, porque o governador amaldiçoou todo o povo da ilha do Pico, a pneumónica começou nos cães, alastrou-se e dizimou grande parte da população. O “capitão” Cavallo, quando estava para morrer, ainda quis escrever, com um dedo, um testamento na parede com um escarro de sangue, mas foi advertido pela mulher que lhe pediu para morrer devagar, isto é, resignado, com calma, sem alvoroços.

A única forma possível de transgredir a ordem estabelecida é conseguida através de algumas soluções pícaras, como o atestam as obras *A fome* e *O medo*, cujos anti-heróis se assumem como figuras quase marginais. São personagens que não se resignam perante a adversidade e enfrentam os problemas na ilha ou fora dela, ainda que nem sempre o façam da melhor forma. Em *A fome*, um dos narradores assume a sua condição de pícaro ao assumir que se vingou de tudo e que deixou muitas contas por pagar (Garcia, 1998: 77-78). No romance *O medo*, o narrador-personagem adota a mesma postura de anti-herói, uma vez que enfrenta os seus medos com afinco, recorrendo à violência que acaba por originar um homicídio. O narrador do romance tem quase 20 anos, em 1959, data da ação passada na ilha, pois a ação continuará, alternadamente, em Lisboa, 20 anos depois, havendo ainda referências ao período conturbado da Revolução dos Cravos. Para o narrador-personagem, a felicidade é vista como um momento único, uma iluminação, um relâmpago (Garcia, 1996), afirmando que “Deus, o Diabo e o Destino roubam-nos as coisas, os seres, o amor, a todo o instante, ao longo duma vida inteira, para no-los oferecerem uma vez, a vez irrepetível” (Garcia, 1982: 15). Assim sendo, essa frase é uma espécie de síntese do romance, porquanto a felicidade esteve presente quando possuiu Evelina a bordo do barco “Espírito Santo”, a meio da viagem entre a Terceira e S. Jorge, bem como no momento em que presenciou o medo em Francisco Garrancho, homem forte, com quase quarenta anos, provocador, desordeiro e abusador de Evelina. Mas a felicidade também vai estar presente quando o narrador matar Francisco Garrancho, aproveitando uma luta entre Garrancho e João Carlos, personagem carcomida pelo medo que não consegue enfrentar o seu opositor. É presenciando essa luta que o narrador vai engendrar uma forma de matar Francisco Garrancho, mas sem deixar provas do seu crime. Assim, enquanto Francisco Garrancho subjuga João Carlos e lhe aperta o pescoço, o narrador vem pela retaguarda de Garrancho e esfaqueia-o até à morte. Depois, coloca a navalha nas mãos de João Carlos para que este assuma as culpas dessa morte, alegando legítima defesa, ao passo que o narrador sairá incólume do crime. Mas, o que mais impressiona nessa passagem é a frieza com que o narrador descreve o homicídio de Francisco Garrancho, com dezoito facadas, comparando-o a uma matança do porco:

Francisco Garrancho estremece e guincha, é uma porcaria. Outra vez, outra vez, outra, outra, outra... O sangue ensopa João Carlos e a minha mão direita. Escorrer denso, fedor adocicado, a matança do porco, o alguidar com sal no fundo, a gritaria do bicho, as guinadas. Aquela carne a

sacudir-se, depois a acobardar-se. E outra, outra, mais outra... Após a qual cerimónia me resta fechar os dedos teimosos de João Carlos sobre o cabo da minha vulgar navalha. (ibidem: 100)

A açorianidade também se manifesta pelo percurso individual das personagens, cujas experiências de vida tanto se situam dentro do espaço insular como fora dele, mormente na Europa e nos Estados Unidos da América. Por outro lado, este percurso individual projeta-se num percurso histórico coletivo, através da tomada de consciência da memória, que se manifesta associada a uma série de fatalidades.

Assim, no início do romance *A fome*, o narrador cita a obra do cronista Frei Diogo das Chagas, mormente o capítulo XVII da crónica *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, escrita em meados do século XVII, e que documenta o povoamento da ilha do Pico por Fernando Álvares Evangelho, cujo início ficou logo marcado pelo isolamento e pela solidão:

O primeiro homem que se pratica por certo haver entrado nesta Ilha para a povoar foi um Fernando Álvares Evangelho, o qual, vindo-a buscar, a tomou pela parte do sul, e vindo no barco buscá-la costa saltou em terra, aonde se diz o Penedo Negro, e com ele um cão que trazia, e o mar se levantou de modo que não deu lugar a ninguém mais saltar em terra, e aquela noite se levantou vento de modo que a caravela ao outro dia não apareceu e ele se ficou na Ilha com o seu companheiro cão, e nela esteve um ano. (Garcia, 1998: 10)

A Frei Diogo das Chagas, seguem-se Gaspar Frutuoso com o Livro VI das *Saudades da terra* e o seiscentista António Cordeiro com a sua *História insulana das ilhas a Portugal sujeitas*, mormente o Livro VIII, capítulos VII a XI. Frutuoso é citado pela forma como aborda os perigos dos fenómenos naturais, os quais, “com os raios, ventos e trovões, nos estão dando brado que velemos, que não sabemos o dia, nem a hora em que nos hão de chamar” (ibidem: 11). Assim, os açorianos devem rezar cada vez mais, dado que estas catástrofes, graças à misericórdia de Deus, vêm precedidas de sinais, designadamente “se o mar se levanta sem vento, se as aves andam atordoadas por terra, se a água dos poços sai turva, e finalmente precede um estrondo e tom do ar” (ibidem: 12).

Por outro lado, a citação da obra destes autores também é feita numa perspetiva crítica, irónica e hilariante, sobretudo na forma exagerada como apresentam alguns aspetos da ilha, como é o caso, por exemplo, da visão megalómana que se tem do cimo da montanha do Pico: de acordo com Gaspar Frutuoso, dizem que do cimo do Pico “se veem todas as ilhas dos Açores, acima do qual foi o desembargador, o Dr. Fernão de Pina Marrecos, e no mais alto dele se subiu nos ombros de um homem” (ibidem: 16)

para ser mais alto que o próprio Pico; por sua vez, António Cordeiro sustenta que do alto da montanha “se veem todas as nove Ilhas Terceiras, e não só até São Miguel, e Santa Maria, mas até as ilhas das Flores, e do Corvo, que do Pico distam quarenta léguas” (ibidem: 16).

O mais citado dos três cronistas é António Cordeiro, que se estreia a atestar a história do Ermitão, a braços com uma mulher demónio, tal como aparece no romance *A fome*, segundo o Livro VIII, capítulo II, da *História insulana*. Todavia, no capítulo VII, António Cordeiro apresenta outra versão da história: o Ermitão não naufragou, antes foi ter com a Virgem Senhora à ilha do Pico, sozinho no batel, e nunca mais se soube dele. Assim sendo, a ilha teve, em primeiro lugar, uma descoberta Divina pela Santíssima Virgem Mãe de Deus e, em segundo lugar, uma descoberta humana pelo Santo Ermitão.

Por fim, o narrador apropria-se das citações dos textos destes autores e incorpora-as no seu discurso, o que lhe permite abolir o tempo real e metamorfosear-se numa personagem transtemporal. Deste modo, através da autodesignada “estética empedernida por quinhentos anos de transmigração” (ibidem: 27) pela história do arquipélago ou pelo “contributo de sucessivas sobreposições” (ibidem: 22), o narrador de *A fome* incorpora várias personagens: António Cordeiro, Fernando Álvares Evangelho, o narrador-vassalo que, segurou nos ombros o Dr. Fernão de Pina Marrecos, desembargador e corregedor, para que fosse o homem mais alto do planeta e a quem mordeu o tornozelo, fazendo jus ao novo estatuto de besta de carga e Constantino, baleeiro do século XIX.

A estética da transmigração também se estabelece com as personagens, designadamente ao nível do tratamento das suas relações transtextuais, permitindo, através de sucessivas sobreposições, retomar, desenvolver e completar nos romances alguns aspetos e ideias sugeridas nos contos ou vice-versa. Assim, a história do “capitão” cavalo tem novas abordagens, desenvolvimentos e explicações no romance *A fome*. Aí se diz que por causa das mortes resultantes da pneumónica a “antiga memória dos tremores de terra, das fomes e das pestes reavivou-se na esperança do fim dos tempos” (ibidem: 101); aí se referem as andanças do “capitão”, bem como a estranha descendência que lhe sucedeu, mormente o raquíptico filho Manuel, caracterizado por contraste com o “capitão” e o neto Alberto, regressado louco do ultramar (ibidem: 202-207). Do mesmo modo, em *A fome* (Garcia, 1998: 87-91), também se clarifica a história do mendigo José Cláudio, que havia sido anunciada no conto “Os baleeiros”, de *Morrer devagar*. Por último, no domínio do fantástico, o “cão das alenternas” vagueia por

Katafaraum é uma nação e pelo romance *Contrabando original*, ao passo que os lambusões deambulam por várias obras, sendo o último lambusão morto pelo bisavô do narrador-personagem de *O medo*. Não obstante a narração do passamento do lambusão ser feita de forma cômica, sobretudo no modo como o mafarrico pede clemência, a mesma passagem está carregada de simbolismo na referência ao bisavô e aos avós, porquanto o estrangulamento do diabo significa as dificuldades que as sucessivas gerações de açorianos tiveram de ultrapassar na luta pela sobrevivência na ilha:

Aqui, para sobreviverem, os meus avós tiveram de estrangular o próprio diabo... O último mafarrico caçado pela força bestial de meu bisavô, ferreiro de profissão e curandeiro nas horas vagas, ficou estorricado a ponto de pedir misericórdia ao Senhor Espírito Santo. (Garcia, 1982: 46)

A açorianidade também se manifesta pelo desconforto das relações humanas nas chegadas. Com efeito, se as personagens que abandonam a ilha estão votadas à solidão, ao abandono, o mesmo se verifica quando os emigrantes regressam à ilha, como é o caso dos baleeiros, que se sentem perdidos, exilados e mesmo rejeitados no meio insular pelos próprios familiares, como o atestam os relatos dos romances *A fome*, *Contrabando original* e o conto “Os baleeiros”, da coletânea *Morrer devagar*.

O conto “Os baleeiros” é um retrato cruel, burlesco, do regresso de dois baleeiros à ilha, após meio século de emigração. A apresentação das personagens é feita logo no *incipit* do conto, por contraste: Jaime, casado e magro; Júlio, solteiro, gordo e emotivo. O ritual da chegada dos emigrantes é semelhante à das outras narrativas, com destaque para o repique dos sinos, o foguetório e a presença de parentes e vizinhos. A primeira impressão que têm da ilha é dada de forma irónica, porquanto o progresso insular se resume ao crescimento e morte de algumas árvores, bem como a algumas (poucas) casas cujas fachadas foram caiadas, ou seja, cinquenta anos depois a ilha permanece na mesma, prisioneira da solidão e do esquecimento.

Em *Contrabando original* também se assiste ao regresso dos irmãos “americanos”, os baleeiros Manuel, Luís e Jerónimo, tios do protagonista Miguel Rafael, cuja receção é semelhante à do conto “Os baleeiros”, sendo que o ritual da chegada com os seus calorosos cumprimentos é proporcional ao tamanho dos baús dos baleeiros. O que difere é a forma como o narrador apresenta os irmãos, caracterizando-os em razão da pancadaria de que foram vítimas em criança, destacando o Luís, a quem as nódoas negras vaticinaram uma vida responsável: escrevia com regularidade e era

generoso no envio de dólares e de sacas de roupa usada. Feitos os cumprimentos, só Luís com seus baús ficou na casa materna, o que originou críticas dos familiares, porque não teriam acesso aos baús dos outros dois irmãos.

Em “Os baleeiros”, depois da apresentação dos dois emigrantes, surgem os familiares que moram na ilha, cujo retrato é elaborado a partir da metáfora inicial dos parentes que esperavam *aos bandos*, preparados para cumprirem o ritual do saque dos baús. Jaime irritou a passarada familiar ao recusar abrir os baús, transportando-os, sob proteção das garras da esposa, para casa dos sogros, atitude que lhe valeu muitas críticas, culminando com a alcunha de *Jaime-Sem-Bolsa*, insulto terrível à sua virilidade que o transtornou psicologicamente, tornando-o cismado e acabando por lhe provocar a morte. Idêntica reação popular acontece numa passagem de *Contrabando original*, mormente em relação ao baleeiro Manuel, o primeiro dos três irmãos a honrar o Divino Espírito Santo por ser o mais velho, que organizou uma festa austera, apenas com pão, queijo e vinho (feito de *poses*) sobre a mesa. Ora, como quem mandava lá em casa não era ele mas a esposa que não o deixava ir à missa, nem lhe dava dinheiro, rapidamente passou a ser alvo de troça: “Já chamavam a meu tio Manuel o Manuel-sem-bolsa, ah, ah, ah! ... Pois se ele nunca fizera um filho! Ih, ih, ih, ih” (Garcia, 1997: 59).

Júlio cedeu à voracidade da passarada, permitindo a abertura dos baús, mas só depois de tomar banho e de comer. O ritual do banho mantém-se com a água aquecida no mesmo “caldeirão secular” e despejada numa selha desengonçada, onde não cabiam os cento e trinta quilos de fatura americana, daí que o banho se resumiu a lavagem dos pés e das virilhas. E eis novamente a sátira: os emigrantes regressavam tão gordos que já não cabiam nas selhas magras de outrora. Em *Contrabando original*, Luís também implorou por um banho, entrando também no ritual da selha de lavar os pés, da água aquecida no caldeirão, da falta de higiene. Por outras palavras, são famílias que vivem do ritual, que desconhecem o progresso, que estagnaram numa ilha onde não há tempo, onde a única mudança conhecida é a Morte. Assim como Júlio do conto “Os baleeiros”, também Luís não tomou banho porque não cabia na selha, aludindo-se, novamente de forma irónica, à abundância dos Estados Unidos, bem como às transformações que a passagem do tempo operou no corpo do baleeiro: de elegante na ilha, passou a homem suado, cheio de banhas e bochechudo. Por isso, quando soube da banheira e da retrete que Francisco Gonçalves tinha em casa, Luís não se importou de pagar um dólar por cada banho tomado (ibidem, 1997: 56-57). Por fim, no romance *A fome* também se

satiriza a chegada dos baleeiros, a voracidade do povo e a estreiteza das selhas para acolherem esses emigrantes:

Quando cheirava a retorno de baleeiro, as gentes nem dormiam, expectantes de fartura. Os sinos entravam a repicar madrugadinha, e alguns foguetes displicentes irritavam a canzoada. Certíssimo que, entre as vasilhas domésticas, esguias por herança de carne rara, não se encontrava as mais das vezes selha ou hipotético bidé capazes de alojar o cu redondo desses senhores. (Garcia, 1998: 30)

Mas o conto “Os baleeiros” remete também para o afastamento que existe entre aqueles que partiram e os que ficaram, pois cinquenta anos é muito tempo e os laços familiares esvaneceram-se, restando a união satírica expressa no *dia de São Baú*. Assim, enquanto o bando familiar debica no ritual da festa da abertura e partilha do recheio dos baús, Júlio é ignorado a um canto da sala, aí permanecendo solitário e esquecido, até que decide passar a noite numa pensão.

Como tantos outros, também estes emigrantes fizeram promessas ao Senhor Espírito Santo e havia que cumpri-las, pois se era verdade que o Espírito Santo auxiliava os aflitos e protegia os ilhéus contra os sismos e tremores de terra, também não deixava de ser verdade que “era uma Divindade exigente, intransigente em questões de honra, vingativa para com os túbios, os faltos de palavra, os esquecidos das promessas juradas em situações de aperto” (Garcia, 1997: 59). Assim, Manuel pagou a sua promessa com uma festa rígida e austera, a que se seguiu o cumprimento da promessa de Luís com uma festa de arromba, festa onde morreu o irmão Jerónimo. Da morte não se sabe a causa: se por excesso de sopas e de vinho ou se por vingança do Senhor Espírito Santo devido a alguma promessa não cumprida.

Júlio também cumpriu uma promessa ao Senhor Espírito Santo, organizando uma cerimónia inesquecível, uma festa com muita comida, com destaque para dois bois, e com muita bebida. Todos os pássaros participaram, exagerando no consumo de comida e bebida, esquecendo obsessões ancestrais: a fome e os mortos. Até Cláudio compareceu, um mendigo esfomeado, representante dos emigrantes a quem a fortuna não sorriu, dos que regressaram pobres e, por isso, alvo de escárnio dos que ficaram. O mendigo também representa o lado negro da emigração, o lado dos bandidos, dos que vivem de roubos: “Cláudio lembrava um passado e rapinas, de rancho em rancho, em fictícia busca de trabalho. Contratos a desrespeitar. Comer, saquear, incendiar” (Garcia, 1979: 62). A história de Cláudio aparece desenvolvida no romance *A fome* e aí se refere que José Cláudio, para além de ladrão e salteador, também foi um assassino e um

violador. De resto, a vida de José Cláudio foi toda ela ao serviço do Diabo, com quem falava regularmente e que tentou convencê-lo a não cumprir as ordens do Espírito Santo que o mandavam regressar à ilha:

Quando o Espírito Santo lhe ordenou o regresso às ilhas, José Cláudio passou a noite a discutir com o Mafarrico. Este, na forma dum cabrão de pernas altas, bem lhe rondava a convicção: que não regressasse, que continuasse a incendiar, a violar, a gozar. (Garcia, 1998: 88)

José Cláudio arrependeu-se, foi abençoado pelo Espírito Santo e colocou todos os seus tesouros em enormes baús, os maiores de que há memória, para distribuir a sua fortuna pela ilha. Acontece que o Diabo não gostou dessa atitude e resolveu transformar o conteúdo dos baús. Quando a passarada, no adro da igreja, abriu os baús só encontrou ferro velho.

Como falavam o mesmo idioma, Cláudio e Júlio passaram parte do tempo a conversar, pois segundo as palavras humorísticas do narrador “ambos eram perfeitamente bilingues: nem português, nem inglês” (Garcia, 1979: 62). Cláudio tanto comeu e bebeu que começou a vomitar, sendo trazido para a rua e acabando por morrer. Claro está que a passarada começou a dar bicadas em Júlio, acusando-o de provocar a ira do Espírito Santo por não ter respeitado o luto pela morte do irmão durante mais tempo, culminando no abandono da ilha por Júlio.

Deste modo, a ilha, enquanto espaço desumano que oprime e sufoca, consuma a trilogia do desespero: em primeiro lugar, não só através da fome material sentida pela população e expressa na abertura e partilha do conteúdo dos baús dos baleeiros, mas também na fome de solidariedade e na fome de ternura no seio familiar, como o atesta o desconforto das relações entre os baleeiros e os parentes; depois, a partir do medo da ira de Deus, do Espírito Santo e, consequentemente, do fim do mundo, daí o cumprimento de promessas; por fim, concretiza-se na morte, física em Cláudio e em Júlio, e psicológica em Jaime, que morre para a ilha ao ser expulso dela, procurando refúgio no exílio.

Em suma, José Martins Garcia apresenta uma abordagem diferente da açorianidade, na medida em que representa o universo insular sob um olhar crítico, irónico e satírico, através do qual denuncia as injustiças, os abusos de poder, as discriminações e demais atentados à dignidade da população açoriana, as mais das vezes metaforizada em azémola que ninguém respeita e de que todos se servem. É esse poder instituído, exercido por tiranetes mais preocupados com o seu bem-estar do que com a

causa pública, que subjuga e oprime o ilhéu, suscitando-lhe o medo, a sensação de abandono e condenando-o a uma vida marcada pela fome e pela miséria. A religião e seus representantes também não escapam à visão crítica de Martins Garcia, porquanto são tidos como responsáveis pela ignorância e atraso da população, bem como pelo medo do fim do mundo que assola o subconsciente coletivo insular, diariamente lembrado na figura vingativa do Espírito Santo. Por isso, os representantes de Deus são ridicularizados por meio de processos como o cómico, o burlesco e, por vezes, o obsceno, sobretudo para se evidenciar a sua vida devassa e desregrada. A religião aparece, ainda, criticada na cooperação entre a memória e o realismo fantástico expressa na luta entre Deus e o Diabo pela salvação e/ou condenação das almas açorianas: Deus, mais sério e punitivo, ameaçando com cataclismos; o Diabo, mais desregrado e divertido, oferecendo luxúria e prazer. Por fim, critica-se o espaço fechado da própria ilha, espaço cercado e isolado, que origina o imobilismo insular, consubstanciado na estética da transmigração, da repetição e da permanência e expresso através da valorização do ritual na luta pela sobrevivência.

Conclusão

A consciência da insularidade, das suas marcas e dos seus efeitos, remonta aos primeiros habitantes do arquipélago e permanece no presente, embora em graus diferentes dos de então. Consideramo-la insularidade dupla devido à distância entre as ilhas e o continente, bem como à distância entre as próprias ilhas, o que condicionou o desenvolvimento do arquipélago e agudizou uma série de dificuldades, as quais foram vivenciadas com resignação. Esta consciência de isolamento e de solidão insular perante o mundo é marcada pela ação do clima, através da humidade e das tempestades, pela presença do mar, pelos sismos e vulcões, marcas que produziram os seus efeitos na construção do carácter do homem ilhéu. Para superar essas vicissitudes, os movimentos autonómicos, apoiados por uma imprensa regional consciente e interventiva, bateram-se pela construção da consciência açoriana. Neste sentido, mobilizaram a população açoriana para a necessidade de se lutar em prol da descentralização, que acabou por acontecer com o reconhecimento da autonomia administrativa. Por outro lado, alertaram os açorianos para a urgência da união de todas as ilhas, assumindo, desta forma, a defesa dos interesses comuns a todo o arquipélago, mormente o problema da moeda, o problema das navegações entre as ilhas, os problemas com a educação e com a saúde. Por fim, a realização do Primeiro Congresso Açoriano, em Lisboa, permitiu o debate e o estudo das necessidades coletivas açorianas, bem como promoveu o arquipélago no Continente.

Nessa mundivivência, emergiu a açorianidade que possibilitou uma identidade própria ao habitante das ilhas, um *modus vivendi* e *essendi* específicos, perante os portugueses do continente em particular e os cidadãos do mundo em geral, não excluindo, todavia, o açoriano da comunidade portuguesa.

O ensaio *O Açoriano e os Açores* e os dois artigos sobre a “Açorianidade”, de Vitorino Nemésio, bem como a conferência “Os Açores de Portugal” e o opúsculo *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*, de Luís da Silva Ribeiro, são, quanto a nós, os textos fundadores não só do conceito de açorianidade, mas também do conteúdo que lhe propuseram. Isto é: um conceito que nasceu da conjugação do meio com o processo histórico do arquipélago e que significa o modo de ser e de estar do açoriano no mundo, aliados à visão e à forma como interage com esse mesmo mundo. Estes

escritores, posteriormente, escreveram outros textos, alguns deles relacionados com a açorianidade, não alterando, porém, o essencial do que referiram nos primeiros estudos.

Do mesmo modo, consideramos que os outros textos, dos vários estudiosos que apresentamos, reiteram a afirmação da açorianidade, enquanto expressão da personalidade do homem açoriano e reportando-se a todo o arquipélago, mantendo as constantes e as tendências dos textos de Vitorino Nemésio e de Luís Ribeiro. A partir do terceiro movimento autonómico e depois de consolidada a autonomia política e administrativa, assistiu-se ao início do processo de transnacionalização da açorianidade. Por fim, o Decreto Regulamentar Regional nº 17/2011/A, de 2 de agosto, define o conceito de açorianidade e assume-o como tema integrador transversal às competências-chave para a educação básica na Região Autónoma dos Açores.

Neste contexto, surgiu a literatura açoriana que configurou literariamente a ambiência da vida no arquipélago, dando, assim, origem à açorianidade literária. Por outras palavras, a estética da açorianidade construiu-se a partir de determinados motivos e temáticas recorrentes da insularidade que são tratados literariamente pelos escritores, designadamente a temática relacionada com a emigração, com a infância, com o mar, com o isolamento, com a religião, com os sismos e com os vulcões.

O debate acerca da existência ou não de uma literatura açoriana com características próprias manteve-se durante todo o século XX, tornando-se mais intenso a partir do terceiro movimento autonomista, o que mostra o interesse das elites insulares e continentais pelo tema, daí a extensão desse ponto no trabalho. Em todo o caso, fizemo-lo em consciência, com o intuito de mostrar a vitalidade da literatura açoriana, uma literatura, repetimo-lo novamente, que faz parte da literatura portuguesa, mas que tem características próprias. De resto, foi este o entendimento do Governo Regional dos Açores, quando publicou o Plano Regional de Leitura, em anexo à Resolução do Conselho do Governo nº 82/2011/A, de 6 de junho.

A configuração literária do universo insular iniciou-se, como vimos, com Gaspar Frutuoso, o visionário da literatura insular que com a *História de dois amigos na ilha de S. Miguel* acabou por inaugurar a literatura açoriana. Para tanto, o isolamento, a viagem, a emigração e a errância foram a matéria-prima, a partir da qual exteriorizou a nova estética da condição insular.

Não obstante terem existido outros escritores que se debruçaram sobre a realidade açoriana, os contistas da Horta, mormente Florêncio Terra, Rodrigo Guerra e Nunes da Rosa, destacaram-se pela qualidade artística das suas narrativas. Estes

escritores representaram, sobretudo, o universo das ilhas do Faial e do Pico, a partir de uma visão idílica, naturalista e tendo como núcleo temático a terra, o mar e a emigração.

Dos contistas da Horta ao 25 de Abril, destacamos os nomes de Vitorino Nemésio e de Dias de Melo. Nemésio, porque é considerado o expoente máximo da literatura açoriana, cuja influência acabou por se fazer sentir nos escritores açorianos a partir da década de 40 do século XX. A sua obra desenvolveu-se à volta do tempo da infância, onde retratou as circunstâncias históricas e geográficas que determinaram o modo coletivo da vida nas ilhas. Por sua vez, Dias de Melo retratou a condição açoriana sob os pressupostos da estética neorrealista, denunciando a exploração e as injustiças de que foram vítimas os homens da terra e os baleeiros da ilha do Pico.

Após a Revolução dos Cravos, destacaram-se na narrativa açoriana os escritores Álamo Oliveira, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, João de Melo e José Martins Garcia. A guerra colonial, a emigração e a consciência insular são os grandes núcleos temáticos a partir dos quais se desenvolvem as suas criações literárias. As suas obras dão-nos uma outra estética da açorianidade, ou seja, dão-nos uma visão crítica da sociedade insular e da sua história, ao mesmo tempo que questionam o papel do país, seja através da ironia, da caricatura, da alegoria, ou de outro qualquer recurso estético. As suas narrativas inserem-se no pós-modernismo, através de marcas como a fragmentação, a descontinuidade, bem como a discussão sobre o pós 25 de Abril e as consequências da guerra colonial.

José Martins Garcia expressou a açorianidade literária através da ironia e da sátira, processos estéticos a partir dos quais configurou criticamente não só o universo insular, mas também a mundividência açoriana na diáspora. A partir da ironia e da sátira, desenvolveu outras características da açorianidade, tais como: a cooperação entre a imaginação, a memória e o realismo fantástico; o apego à terra; o imobilismo insular; a temática do cerco; a estética da transmigração; o desconforto das relações humanas.

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, José, 1963, “As dominantes histórico-sociais do povo açoriano”, in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 139-163.

AGUIAR, Cristóvão, 1983 [1979], “O homem açoriano é um mito e a expressão «literatura açoriana» é um equívoco”, in Onésimo Teotónio de Almeida, *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 110-114.

_____, 2003, *Raiz comovida*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

_____, 2012, “A Identidade Cultural Açoriana”, *Jornal Açores* 9.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 1980, “A profile of the azorean”, in Donald Macedo (ed.), *Issues in portuguese bilingual education*, Cambridge, Massachusetts: National Assessment and Dissemination Center for Bilingual/Bicultural Education, 115-164.

_____, 1983, *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura.

_____ (org., introd. e notas de), 1986, *Da literatura açoriana: subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

_____, 2011 [1989], *Açores, açorianos, açorianidade. Um espaço cultural*, segunda edição, revista e ampliada, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____, 2011, “Da fugaz e distante presença americana na escrita de J. Martins Garcia: um manso temporal na imitação da vida”, in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 163-175.

BAPTISTA, António (org. e dir. de), 1903, *Album açoriano*, Lisboa, Typographia e Photogravura do Anuario Commercial de Portugal.

BARROS, J. H. Santos, 1981, *O Lavrador de ilhas I*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

BATISTA, Adelaide Monteiro, 1993, *João de Melo e a literatura açoriana*, Lisboa, D. Quixote.

BERNARDES, José Augusto Cardoso, 2006, *Sátira e lirismo no teatro de Gil Vicente* (II volumes), 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BETTENCOURT, João de Matos, 1989, “A que vimos” [1915], in Carlos Cordeiro, José Mendonça Brasil e Ávila, Eduardo Ferraz da Rosa, (rec. e sel. de), *Açorianidade e autonomia – páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Signo, 80.

BETTENCOURT, Urbano, 1987, “Rodrigo Guerra: alguns olhares”, in Onésimo Teotónio de Almeida (dir.), *Da literatura açoriana: subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 45-54.

_____, 1989, *Emigração e literatura: alguns fios da meada*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta.

_____, 1999, *O gosto das palavras III*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2001, “Uma outra açorianidade. Um texto esquecido de Nemésio”, in Vitorino Nemésio 1º Centenário do Nascimento 1901-2001, separata da Revista *Atlântida*, vol. XLVI, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____, 2002, “Introdução”, in Vitorino Nemésio, *Paço do Milhafre, O Mistério do Paço do Milhafre*, obras completas, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, 9-27.

_____, 2003, *Ilhas conforme as circunstâncias*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2004, José Martins Garcia, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 13: 59-64.

_____, 2007, “Literatura açoriana – Da solidão atlântica à perdição no mundo”, in Luiz Antonio de Assis Brasil e Jane Tutikian, *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas*, Porto Alegre, EDIPUCRS.

_____, 2008a, “A afirmação de uma cultura própria”, in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, (dir. de), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 307-322.

_____, 2008b, “O tempo de Florêncio Terra”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 17: 191- 200.

_____, 2009, “Signo atlântico”, in José Martins Garcia, *Português, contrabandista – seleção de contos*, Lajes do Pico, Biblioteca Açoriana, 116-123.

Biblos: enciclopédia verbo das literaturas de língua portuguesa (V volumes), 2001, Lisboa, Ed. Verbo.

BRAGA, Teófilo, 1869, *Cantos populares do arquipélago açoriano*, vol. IV, Porto, in *Cancioneiro e romanceiro geral português* (V volumes), Porto, Tipografia da Livraria Nacional, 389-390.

BRANDÃO, Raul, 2009 [1926], *As ilhas desconhecidas – notas e paisagens*, Ponta Delgada, Artes e Letras.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis, 1999, «A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia», *Via Atlântica*, n° 3, dezembro, 204-223, http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_16.pdf (acedido em 20/10/2011)

_____, 2003, *Escritos açorianos: a viagem de retorno. Tópicos acerca da narrativa açoriana pós-25 de abril*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2007, *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas*, Porto Alegre, EDIPUCRS.

BULLAR, Joseph, e Henry Bullar, 2001 [1841], *Um inverno nos açores e um verão no vale das Furnas* (trad. de João H. Anglin), 3ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

CABRAL, Mónica Maria Serpa, 2010, *O conto literário de temática açoriana: a ilha, o mar e a emigração*, Universidade de Aveiro, <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3963/1/Tese%20Doutoramento.pdf> (acedido em 25/06/2012)

CABRAL, Vítor, 1924, “As tendências do povo açoriano através da sua literatura e uma fase da mesma literatura que se vigoriza – a publicação de um dos mais notáveis livros – *O paço do milhafre*”, *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 13 de maio.

CARVALHO, Ruy Galvão de, 1944, “Visão panorâmica da poesia açoriana”, *Insulana*, vol. I, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 179.

_____, 1983 [1956], “Possibilidades de uma literatura de significação açoriana”, in Onésimo Teotónio de Almeida (org. e sel. de), *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 68-73.

CASTRO, Gabriela, Berta Pimentel Miúdo, Magda Costa Carvalho, (coord.), 2010, *Reflexão sobre mundividências da açorianidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

CORDEIRO, Carlos, José Mendonça Brasil e Ávila, Eduardo Ferraz da Rosa, (rec. e sel. de), 1989, *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Martinho Matos Brumarte – CRL.

_____, 1992, *Insularidade e continentalidade. Os Açores e as contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Livraria Minerva.

_____, 1994, “Introdução”, Mota, Aristides da, *Autonomia administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, *Jornal da Cultura*, 9-47.

_____ (org.), 1995a, *Na senda da identidade açoriana*, Ponta Delgada, Gráfica Açoriana, Lda.

_____, 1995b, «Regionalismo e identidade açoriana. O debate nos anos 20», in *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores. Vol. I. A autonomia no plano histórico*, Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 277-287.

_____, 2006, “Identidade e autonomia. Do discurso contestatário à afirmação identitária nos Açores”, Horta, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 237-249.

Correio Micaelense, 1908, Ponta Delgada, 3, 4, 6, 8 e 16 de junho.

COSTA, Francisco Carreiro da, 1995, “Como nasceu o I congresso açoriano”, in *Livro do primeiro congresso açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, 2ª ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 17-27.

_____, 1995, “Propaganda insular pela literatura regional”, in *Livro do primeiro congresso açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, 2ª ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 256-259.

_____, 1963, “Religiosidade do povo açoriano através do seu folclore”, in *Livro da II Semana de estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 71-95.

COSTA, José Maria da, 1881, “O futuro dos Açores”, *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de fevereiro.

CUNHA, José Correia da, 1963, “Determinantes geográficas do povoamento açoriano”, in *Livro da II semana de estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 117-137.

DIAS, Eduardo Mayone, 1992, “Imitação da morte ou o repúdio de três mundos”, Suplemento “Pulsar”, *Açoriano Oriental*, 7 de maio.

ENES, Carlos, 1995, “A construção da unidade e identidade regional”, in *Atas do congresso do I centenário da autonomia dos Açores. Vol. I. A autonomia no plano histórico*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 289-305.

ENES, José, 1983 [1954], “Açorianidade de Roberto de Mesquita”, in Onésimo Teotónio de Almeida (org. e sel. de), *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 35-42.

FÉLIX, Emanuel, 1999, “Bettencourt, João de Matos” in *Enciclopédia açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=6346> (acedido em 11/10/2011)

FERREIRA, António de Brum, 2008, “A geografia física dos Açores”, in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, (dir. de), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 25-45.

FREITAS, Vamberto, 1992, *O imaginário dos escritores açorianos*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 1998, *Mar cavado: da literatura açoriana e de outras narrativas*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2000, *A ilha em frente: textos do cerco e da fuga*, Lisboa, Ed. Salamandra.

FRUTUOSO, Gaspar, 2011, *Saudades da terra* (VI volumes), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

GARCIA, Eduíno Borges, 1983 [1953], “Por uma autêntica literatura açoriana”, in Onésimo Teotónio de Almeida (org. e sel. de), *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e reavistamento*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 43-67.

GARCIA, Fernanda Rodrigues, 2007, *Nas águas da ilha do Nanja: A imaginação literária e o espaço açoriano*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=462 (acedido em 06/09/2010)

GARCIA, José Martins, 1974a, *Katafaraum é uma nação*, Lisboa, Assírio e Alvim.

_____, 1974b, *Alecrim, alecrim aos molhos*, Lisboa, Ed. Afrodite.

_____, 1977, *Revolucionários e querubins*, Lisboa, Ed. Afrodite.

_____, 1979, *Morrer devagar*, Lisboa, Arcádia.

_____, 1979, *Vitorino Nemésio: a obra e o homem*, Lisboa, Arcádia.

_____, 1981, *O medo*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

_____, 1982, *Imitação da morte*, Lisboa, Moraes.

_____, 1983, *Diário de Notícias*, 16 de junho.

_____, 1987, *Para uma literatura açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

_____, 1990, *Memória da terra*, Lisboa, Vega.

_____, 1992, *Katafaraum ressurecto*, Ed. do autor.

_____, 1993, *Açores*, 23 de setembro.

_____, 1996, *Lugar de massacre*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 1997, *Contrabando original*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 1998, *A fome*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 1998, *Contos infernais*, Ponta Delgada, A. J. Marinho Matos-Brumarte.

_____, 1999, *(Quase) teóricos e malditos*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2009, *Português, contrabandista* – seleção de contos, Lajes do Pico, Biblioteca Açoriana.

GELB, Claudia Keenan, 2006, *Dez regressos na criação literária de Nuno Costa Santos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=459 (acedido em 02/09/2010)

GOULART, Osório, 1946, “Poetas micaelenses”, *Insulana*, vol. II, nº 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 668-688.

GOULART, Rosa Maria, 2011, “José Martins Garcia: memórias de um mundo vazio”, in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 177-184.

GOUVEIA, Margarida Maia, s.d., “Teoria da literatura açoriana”, in *Enciclopédia Açoriana*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=8210> (acedido em 10/10/2011)

_____, 1986, *Vitorino Nemésio – estudo e antologia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GREGÓRIO, Rute Dias, 2008, “Formas de organização do espaço”, in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, (dir. de), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 111-140.

GUERRA, Rodrigo, 1980, *A americana*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

HEILMAIR, Hans-Peter, 1993, “Jardins de letras no meio do mar plantados”, separata da Revista *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 465-482.

HERINGER, Nídia, 2007, *A polifonia do olhar*. Tese (Doutoramento em Letras) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=475 (acedido em 20/09/2010)

HUTCHEON, Linda, 1991, *A poética do pós-modernismo*, Rio de Janeiro, Imago.

JESUS, Eduíno de, 1948, “O que se deve entender por uma literatura açoriana”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 25 de março.

_____, 1957, “Para uma teoria de literatura açoriana”, *Atlântida*, vol. I, nº 4, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 201-205.

_____, 1978, “Recensão crítica a *Antologia de poesia açoriana (do séc. XVIII a 1975)*, de Pedro da Silveira, *Revista Colóquio/Letras*, nº 42, 85-87.

_____, 1983, *Diário de notícias*, 16 de junho.

JOÃO, Maria Isabel, 1996, “Identidade e autonomia”, *Ler História*, nº 31, 103-131.

_____, 1991, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.

_____, 1991-92, «Origens e causas dos movimentos autonomistas açorianos», *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, 1-33.

LACERDA, Eugénio Pascele, 2003, *O atlântico açoriano*. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, http://www.musa.ufsc.br/docs/eugenio_tese.pdf (acedido em 25/09/2010)

LAUSBERG, Heinrich, 1993 [1967], *Elementos de retórica literária*, trad. R. M. Rosado Fernandes, 4^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LEAL, João, 2000, *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

_____, 2007, *Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade*, Ponta Delgada, Direção Regional das Comunidades.

LEITE, José Guilherme Reis, 1997, “Autonomia”, in *Enciclopédia açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx> (acedido em 10/12/2011)

_____, 2006, “A história na obra de Pedro da Silveira”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 27-37.

_____, 2012, “Os movimentos autonomistas dos Açores” *Mundo Açoriano*, 19 de abril, <http://www.mundoacoriano.com> (acedido em 08/05/2012).

_____, s.d., “Gaivota”, in *Enciclopédia açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=5250> (acedido em 13/05/2012)

_____, s.d., “Garajau”, in *Enciclopédia açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=5311> (acedido em 13/05/2012)

LEPECKI, Maria Lúcia, 1990, “Crónica de Monte Brabo num livro invulgar”, *Diário de Notícias*, 21 de janeiro.

_____, 1991, “A arte de narrar «em puro»”, *Diário de Notícias*, 14 de abril.

LEWIS, Alfred, 2010, *Minha ilha, minha casa*, Lisboa, Edel.

Livro do primeiro congresso açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938, 1995, 2^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura.

LOURENÇO, Eduardo, 1988, “Da autonomia como questão cultural”, in *A autonomia como fenómeno cultural e político. Comunicações apresentadas na VIII semana de estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 51-61.

MATOS, Artur Teodoro de, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, (dir. de), 2008, *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

MATOS, Paulo Lopes, e Paulo Silveira e Sousa, 2008, “Formas de organização do espaço”, in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, Guilherme Reis Leite, (dir. de), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 535-577.

MELO, Dias de, 2008 [1958], *Mar rubro*, 3ª ed., Ponta Delgada, Veraçor editores.

_____, 2008 [1964], *Pedras negras*, 4ª ed., Ponta Delgada, Veraçor editores.

_____, 2008 [1976], *Mar pela proa*, 4ª ed., Ponta Delgada, Veraçor editores.

MELO, João de, 1978, *Antologia panorâmica do conto açoriano: séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Vega.

_____, 1979, “A produção literária açoriana nos últimos 10 Anos (1968-1978): alguns subsídios para uma leitura sistemática”, *Colóquio/Letras*, Lisboa, separata nº50.

_____, 1982a, “Há ou não uma literatura açoriana?”, *Vértice*, nº 448, Maio/Junho, Coimbra, 240-275.

_____, 1982b, *Toda e qualquer escrita: estudos, ensaios e críticas de literatura*, Lisboa, Editora Vega.

_____, 1983, *O meu mundo não é deste reino*, Lisboa, Assírio e Alvim.

_____, 1988, *Gente feliz com lágrimas*, Lisboa, D. Quixote.

_____, 1997, *Autópsia de um mar de ruínas*, Lisboa, D. Quixote.

_____, 1999, "O «Complexo de Ítaca» nas literaturas insulares (Açores, Madeira e Cabo-Verde)", *Revista Camões*, nº6, http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/doc_details.html?aut=1283 (acedido em 04/11/2011)

NARCISO, Armando, 1914, *Diário dos Açores*, 1 de outubro.

NEMÉSIO, Vitorino, 1923, “Por que não temos literatura açoriana? – Uma entrevista com o moço escritor e poeta açoriano Vitorino Nemésio”, *Diário dos Açores*, 2 de maio.

_____, 1923, “Literatura açoriana”, *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 6 de julho.

_____, 1929, *O açoriano e os Açores*, Porto, Renascença Portuguesa.

_____, 1932a, “Açorianidade”, *Revista Insula*, número 7-8, Ponta Delgada.

_____, 1932b, “Açorianidade II”, in Urbano Bettencourt, 2001, “Uma outra açorianidade. Um texto esquecido de Nemésio”, *Vitorino Nemésio 1º centenário do nascimento 1901-2001*, separata da Revista *Atlântida*, vol. XLVI, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____, 1939, “O Poeta e o isolamento: Roberto Mesquita”, *Revista de Portugal*, nº 6.

_____, 1975, “Açores: de onde sopram os ventos”, in *Açores – actualidade e destinos*, Comentários de João Afonso, Angra do Heroísmo, Edições Atlântida.

_____, 1994, “Açores”, in Jacinto Prado Coelho (dir. de), *Dicionário de Literatura*, 4ª ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora.

_____, 1998 [1956], *Corsário das Ilhas*, *Jornal de Vitorino Nemésio 3, Obras Completas*, vol. XVI, 3ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

_____, 2002, *Paço do milhafre, o mistério do paço do milhafre*, obras completas, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

_____, 2002, *Mau tempo no canal*, obras completas, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

O repórter, 1912, 22 e 29 junho e 13 de julho.

OLIVEIRA, Álvaro, 1987, *Até hoje (memória de cão)*, Lisboa, Ulmeiro.

_____, 1992, *Pátio d’alfândega/meia-noite*, Lisboa, Vega.

_____, 1995, *Burra preta com uma lágrima*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 1999, *Já não gosto de chocolates*, Lisboa, Ed. Salamandra.

PAVÃO, José de Almeida, 1988, “Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana”, in *Conhecimento dos Açores através da literatura*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 31-47.

_____, 1992, “Prefácio”, in J. Leite de Vasconcelos, *Mês de sonho*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 7-21.

PETRI, Romana, 1997, *O baleeiro dos montes*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2006, *Regresso à ilha*, Lisboa, Cavalo de Ferro.

_____, 2010 [2002], *A senhora dos Açores*, Lisboa, Bertrand.

PIRES, A. M. Machado, 1983, “Para a discussão de um conceito de literatura açoriana”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, Angra do Heroísmo, 842-858.

_____, 1987, “A identidade cultural dos Açores”, in *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 14-26.

_____, 1995, “Palavras de abertura”, in *Atas do Congresso do I centenário da autonomia dos Açores. Vol. I. A autonomia no plano histórico*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 11-16.

_____, 1997, “O homem açoriano e a açorianidade”, in *História das ilhas atlânticas*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, 149-158.

_____, 1998, “A viagem na literatura açoriana”, in *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos: atas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Europeia*, Angra do Heroísmo, 859-871.

_____, s.d., “Garcia, José Martins”, in *Enciclopédia açoriana*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=5345> (acedido em 20/6/2011)

PONTE, Lusa Maria de Melo, 2010, *Le supplément Glacial a união das letras e das artes (1967-1974) et l’affirmation du champ littéraire açorien*. Tese (Doutoramento em Letras), Paris, Université Paris-Sorbonne/Paris IV, http://www.e-sorbonne.fr/sites/www.e-sorbonne.fr/files/theses/De-Melo-Ponte_Lusa-Maria_2010_these.pdf (acedido em 20/05/2010)

REIS, Carlos, 1995, *O conhecimento da literatura*, Coimbra, Almedina.

Resolução do conselho do governo n.º 82/2011, de 6 de junho, <http://www.edu.azores.gov.pt/projectos/planoregionaleitura/Documents/ResoluçãodoConselhodoGovernoN822011.pdf> (acedido em 20/05/2012)

RIBEIRO, Lúcia Helena M., 1998, *José Martins Garcia: a questão da identidade da terra e a ideia de permanência em contrabando original*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____, 2002, *O conceito de açorianidade na narrativa açoriana pós-25 de abril*. Tese (Doutoramento em Letras) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, Luís da Silva, 1920a, “Regionalismo”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de julho.

_____, 1920b, “O espírito açoriano”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 11 de novembro.

_____, 1923, “Literatura açoriana, um livro regional – em louvor da humildade, pelo Dr. A. Côrtes-Rodrigues”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 6 de maio.

_____, 1924, “Prosa regional – o paço do milhafre – contos por Vitorino Nemésio”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 27 de abril.

_____, 1964, *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____, 1982, *Obras, I – Etnografia açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira – Secretaria Regional da Educação e Cultura.

_____, 1983a, *Obras, II – História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira – Secretaria Regional da Educação e Cultura.

_____, 1983b [1919], “Os Açores de Portugal”, *Obras, II – História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1-17.

_____, 1983c, *Obras, III – Vária*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira – Secretaria Regional da Educação e Cultura.

_____, 1996, *Obras, IV – Escritos político-administrativos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira – Secretaria Regional da Educação e Cultura.

ROSA, Francisco Nunes da, 1978, *Gente das ilhas*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____, 1988, *Pastorais do mosteiro*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

ROSA, Victor M. Pereira da, Salvato V. P. Trigo, 1987, “Da insularidade à açorianidade: algumas reflexões”, in *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 338-350.

SÁ, Daniel de, 1992, *Ilha grande fechada*, Lisboa, Ed. Salamandra.

SEQUEIRA, Mont’Alverne de, 1895, “Confraternidade açoriana”, *Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, 19 de maio.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1991, “Evocação do doutor Gaspar Frutuoso no IV centenário da sua morte”, *Revista Insulana*, vol. XVII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 14-29.

SILVA, Armando, 1893, “A questão açoriana”, *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 29 de janeiro.

_____, 1896, “Poetas açorianos”, *Actualidade*, Ponta Delgada, 3 de maio.

_____, 1989, “Uma literatura típica” [1901], in Carlos Cordeiro, José Mendonça Brasil e Ávila, Eduardo Ferraz da Rosa, (rec. e sel. de), *Açorianidade e autonomia – Páginas Escolhidas*, Ponta Delgada, Signo, 77-78.

SILVA, Heraldo Gregório, 1985, *Açorianidade na prosa de Vitorino Nemésio: realidade, poesia e mito*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SILVEIRA, Pedro da, 1954, “O conto açoriano e os seus caminhos”, in Costa Barros (org. de), s.d., *Estrada larga: antologia dos números especiais, relativos a um lustro do suplemento «Cultura e Arte» do Comércio do Porto*, vol. I, Porto, Porto Editora.

_____ (sel. pref. e notas de), 1977, *Antologia de poesia açoriana, do século XVIII a 1975*, Lisboa, Sá da Costa.

_____, 1979, “Açores”, in João José Cachofel (dir. de), *Grande dicionário de literatura portuguesa e de teoria literária*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 35-46.

_____, 1986, “Aqueles anos de 1940 e tal”, in Onésimo Teotónio de Almeida, *Da literatura açoriana, subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 31-42.

TABUCCHI, Antonio, 1998, *Mulher de Porto Pim e outras histórias*, 5ª ed., Lisboa, Difel.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo, 1998, *A Guerra colonial e o romance português*, Lisboa, Editorial Notícias.

_____, 2001, *A Guerra e a literatura*, Lisboa, Veja.

TERRA, Florêncio, 1942, *Contos e narrativas*, Lisboa, António Maria Pereira.

TORRES, José, 1852, *Revista dos Açores* nº 70, Ponta Delgada, 28 de fevereiro.

VASCONCELOS, J. Leite de, 1992 [1926], *Mês de sonho*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

VIEIRA, Afonso Lopes, 2002, “Carta-prefácio”, in Vitorino Nemésio, *Paço do milhafre, o mistério do paço do milhafre*, obras completas, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 37-38.

VILHENA, Maria da Conceição, 1990, “*Contrabando original: o outro lado das coisas*”, *Arquipélago/Línguas e Literaturas*, vol. XI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 225-243.